



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FARROUPILHA – CAMPUS JAGUARI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

ISA CRISTINA BARBOSA PEREIRA

**PROTAGONISMO JUVENIL E PRÁTICAS EDUCATIVAS: O PAPEL DO GRÊMIO
ESTUDANTIL NA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DE UMA
ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL**

**Jaguari/RS
2026**

ISA CRISTINA BARBOSA PEREIRA

**PROTAGONISMO JUVENIL E PRÁTICAS EDUCATIVAS: O PAPEL DO GRÊMIO
ESTUDANTIL NA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DE UMA
ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Jaguari, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Área de concentração: Educação Profissional e Tecnológica (EPT)
Linha de pesquisa: Práticas Educativas em EPT
Macroprojeto: Práticas Educativas no Currículo Integrado

Orientador: Prof. Dr. Mauricio Ramos Lutz

Jaguari/RS

2026

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

P436p Pereira, Isa Cristina Barbosa.
 Protagonismo juvenil e práticas educativas: o papel do
 grêmio estudantil na gestão democrática e participativa de uma
 escola pública estadual / Isa Cristina Barbosa Pereira. —
 Jaguari, RS, 2026.
 128 f. : il.
 Orientador: Prof. Dr. Mauricio Ramos Lutz.

 Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e
 Tecnológica) — Instituto Federal Farroupilha, Campus Jaguari,
 2026.

 1. Protagonismo juvenil. 2. Grêmio Estudantil. 3. Educação
 profissional e tecnológica. 4. Gestão democrática e participativa.
I I. Título.

CDU 37.091.8

Bibliotecário responsável: Josef de Aquino Peruck — CRB 10/002653/O

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FARROUPILHA – CAMPUS JAGUARI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

ISA CRISTINA BARBOSA PEREIRA

**PROTAGONISMO JUVENIL E PRÁTICAS EDUCATIVAS: O PAPEL DO GRÊMIO
ESTUDANTIL NA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DE UMA
ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Jaguari, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 6 de março de 2026.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MAURICIO RAMOS LUTZ**
Data: 06/03/2026 16:27:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Mauricio Ramos Lutz (Orientador)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar)

Documento assinado digitalmente
 **MARCELE TEIXEIRA HOMRICH RAVASIO**
Data: 09/03/2026 08:23:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Marcele Homrich Ravasio

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar)

Documento assinado digitalmente
 **MARIGLEI SEVERO MARASCHIN**
Data: 08/03/2026 22:52:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Mariglei Severo Maraschin

Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM)

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FARROUPILHA – CAMPUS JAGUARI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

ISA CRISTINA BARBOSA PEREIRA

COMO MONTAR UM GRÊMIO ESTUDANTIL?

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Jaguari, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 6 de março de 2026.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MAURICIO RAMOS LUTZ**
Data: 06/03/2026 16:25:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Mauricio Ramos Lutz (Orientador)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar)

Documento assinado digitalmente
 **MARCELE TEIXEIRA HOMRICH RAVASIO**
Data: 09/03/2026 08:23:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Marcele Homrich Ravasio
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar)

Documento assinado digitalmente
 **MARIGLEI SEVERO MARASCHIN**
Data: 08/03/2026 22:54:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Mariglei Severo Maraschin
Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM)

AGRADECIMENTOS

A gratidão faz parte da vida, e aqui teríamos vários agradecimentos, mas em especial gostaria de agradecer ao Arturo, meu companheiro, pois durante toda minha vida acadêmica e profissional ele esteve ao meu lado, me dando forças e apoiando minhas escolhas. Lembro do choro de alegria quando ficou sabendo que eu havia passado na seleção do Mestrado, e todas as vezes que ficou com minha mãe enquanto eu viajava para Jaguari. Também lembro das “encomendas” de Jaguari e da alegria de chegar em casa na sexta-feira com o Arturo me esperando com um abraço carinhoso.

Gratidão à Luiza, minha filha, ela com toda sua franqueza um dia me disse: “você que quer fazer Mestrado”, sim, ela tinha razão, e aqui estamos. Não foi fácil fazer este mestrado distante, mas são escolhas, e a tua era seguir conhecendo o mundo e encantando a todos com tua linda dança.

Também preciso agradecer, “in memoriam”, minha mãe Nara, que, durante todo o seu tratamento médico, em casa ou no hospital, praticamente acompanhou minhas leituras e escritas do mestrado. Cuidava da mãe, enquanto lia ou escrevia mais um parágrafo para o Mestrado. Obrigada pela luz e por me incentivar e ser exemplo de força e persistência.

Importante agradecer à minha companheira de viagem e de estudo, colega e amiga Celma, sem tua companhia não chegaria até aqui, tua presença foi essencial nesta caminhada, a ajuda, as trocas, as risadas, as conversas durante a viagem e a estadia em Jaguari. Parecíamos que éramos jovens estudantes do Ensino Médio, com as dúvidas, as preocupações nas apresentações dos trabalhos, o nervoso sobre os prazos de entrega, quanto aprendizado.

Professores e professoras do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) - Campus Jaguari, sem os ensinamentos, as indicações bibliográficas, o respeito que demonstraram nas aulas, não conseguiria concluir este mestrado, meu agradecimento.

Ao professor Dr. Mauricio Ramos Lutz, gratidão, você foi essencial na minha caminhada, o carinho e o respeito que demonstrou foram essenciais para não me sentir pressionada e conseguir escrever, entendendo o fato de eu ser uma

trabalhadora da educação com várias horas de serviço na rede estadual de ensino. Sempre foi divertido, alegre, atencioso, lembro-me de como fiquei feliz quando fui escolhida para ser sua orientanda.

Agradeço aos colegas da equipe diretiva da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Maria Rocha, vocês seguraram o trabalho na escola enquanto eu viajava e me dedicava aos estudos, nunca me ligavam, resolviam todas as demandas e me respeitaram muito neste momento tão importante para mim.

Obrigada, colegas do Mestrado, vocês foram um presente, pessoas com personalidades diferentes, de lugares diferentes, mas todos com um coração enorme, dando forças e sabendo compartilhar experiências e apoio quando mais precisei.

“Ao se caminhar para um objetivo, sobretudo um grande e distante objetivo, as menores coisas se tornam fundamentais, uma hora perdida é uma hora perdida, mas quando não se tem um rumo definido é muito fácil perder dias, horas ou anos sem se dar conta disso”.

(Amyr Klink,1985).

RESUMO

Esta dissertação insere-se na Linha de Pesquisa 1 – Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, vinculada ao Macroprojeto 3 – Práticas Educativas no Currículo Integrado, do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), Campus Jaguari. O estudo teve como objetivo analisar os efeitos da criação, do processo eleitoral e da atuação do Grêmio Estudantil de uma escola pública estadual como prática educativa sobre a cultura escolar, o desenvolvimento do protagonismo juvenil e a gestão democrática e participativa da instituição. A pesquisa fundamenta-se em referenciais teóricos que discutem práticas educativas, protagonismo juvenil e gestão democrática, articulados às legislações educacionais que asseguram a organização estudantil, em especial a Lei n.º 7.398/1985, conhecida como Lei do Grêmio Livre. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa, de natureza empírica, configurada como uma pesquisa-ação, desenvolvido em uma escola pública estadual localizada no município de Santa Maria/RS, que oferta Ensino Médio e Educação Profissional. Os dados foram produzidos por meio de entrevista semiestruturada, realizada na modalidade de Roda de Conversa, com a participação de oito estudantes integrantes do Grêmio Estudantil, pertencentes a diferentes modalidades de ensino da instituição. A análise dos dados foi realizada à luz da Análise do Discurso (AD), possibilitando compreender os sentidos atribuídos pelos estudantes à sua participação no Grêmio e às práticas vivenciadas no cotidiano escolar. Os resultados evidenciam que o Grêmio Estudantil se configura como um espaço formativo relevante, favorecendo a participação estudantil, o exercício da cidadania, o desenvolvimento da autonomia e o fortalecimento de relações mais dialógicas no interior da escola, contribuindo para a consolidação de uma cultura de gestão democrática. Como produto educacional da pesquisa, foi elaborada uma cartilha pedagógica intitulada “Como montar um Grêmio Estudantil?”, apresentada de forma narrativa, cuja protagonista é uma professora Maria Rocha, que orienta estudantes e gestores sobre a organização estudantil, o funcionamento do Grêmio Estudantil e os aspectos legais que o fundamentam. A cartilha constitui-se como um material de apoio para escolas públicas interessadas em fomentar o protagonismo juvenil e a participação democrática no espaço escolar.

Palavras-chave: Protagonismo juvenil; Grêmio Estudantil; Educação Profissional e Tecnológica; Gestão democrática e participativa; Práticas educativas.

ABSTRACT

This dissertation is part of Research Line 1 – Educational Practices in Professional and Technological Education, linked to Macroproject 3 – Educational Practices in the Integrated Curriculum, of the Professional Master's Degree in Professional and Technological Education at the Instituto Federal Farroupilha (IFFar), Jaguari Campus. The study aimed to analyze the effects of the creation, electoral process, and performance of the Student Union of a state public school as an educational practice on school culture, the development of youth leadership, and the democratic and participatory management of the institution. The research is based on theoretical references that discuss educational practices, youth leadership, and democratic management, articulated with educational legislation that ensures student organization, in particular Law No. 7,398/1985, known as the Free Student Council Law. Methodologically, a qualitative, empirical approach was adopted, structured as action research, conducted at a state public high school located in the municipality of Santa Maria/RS, which offers secondary education and vocational training. The data were produced through a semi-structured interview, conducted in the form of a roundtable discussion, with the participation of eight students who are members of the Student Union, belonging to different educational modalities of the institution. The data were analyzed using Discourse Analysis (DA), which made it possible to understand the meanings attributed by the students to their participation in the Student Council and the practices experienced in their daily school life. The results show that the Student Union is a relevant educational space, promoting student participation, the exercise of citizenship, the development of autonomy, and the strengthening of more dialogical relationships within the school, contributing to the consolidation of a culture of democratic management. As an educational product of the research, a pedagogical booklet entitled “How to set up a Student Council” was developed, presented in a narrative form, whose protagonist is a teacher, Maria Rocha, who guides students and administrators on student organization, the functioning of the Student Council, and the legal aspects that underpin it. The booklet serves as support material for public schools interested in promoting youth leadership and democratic participation in the school environment.

Keywords: Youth leadership; Student Union; Professional and Technological Education; Democratic and participatory management; Educational practices.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AD – Análise do Discurso
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CPM – Círculo de Pais e Mestres
CRE – Coordenadoria Regional de Educação
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
ERER – Educação para as Relações Étnico-raciais
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IFFar – Instituto Federal Farroupilha
JERGS – Jogos Escolares do Rio Grande do Sul
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIE – Lei de Incentivo ao Esporte
OSPB – Organização Social e Política Brasileira
PCD – Pessoas com Deficiência
PPP – Projeto Político Pedagógico
ProfEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
PUC-RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SAERS – Sistema de avaliação do Rio Grande do Sul
SESC – Serviço Social do Comércio
SINAJUVE – Sistema Nacional de Juventude
SOE – Serviço de Orientação Educacional
SUEPRO – Superintendência de Educação Profissional
TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCC – Trabalho Final do Curso
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
1.1 Justificativa	9
1.2 Objetivos	12
1.2.1 Objetivo geral	12
1.2.2 Objetivos específicos	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1 A escola como instituição e a Escola Estadual de Ensino Médio Professora Maria Rocha	14
2.2 Protagonismo juvenil.....	20
2.3 A Gestão Escolar democrática e participativa.....	26
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
3.1 Caracterização do tipo de pesquisa	31
3.2 Local e participantes da pesquisa	35
3.3 Procedimentos para a utilização de dados.....	37
3.4 Procedimentos para análise de dados.....	38
3.5 Procedimentos éticos	40
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	42
5 PRODUTO EDUCACIONAL	62
5.1 Construção do produto educacional	62
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	68
APÊNDICES.....	73
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os participantes da pesquisa maiores de idade	74
Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para pais ou responsáveis legais	79
Apêndice C – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) para participantes menores de idade	84
Apêndice D – Entrevista (Roda de Conversa) - O Grêmio Estudantil como prática educativa: impactos na gestão democrática e no protagonismo juvenil	89
Apêndice E – Parecer consubstanciado do CEP	92
Apêndice F – Termo de Confidencialidade.....	98
Apêndice G – Produto Educacional	99

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação, desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), teve como um de seus objetivos principais aprofundar as discussões sobre práticas educativas, especialmente aquelas voltadas para a participação democrática e a gestão escolar. Para isso, analisamos o Grêmio Estudantil da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Maria Rocha, investigamos suas ações e influências no ambiente institucional.

A escolha desse tema está diretamente relacionada à minha trajetória acadêmica e profissional. Minha formação em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) foi o primeiro passo em uma caminhada marcada pelo desejo contínuo de aprender e contribuir para a educação. Desde a graduação, almejava seguir para um mestrado, o que me levou a dedicar meses à preparação para a seleção do programa de História Ibero-Americana da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Na época, meus estudos se concentravam na figura de Artigas, herói do Uruguai, e em suas propostas sociais e políticas para os povos latinos. Fui aprovada e conquistei uma bolsa de estudos, mas não pude cursar o mestrado devido ao corte de investimentos na educação promovido pelo governo federal na época.

Diante dessa reviravolta, ingressei no mundo do trabalho e atuei por cinco anos no Serviço Social do Comércio (SESC) de Santa Maria, exercendo funções que foram desde a recepção até a gestão do setor de eventos e turismo. Paralelamente, tentei novamente ingressar no mestrado, desta vez na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), sendo novamente aprovada. No entanto, naquele momento, a vida pessoal demandava outra escolha: optei por permanecer em Santa Maria, pois estava grávida da minha filha Luiza e buscava a segurança da estabilidade profissional.

Em 2000, participei do concurso estadual para o cargo de professora de Ensino Fundamental e Médio e, dois anos depois, fui chamada para assumir como docente concursada. Assim, iniciou-se minha trajetória no magistério da Rede Estadual, onde permaneço até hoje. Lecionei História no Ensino Médio Regular e na Educação de Jovens e Adultos (EJA), tanto no Ensino Médio quanto no Ensino Fundamental. Desde os primeiros anos como professora, meu olhar se expandiu além da sala de aula: envolvi-me profundamente com a comunidade escolar, buscando compreender suas necessidades e promovendo mudanças. A experiência adquirida no setor privado e

no meio cultural, especialmente por meio da minha participação em um Centro de Tradições Gaúchas, influenciou meu modo de atuar na escola, impulsionando-me a desenvolver e implementar projetos que atendessem às demandas dos estudantes.

Esse envolvimento resultou na minha candidatura à direção da escola onde lecionava. Em 2007, participei de minha primeira eleição para diretora, enfrentando um processo eleitoral em dois turnos, devido à concorrência de outros dois candidatos. Fui eleita e, ao longo de nove anos de gestão (três eleições), trabalhei na implementação de uma administração democrática e participativa, fortalecendo a presença da comunidade na vida escolar. Durante esse período, realizamos a primeira eleição para o Grêmio Estudantil da instituição, promovendo o protagonismo juvenil e incentivando a participação ativa dos estudantes nas decisões da escola.

Ao término desse ciclo, optei por mudar de escola, evitando que minha permanência como professora impactasse a distribuição do quadro docente. Atualmente, estou em minha segunda gestão à frente de outra escola pública estadual, totalizando 13 anos de experiência na direção escolar. Essa nova instituição, maior e com demandas distintas, reforça os desafios da administração escolar, mas também amplia as oportunidades de fomentar a participação democrática e a formação cidadã dos estudantes.

Nos últimos anos, considerando a especificidade da escola técnica que dirijo e a necessidade de aprofundar meus conhecimentos sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), decidi retomar minha formação acadêmica. Apoiada por colegas e familiares, participei da seleção para o Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) no Instituto Federal Farroupilha (IFFar) – Campus Jaguarí, no qual fui aprovada, realizando um antigo desejo. O retorno aos estudos e o contato com novas referências teóricas têm sido fundamentais para aprimorar minha prática de gestão e fortalecer minha compreensão sobre as políticas educacionais voltadas para o ensino técnico.

A escolha da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Maria Rocha como objeto de estudo se deve à sua singularidade dentro da rede estadual de Santa Maria. A instituição é a única escola pública estadual da cidade que oferece Cursos Técnicos Subsequentes e um Curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio, além de contar com um Grêmio Estudantil ativo, que inclui estudantes dessas modalidades. A escola, mantida pela Secretaria Estadual de Educação, funciona em três turnos e atende cinco modalidades de ensino: Ensino Médio Gaúcho, Ensino Médio Noturno,

Ensino Médio em Tempo Integral, Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio e Cursos Subsequentes de Contabilidade, Informática e Secretariado.

Para a realização deste estudo, já tivemos¹ acesso à documentação oficial da escola sobre o Grêmio Estudantil, o que permitiu uma leitura prévia das diretrizes e das ações desenvolvidas por essa instância de representação estudantil. Além disso, recorreremos à obra “Chuva de Estrelas: Memória Cultural de Santa Maria”, de Ana Maria G. Molina, Jair Alan Siqueira e Jacob Chamis, que abordam a história da fundação da instituição. Como referencial teórico, apoiamo-nos na concepção de práticas educativas de Zabala, que destaca a interdependência entre planejamento, aplicação e avaliação nos processos pedagógicos:

O planejamento e a avaliação dos processos educacionais são uma parte inseparável da atuação docente, já que o que acontece nas aulas, a própria intervenção pedagógica, nunca pode ser entendida sem uma análise que leve em conta as intenções, as previsões, as expectativas e a avaliação de resultados. Por pouco explícitos que sejam os processos de planejamento prévio ou os de avaliação da intervenção pedagógica, esta não pode ser analisada sem ser observada dinamicamente desde um modelo de percepção da realidade da aula, onde estão estritamente vinculados ao planejamento, à aplicação e à avaliação (Zabala, 1998, p. 17).

Dessa forma, acreditamos que este estudo contribuirá para a EPT, especialmente no que se refere ao fortalecimento do protagonismo juvenil nas instituições de ensino. Conforme informações da Oitava Coordenadoria Regional de Educação (8ª CRE) de Santa Maria, a Escola Estadual Professora Maria Rocha é uma das poucas escolas estaduais que possuem um Grêmio Estudantil atuante. Portanto, compreender suas práticas e desafios pode oferecer subsídios para a implementação de estratégias que incentivem a participação estudantil em outras instituições, promovendo uma gestão escolar mais democrática e inclusiva.

Para aprofundar a compreensão sobre a importância do Grêmio Estudantil no fortalecimento do protagonismo juvenil e na gestão democrática das escolas, este estudo está estruturado em diferentes seções. Inicialmente, apresentamos a justificativa do tema, evidenciando sua relevância para a EPT. Em seguida, delineamos os objetivos, tanto geral quanto específicos, que orientam a pesquisa. A fundamentação teórica está dividida em três eixos: a escola como instituição, com

¹ O texto está escrito na primeira pessoa do plural, com exceção da parte inicial, que envolve experiências e trajetórias profissionais da professora/pesquisadora autora do estudo.

foco na Escola Estadual de Ensino Médio Professora Maria Rocha; a gestão escolar democrática e participativa; e o conceito de protagonismo juvenil.

Na sequência, descrevemos o contexto metodológico, detalhando o tipo de pesquisa, o local, os sujeitos envolvidos, os instrumentos utilizados para a coleta de dados, a metodologia de análise e os aspectos éticos. Por fim, apresentamos o produto educacional, voltado à implementação de estratégias que incentivem a participação dos estudantes na vida escolar.

Na sequência, apresenta-se o percurso metodológico da pesquisa, com a descrição do tipo de investigação, do local de realização, dos sujeitos envolvidos, dos instrumentos de coleta de dados, dos procedimentos de análise e dos aspectos éticos. Posteriormente, é apresentado o produto educacional, voltado à implementação de estratégias que incentivem a participação dos estudantes na vida escolar. Por fim, são tecidas as considerações finais, nas quais se retomam os objetivos da pesquisa, discutem-se os principais resultados alcançados e destacam-se as contribuições do estudo e do produto educacional para o contexto investigado.

1.1 Justificativa

Uma das memórias mais marcantes da minha trajetória escolar remonta à oitava série, na Escola Santa Catarina, quando fui apresentada ao conceito de Grêmio Estudantil. Naquele momento, ainda sem compreender completamente sua importância, percebi que se tratava de uma instância legítima de representação dos estudantes. Sempre fui uma discente crítica, participativa e interessada em iniciativas que envolvessem a comunidade escolar. No entanto, quando surgiu a oportunidade de me candidatar, faltou coragem.

O desejo de integrar um Grêmio Estudantil permaneceu vivo quando iniciei o Ensino Médio na Escola Manoel Ribas. No entanto, naquela instituição, não tivemos a chance de participar. Era um período de grande efervescência política, com o direito ao voto aos 16 anos e a intensa vontade de transformar o mundo por meio da participação política. Contudo, atuar no Grêmio Estudantil ficou para um outro momento.

Ao ingressar na universidade para cursar História, vi esse desejo adormecido tomar forma. Estudei em uma instituição pública, realizando um sonho para jovens que acreditam na participação política, na luta por direitos e na emancipação social.

Cresci em um ambiente familiar no qual a política era um tema constante nas conversas, um espaço de reflexão e aprendizado. Inspirada por essa vivência, decidi me candidatar à coordenação do Diretório Acadêmico Quilombo dos Palmares, da Faculdade de História da UFSM. Assim, aquele anseio da adolescência se concretizou: tornei-me representante dos estudantes, ainda que em outra instância, mas sempre com o propósito de defender os interesses coletivos.

Acredito que continuo sendo aquela adolescente que sonha, que vê na participação um ato político transformador e que defende a gestão democrática e participativa. Hoje, como gestora de uma escola técnica estadual, meu objetivo não se restringe à administração burocrática, mas sim à promoção de ações inclusivas e colaborativas, envolvendo toda a comunidade escolar. Defendo uma gestão que estimule o desenvolvimento de competências socioemocionais e a construção de um ambiente escolar democrático, em que os estudantes sejam protagonistas de sua formação.

Foi com esse olhar que, ao assumir a direção da escola, propôs como uma das diretrizes da gestão a reativação do Grêmio Estudantil. A escola já havia tido um grêmio, criado na década de 1980, mas que, segundo relatos, estava inativo há algum tempo. Essa iniciativa veio ao encontro da Lei da Gestão Democrática (Lei n.º 10.576/1995, atualizada pela Lei n.º 13.990/2012) e das diretrizes da Portaria 203/2021, que norteiam a gestão escolar no estado.

Diante desse contexto, esta pesquisa buscou aprofundar a discussão sobre práticas educativas democráticas e participativas, analisou, em especial, o papel do Grêmio Estudantil como espaço de representação e protagonismo juvenil. Nosso estudo examinou o processo de criação, a estrutura organizacional e as ações desenvolvidas por essa instância estudantil, além de também refletir sobre sua influência na cultura escolar e na construção de uma gestão mais participativa. Para Lück (2006), a representação estudantil é um mecanismo essencial para garantir a participação dos estudantes no ambiente escolar. Segundo a autora:

A representação é considerada como uma forma significativa de participação: nossas ideias, nossas expectativas, nossos valores, nossos direitos são manifestados e levados em consideração por meio de um representante acolhido como pessoa capaz de traduzi-los em um contexto organizado para esse fim. Essa concepção é necessária em grupos sociais grandes que não permitem a participação direta de todos, e se efetiva pela instituição de organizações formais em que o caráter representativo é garantido pelo voto. Nas escolas, essas organizações são os conselhos escolares, associações de pais e mestres, grêmios estudantis ou similares, constituídos por

representantes escolhidos mediante o voto. Essa situação constituiu-se em um princípio de gestão democrática definido no artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) (Lück, 2006, p. 41).

Assim, o Grêmio Estudantil surge como um importante espaço de participação dentro da escola, garantindo que os estudantes tenham voz ativa na construção das políticas educacionais internas. No entanto, sua implementação não é um processo simples. Envolve a motivação dos discentes, a organização do processo eleitoral, debates, campanhas, planejamento de ações e a gestão cotidiana do colegiado. Além disso, é fundamental garantir que os membros do Grêmio compreendam suas responsabilidades, conciliem a participação com os estudos e desenvolvam uma postura ética e comprometida com a comunidade escolar.

Uma gestão escolar verdadeiramente democrática deve incentivar a autonomia e a participação ativa dos estudantes. Lück (2006) aponta que um dos pilares fundamentais para a formação cidadã é saber “promover o sentido de coresponsabilidade e compromisso coletivo dos participantes da escola por suas ações” (p. 53). Esse princípio reforça a importância de estimular nos estudantes a percepção de que sua atuação dentro do Grêmio Estudantil impacta diretamente a comunidade escolar. Dessa forma, ao promover a cultura do diálogo e da coresponsabilidade, a gestão pode contar com um maior engajamento dos estudantes na construção de um ambiente educacional mais democrático.

Além disso, Marques (1987) ressalta que a participação estudantil possibilita o surgimento de novas propostas, objetivos e estratégias dentro da escola. Da mesma forma, Dalmás (1994) enfatiza que o diálogo é fundamental para uma ação educativa participativa, pois possibilita o contato genuíno entre os diferentes atores da comunidade escolar.

Inspirando-se nessa perspectiva, Gadotti (1990) defende que a escola deve ir além da formação acadêmica, promovendo o desenvolvimento da autonomia, da consciência cidadã e do pensamento crítico nos estudantes. O autor afirma que a escola deve preparar os jovens para a inserção na sociedade, estimulando sua participação ativa e criativa na construção de um mundo mais justo.

A escola unitária deve desenvolver a maturidade do aluno, sua autonomia, a consciência de seus direitos, deve ser ativa e criadora, ao contrário da escola uniforme e burocrática: a escola unitária ou de formação humanista (entendido este termo, “humanismo”, em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional) ou de cultura geral deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois tê-los levado a um certo grau de maturidade

e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa. (Gadotti, 1990, p. 69).

Diante do exposto, formulamos o seguinte problema de pesquisa: **de que maneira a criação, o processo eleitoral e a atuação do Grêmio Estudantil influenciam a cultura escolar, promovem o protagonismo juvenil e fortalecem a gestão democrática e participativa em uma escola pública estadual?**

A partir desse problema de pesquisa, foram estabelecidos os objetivos do trabalho, que se dividem em objetivo geral e objetivos específicos, detalhados a seguir.

1.2 Objetivos

A partir da justificativa apresentada, a pesquisa buscou aprofundar a compreensão sobre o papel do Grêmio Estudantil na promoção da gestão democrática e do protagonismo juvenil na Escola Estadual de Ensino Médio Professora Maria Rocha. Para atingir esse objetivo, analisamos o contexto institucional, as diretrizes legais e as teorias que sustentam a participação estudantil, e investigamos como essa instância de representação impacta o cotidiano escolar. Com base neste panorama, foram elaborados os objetivos: geral e específicos da pesquisa.

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral da pesquisa foi analisar os efeitos da criação, do processo eleitoral e da atuação do Grêmio Estudantil de uma escola pública estadual como prática educativa sobre a cultura escolar, o desenvolvimento do protagonismo juvenil e a gestão democrática e participativa da instituição.

1.2.2 Objetivos específicos

Com base no objetivo geral da pesquisa, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

a) Examinar o processo de criação e a estrutura organizacional do Grêmio Estudantil na Escola Estadual de Ensino Médio Professora Maria Rocha, incluindo os fundamentos e as etapas envolvidas na sua implementação;

b) Analisar o processo eleitoral do Grêmio Estudantil, investigando os métodos de eleição, a participação dos estudantes e os critérios estabelecidos para a seleção dos representantes;

c) Avaliar as iniciativas e projetos promovidos pelo Grêmio Estudantil e seu impacto na cultura escolar, bem como o efeito sobre o desenvolvimento do protagonismo juvenil entre os estudantes;

d) Explorar a influência do Grêmio Estudantil na promoção da gestão democrática e participativa na instituição, incluindo a análise das percepções de estudantes, professores e gestores sobre sua eficácia e os desafios enfrentados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta a fundamentação teórica da pesquisa, iniciando com uma reflexão sobre a escola como instituição social, com ênfase na Escola Estadual de Ensino Médio Professora Maria Rocha. Em seguida, abordamos o protagonismo juvenil, destacando sua relevância para a formação cidadã dos estudantes, bem como para o fortalecimento de sua participação ativa e crítica na vida escolar. Por fim, exploramos a gestão democrática e participativa, destacando seu papel na construção de uma educação mais inclusiva e dialógica.

2.1 A escola como instituição e a Escola Estadual de Ensino Médio Professora Maria Rocha

Em consonância com a literatura especializada em administração escolar, gestão democrática e participativa, e com as legislações pertinentes, como a Lei n.º 7.398, de 4 de novembro de 1985, e a Lei Estadual n.º 8.661, de 28 de junho de 1988, a escola, por ser um ambiente que lida com seres humanos, exige uma reflexão interna contínua sobre seu objetivo principal.

Para que este objetivo seja alcançado, é imprescindível que aspectos como participação, democracia, autonomia, interesses individuais e coletivos dos estudantes, cooperação, bem como a promoção das culturas literária, desportiva e artística, estejam presentes na proposta educacional, transformando a escola em um verdadeiro diferencial na vida dos estudantes.

Compreendemos que a apropriação de diferentes saberes tornou necessária a criação de uma instituição educativa, isto é, a escola. Quando pensamos sobre a escola, o modelo tradicional sempre vem à mente: a imagem das "gavetas", como aprendemos nos cursos de formação profissional. Cada disciplina em seu compartimento, cada turma em sua sala, e cada docente focado em seu conteúdo.

Entretanto, como bem destaca Jaqueline Moll (2010), na obra "Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades", ao escolhermos uma tecnologia específica, estamos também fazendo uma escolha consciente. Da mesma forma, escolhemos o tipo de escola que desejamos ter. Por isso, é necessário que conheçamos a história da escola e

percorramos a trajetória dessa instituição ao longo da Idade Moderna, conforme indicado por Brittes (2004, p. 53):

O espaço e o tempo de trabalho dos professores têm sido prioritariamente a escola. Mesmo que esta só tenha sido institucionalizada no período histórico denominado Modernidade, o ato de ensinar foi manifesto desde as primeiras organizações sociais, visto que quem educa o ser humano é a sociedade. No período anterior à Idade Moderna, a escola era normalmente a casa e a igreja. Naquela época, não se dissociava o trabalho do educador daquele que cuidava, pregava e acompanhava. Contudo, com a institucionalização da escola, impulsionada pela Revolução Industrial, a escola, a igreja e a própria família, segundo Althusser (1985), passaram a desempenhar o papel de Aparelhos Ideológicos de Estado.

Nesse contexto, conforme aponta Prado Junior (2004), o capitalismo no Brasil foi precedido por um período feudal, cujos resquícios ainda podem ser identificados em nossa sociedade, assim como vestígios de outras fases históricas. Na época moderna, por exemplo, a expansão marítima desempenhou um papel importante na intensificação do comércio, possibilitando à burguesia mercantil acumular capital. Esse capital foi então investido no desenvolvimento de novas tecnologias que originaram o maquinário industrial, fundando as bases para a indústria e, conseqüentemente, para o capitalismo.

Desde a chegada dos portugueses no século XVI, o Brasil foi uma colônia de exploração, dominada por Portugal, país que, nesse período, já havia se unificado após a Revolução de Avis. Segundo Prado Junior (2004), essa revolução resultou na coroação de João, Mestre de Avis, como rei de Portugal e estabeleceu as bases para a expansão marítima portuguesa, culminando na chegada às terras brasileiras. Conforme destacado por Sodré (1979, p. 27):

[...] o processo de unificação, realizado antecipadamente, anuncia a presença de Portugal de condições que lhe permitirão a conquista territorial pela luta contra os árabes e ainda de condições que lhe permitirão o surto mercantil em que, cedo, ganha posição destacada.

A colonização do Brasil não se restringia à exploração econômica da terra e da extração do pau-brasil; ela se sustentava também no trabalho escravo, tanto indígena quanto africano. Como observa Sodré na obra “Formação histórica do Brasil”, o colonizador, proveniente de uma sociedade com um sistema feudal de produção, retrocedeu ao modelo escravista devido à própria natureza da produção colonial.

Sodré enfatiza, ainda, que a exploração colonial e o trabalho escravo são elementos indissociáveis, formando uma única realidade. Assim, a presença da

escavidão no Brasil e o preconceito em relação ao trabalho manual fazem parte de um percurso histórico que influenciou profundamente a educação brasileira até hoje.

Os educadores no Brasil, inicialmente vinculados às ordens religiosas, especialmente à Companhia de Jesus, seguiram a orientação do Padre Manoel da Nóbrega. Segundo Furtado (2003), o principal objetivo desses educadores era catequizar os indígenas, ampliar o número de fiéis da Igreja Católica e apoiar a lógica da Contrarreforma. A Contrarreforma foi um movimento de reestruturação da Igreja Católica, que culminou no Concílio de Trento, realizado em 1545, e tinha como propósito reformar a própria Igreja, além de oferecer uma resposta ao crescimento das igrejas protestantes.

Nesse contexto, os primeiros aprendizes no Brasil foram os indígenas e os escravos, conforme aponta Furtado (2003). De acordo com Sodré (1989), na obra “Síntese de História da Cultura Brasileira”, a catequese foi uma das manifestações mais significativas da Contrarreforma, com os jesuítas se destacando por sua dedicação à conversão dos indígenas. Para cumprir essa missão, os jesuítas se especializaram também na tarefa de ensino, criando uma estrutura educacional que, por mais de dois séculos, assegurou a produção sistemática de cultura no Brasil.

Contudo, em 1759, após a assinatura do Tratado de Madrid, um acordo entre Portugal e Espanha para resolver disputas territoriais, os jesuítas foram expulsos do Brasil. De acordo com Sodré, essa expulsão afetou diretamente a educação no país, principalmente no Rio Grande do Sul, em que a Guerra Guaranítica resultou em grandes consequências, e a educação nos colégios jesuítas foi interrompida. Sodré (1989, p. 28) relata:

[...] a derrocada, pois, sucedeu-se a fragmentação; e a esta, como agravante inevitável, a deficiência insanável na formação de mestres. A educação passou dos colégios de padres às aulas das escolas régias, com mestres de formação deficiente, ou nos próprios latifúndios, com os padres-mestres que, de capelães, passaram a professores. Tornou-se conhecida e ironizada, em uns e outros, e nos primeiros com destaque, a espessa ignorância das matérias que ensinavam e a ausência absoluta do senso pedagógico.

Segundo Pesavento (1990), o processo de independência do Brasil ocorreu em um contexto de crise que marcou a desagregação do antigo sistema colonial. A chegada da família real ao Brasil impulsionou o surgimento da fábrica moderna, o aumento da produtividade por meio da aplicação da ciência à tecnologia e à produção em série, o que exigiu tanto a abertura de mercados quanto a difusão de relações assalariadas de produção. A nova classe burguesa, responsável por essas

transformações, encontrou uma solução política no Estado Liberal Contemporâneo, seja monárquico ou republicano, caracterizado por ser constitucional e representativo. (Pesavento, 1990).

Paralelamente, surgiram as primeiras instituições culturais e científicas, bem como os primeiros cursos técnicos e de ensino superior nas cidades do Rio de Janeiro e da Bahia. A criação desses cursos visava atender à crescente demanda por serviços e produtos por parte dos novos moradores e da elite local, o que levou as duas cidades a se transformarem em centros urbanos dinâmicos em um curto período.

Em relação às principais iniciativas legais, Nunes (1984) aponta que o artigo 250 da Constituição, discutido na Assembleia Constituinte, refletia um conceito desconectado da realidade brasileira, ao prever a criação de escolas primárias em cada termo, ginásios em cada comarca e universidades nos locais mais adequados. Em contraste, a carta outorgada por Pedro I, em 11 de março de 1824, adotou uma abordagem mais condizente com a realidade, ao estabelecer no artigo 178, item 32, que a instrução primária seria gratuita para todos os cidadãos.

Quanto à educação profissional, Cunha (2007) aponta que ela pode ser associada às chamadas "artes e ofícios", direcionadas aos aprendizes no campo do artesanato, manufatura e indústria, mas fora do âmbito da educação institucional escolar.

Seguindo o percurso histórico, a República Brasileira iniciou em 1889, e, a partir desse período, ações significativas para o ensino profissionalizante começaram a ser implementadas. A primeira grande medida foi a regulamentação das Escolas de Aprendizes e Artífices. Em 23 de setembro de 1909, o presidente Nilo Peçanha assinou o Decreto n.º 7.566, criando 19 dessas escolas (Brasil, 1909).

No governo de Getúlio Vargas, segundo Skidmore (1982) em sua obra "Brasil: de Getúlio a Castelo", antes mesmo de a Constituição de 1934 codificar um novo papel para a educação, o governo provisório de Vargas, por meio de um decreto de 11 de novembro de 1930, criou dois ministérios: o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde. No ano seguinte, foi implantada a Reforma Francisco Campos, que reorganizou o ensino secundário e superior no Brasil. O Decreto n.º 19.851 organizou o ensino secundário em dois segmentos: o ensino ginasial e o curso complementar, com duração de dois anos e caráter de especialização, subdividido em três áreas: pré-jurídico, pré-médico e pré-politécnico.

Em dezembro de 1931, durante a Conferência Nacional de Educação, os participantes, instados por Vargas a apresentar diretrizes para a elaboração de um projeto educacional, não chegaram a um consenso. Como resultado, 26 deles encarregaram Fernando de Azevedo de redigir o que ficou conhecido como o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. O manifesto propôs a criação de um sistema nacional de educação.

A nova Constituição de 1934 foi promulgada, adotando grande parte do ideário presente no Manifesto dos Pioneiros. Em 1937, Vargas instaurou o Estado Novo e passou a governar com poderes ditatoriais. Sua administração tornou-se centralizadora e controladora, criando o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para censurar manifestações contrárias ao regime. Durante esse período, Vargas perseguiu opositores políticos, especialmente os partidários do comunismo, e, como parte de sua política, enviou Olga Benário, esposa do líder comunista Luís Carlos Prestes, para o governo nazista. Além disso, criou a Justiça do Trabalho (1939), instituiu o salário-mínimo e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e introduziu direitos trabalhistas como a carteira profissional, a jornada de trabalho de 48 horas semanais e as férias remuneradas, conforme destaca Skidmore (1982).

Na educação, a Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, transformou as escolas de aprendizes e artífices mantidas pela União em Liceus Industriais, e estabeleceu novos para a propagação nacional do ensino profissional em todos os seus ramos e graus. Em 1942, o Decreto-Lei n.º 4.073, de 30 de janeiro, definiu que o Ensino Industrial seria ministrado em dois ciclos: o primeiro ciclo compreendia o ensino industrial básico, mestria, ensino artesanal e aprendizagem, enquanto o segundo ciclo abrangeu o ensino técnico e pedagógico. Outro decreto de 1942, o n.º 4.127/42, estabeleceu as bases para a organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, constituída por escolas técnicas.

Nesse contexto, foi criado, em 1941, pelo Decreto-Lei n.º 97 de 16 de julho, o Curso Ginásial da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Maria Rocha (Decreto n.º 7654, de 16 de julho de 1957), instituição que será analisada ao longo deste trabalho. Em 1946, o Decreto-Lei n.º 9.613/46, também conhecido como Lei Orgânica do Ensino Agrícola, regulamentou os estabelecimentos de ensino agrícola federais.

Em 1948, o Ministro da Educação Clemente Mariano apresentou o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), defendendo a educação como um direito de todos. As discussões sobre a LDB perduraram até 1961, ano em que a Lei

n.º 4.024 foi promulgada, estabelecendo as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Após o retorno de Vargas ao poder e sua saída trágica do governo em 1954, o Brasil continuou sob os chamados governos populistas de Café Filho, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Em 1959, foram instituídas as escolas técnicas federais como autarquias, a partir das escolas industriais e técnicas mantidas pelo Governo Federal.

No governo de Juscelino Kubitschek, não só o ensino secundário deveria se encarregar da profissionalização, mas também o ensino primário passaria a ter a responsabilidade de educar para o trabalho. O espírito de desenvolvimento transformou o papel do ensino público, colocando a escola sob os desígnios diretos do mercado de trabalho. Em 20 de dezembro de 1961, foi promulgada a Lei n.º 4.024, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Durante o período da Ditadura Militar no Brasil (1964 – 1988), observamos uma forte intervenção dos governos militares na educação. Um exemplo disso foi a Constituição de 1964, que isentou a União e os Estados brasileiros de cumprir com os investimentos estabelecidos pela Lei n.º 4.024, e ainda promoveu a abertura do ensino à iniciativa privada, seguindo as diretrizes dessa mesma legislação.

Neste período, foram introduzidas novas disciplinas para os estudantes do 1º e 2º graus, como a matéria de Educação Moral e Cívica. A disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) também passou a ser conduzida visando promover valores militares e patrióticos. Lembramos dos dias em que marchamos no pátio da escola, sem entender o motivo, e das inúmeras vezes em que cantávamos o hino nacional. Os desfiles de 7 de setembro também são lembranças marcantes dessa época.

A Lei n.º 5.692/71, por sua vez, definiu que todo o ensino de segundo grau (atualmente chamado de Ensino Médio) deveria preparar o educando para a conclusão de uma habilitação profissional técnica ou, ao menos, de auxiliar técnico (habilitação parcial). Esta regulamentação está disposta na legislação: Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências (Brasil, 1971).

Podemos concluir que o ensino no Brasil durante o período da ditadura militar intensificou uma lógica que ainda persiste no sistema educacional atual: a distinção entre ensino privado e público. As escolas públicas foram concebidas para atender aos mais pobres, enquanto as privadas se destinavam aos mais ricos, criando uma

dualidade no acesso à educação. Além disso, o modelo educacional se consolidou com uma perspectiva tecnicista e com uma aparente neutralidade científica.

Em 1982, a Lei n.º 7.044/82 reformulou a Lei n.º 5.692/71, retirando a obrigatoriedade da habilitação profissional no ensino de segundo grau. Já no processo de redemocratização, surgiram debates sobre a necessidade de uma nova LDB. Em 20 de dezembro de 1996, foi promulgada a segunda versão da LDB, que dedicou o Capítulo III do seu Título VI à educação profissional. Nesse contexto, compreendemos que o protagonismo juvenil, evidenciado pela participação dos estudantes em Grêmios Estudantis, exemplifica uma prática educativa na qual se desenvolvem ações voltadas à autonomia, cidadania e às relações interativas entre os pares. Além disso, envolve atividades de planejamento, organização de eventos, palestras, festas comemorativas e a implementação da Lei do Grêmio Livre.

A Escola Estadual de Ensino Médio Professora Maria Rocha, localizada no centro de Santa Maria, será o foco deste trabalho. Fundada em 17 de abril de 1941 pelo Decreto-Lei n.º 97, a escola inicialmente era um anexo da Escola Olavo Bilac. Além de oferecer etapas como o Ensino Médio Gaúcho, o Ensino Médio Noturno e o Ensino Médio Integral, a escola também expandiu sua oferta com cursos técnicos. Em 1998, foi criado o primeiro curso pós-médio, o Técnico em Contabilidade, seguido pelo curso de Secretariado e Técnico em Informática. Em 2014, a escola implementou o Curso Técnico de Informática integrado ao Ensino Médio.

2.2 Protagonismo juvenil

Para entendermos os objetivos propostos neste trabalho, foi necessário discutir uma das questões primordiais no debate, o protagonismo juvenil. O que é ser protagonista e por que juvenil? Por que as demandas juvenis são importantes e como elas podem contribuir para que as políticas públicas desenvolvam ações para a cidadania para este público?

Usamos para este subcapítulo o estudo feito na obra organizada por Helena Wendel Abramo e Pedro Paulo Martoni Branco (2005), Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional à Lei n.º 12.852, de 05 de agosto de 2013, além do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, lei esta que é o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

A obra Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional possui uma estrutura de quatorze capítulos temáticos, precedidos por uma apresentação e uma introdução metodológica, e, contém ao final um anexo com 126 gráficos, que servem de material de apoio para reflexões desenvolvidas pelos autores ao longo dos capítulos. São poucas as obras que são capazes de contribuir para a discussão deste tema. Mas esta colabora principalmente com a informação sobre a visão de quem são nossos jovens e como eles pensam vários assuntos.

E uma das informações obtidas e relevantes para a pesquisa nesta obra é sobre a cultura política dos jovens, Paulo Krischke analisa a cultura política dos jovens e, segundo ele, o pressuposto de que os estudos sobre cultura política são uma forma de revelar a disposição das pessoas de dar apoio ao regime democrático. O autor lembra que, apesar de a abertura político-eleitoral ter possibilitado aos jovens votar a partir dos 16 anos, eles aderem muito pouco à participação política convencional, o que não quer dizer que este jovem não se preocupe com a política.

Desta forma, já temos uma das questões levantadas para o debate: será que não deveria ser na escola, em uma instância escolar como o Grêmio Estudantil, que este jovem deveria iniciar e querer participar da política eleitoral, inclusive com interesse em escolher seus representantes?

Além disso, ser protagonista significa compreender que a atuação política vai além da política partidária e que esse não deveria ser um interesse exclusivo da escola ou do gestor, mas sim da gestão democrática e participativa como um todo. Também recorreremos à legislação para analisar os direitos e as políticas públicas de juventude, a fim de compreender esse aspecto essencial do nosso trabalho. Uma das leis pesquisadas foi a Lei n.º 12.852, de 05 de agosto de 2013. Esta lei institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). Segundo esta lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos. Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente.

Consideramos importante também trazer para o conhecimento e debate as políticas públicas sobre a juventude, pois, segundo a Lei n.º 12.852, de 05 de agosto de 2013, alguns princípios importantes para o presente projeto são:

I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens; II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações; III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País; IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares; V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem; VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude; VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações (Brasil, 2013, p. 1).

Vamos refletir sobre o princípio I, promoção da autonomia e emancipação, um desejo de todos os profissionais da educação. Quem não quer um estudante autônomo que busca sua emancipação, no sentido da autonomia com conhecimento, com participação, com desejo de fazer a diferença. Um estudante que quer participar da vida política, inclusive partidária, que já na sua juventude tem o interesse de votar e ser votado, ser representante de seus pares, ver o que pode ser melhorado no cotidiano escolar, bem como na sua vida particular privada, pois muito inicia na escola, mas é trazido deste espaço institucional para a vida privada.

Promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do país, princípio II, outro ponto de interesse desta pesquisadora, pois entendemos a criatividade essencial atualmente, inclusive em um mundo globalizado, de era digital e com a inteligência artificial presente nas aulas, nas pesquisas dos estudantes e na vida contemporânea, da escola. Como trabalhar com o estudante do século XXI, com um modo de produção capitalista e digital, em que muitos empregos deixaram de existir, e novas oportunidades de formação acadêmica, do mundo do trabalho, são criadas e renovadas a cada momento.

No princípio IV, existe o reconhecimento do jovem como sujeito, e é isso que trazemos em nosso projeto, o jovem protagonista, sujeito de suas ações cotidianas, na esfera da escola e em sua vida privada, que sabe onde quer chegar e sabe posicionar-se como tal, que faz parte de uma sociedade e que pode ajudar na melhoria da mesma.

Também precisamos refletir sobre o princípio V, promoção do bem-estar e do desenvolvimento integral, como se sentir pertencente a um espaço, no nosso caso de estudo: a escola, espaço educativo, de aprendizagens, mas também de regras e de promoções de desenvolvimento integral. O que seria ser integral? Na escola pesquisada, por exemplo, trazemos para a pesquisa jovens estudantes do curso Técnico de Informática integrado ao Ensino Médio, e estudantes do Ensino Médio em

Tempo Integral, o que representa hoje uma educação integral, um estudante com conhecimentos adquiridos nas disciplinas, mas, de outra parte, o que é ser integral, com outras aprendizagens no espaço escolar? Aprendizados estes adquiridos na escola e fora dela, no contexto familiar e na sociedade? Por exemplo: a pesquisa proposta traz para a discussão o protagonismo juvenil, em uma gestão democrática e participativa na escola, e um dos estudantes que deverá ser pesquisado na roda de conversa é o presidente do Grêmio Estudantil da escola, estudante do curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio, será que este estudante tem um entendimento do curso integrado como integral, no sentido da aprendizagem, e no desejo da implementação da escola deste regimento que forma o estudante integral?

No princípio VI, discutimos identidade, e isso é bem claro na escola, o jovem é autêntico, ele é o que deseja, e o que traz de sua vivência fora da escola, o que realmente é ou o que acaba conseguindo neste espaço diferente da sua casa e da sociedade de qual faz parte. Quando este estudante deixa de ser individual e pensa no coletivo, ele está exercendo este princípio e trazendo a coletividade para a pauta, inclusive com os desejos e as ansiedades de seus pares, estudantes da escola. Vislumbrando a escola pela visão de seus olhos e não da gestão escolar ou dos professores dela.

Já no princípio VII trazemos à pauta uma das mais importantes na escola: a do desenvolvimento na escola de jovens não preconceituosos, em todos os sentidos, e isso não deve nunca ser sonho, mas sim uma realidade, uma escola e uma sociedade sem discriminação, nenhuma forma de discriminação. Porque nós, profissionais da educação, sabemos que a todo dia existem problemas de discriminação, racismo, homofobia, xenofobia, e tantos outros preconceitos acontecendo em nossas escolas, pois estas instituições são frutos da sociedade, mas como mudar? Como mudar até o preconceito enraizado de alguns professores, de famílias que participam da escola.

Mas acreditamos que é possível, principalmente pelo estudo, pelo ensino e aprendizagem destes temas, trazer o conhecimento desta comunidade, porque existe o racismo, por exemplo, onde iniciou na história a escravidão e, por consequência, tudo que envolve este tema, e a escola consegue fazer isso, sim, pois temos profissionais para isso. O que é xenofobia, por que acontece esta situação, por que ainda somos preconceituosos? É colocar a mão na ferida, estudar e mudar, não temos mais alternativas para não fazer isso. Por que estudantes pretos não concluem o

Ensino Médio? Qual a taxa de aprovação destes estudantes na escola e na sociedade, é igual à dos brancos, por quê? Outra questão que deve ser ampliada e estudada.

E no princípio VIII a discussão é sobre o diálogo, no nosso entendimento, a solução de muitos problemas de nossa vida cotidiana, realmente não dialogamos, em nossas residências, na escola, o diálogo é a cada dia menos importante, mas por que dialogar? Parar, olhar nos olhos do outro, dizer o que pensa, posicionar-se ou não, jogar conversa fora com brincadeiras, ou assuntos não tão importantes, por que não fazemos mais isso? E aqui nos posicionamos pelo diálogo sempre, pois pela experiência de nossa atuação na prática escolar sabemos da importância do diálogo e de como alguns problemas são resolvidos pelo diálogo.

Mais informações sobre a Lei n.º 12.852, de 05 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o SINAJUVE serão abordados a seguir, observando sempre a importância para este projeto:

Art. 2, princípio I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens; II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;

Art. 3 Os agentes públicos ou privados envolvidos com políticas públicas de juventude devem observar as seguintes diretrizes:

I - desenvolver a intersetorialidade das políticas estruturais, programas e ações; II - incentivar a ampla participação juvenil em sua formulação, implementação e avaliação; III - ampliar as alternativas de inserção social do jovem, promovendo programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios; IV - proporcionar atendimento de acordo com suas especificidades perante os órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população, visando ao gozo de direitos simultaneamente nos campos da saúde, educacional, político, econômico, social, cultural e ambiental; V - garantir meios e equipamentos públicos que promovam o acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre; VI - promover o território como espaço de integração; VII - fortalecer as relações institucionais com os entes federados e as redes de órgãos, gestores e conselhos de juventude; VIII - estabelecer mecanismos que ampliem a gestão de informação e produção de conhecimento sobre juventude; IX - promover a integração internacional entre os jovens, preferencialmente no âmbito da América Latina e da África, e a cooperação internacional; X - garantir a integração das políticas de juventude com os Poderes Legislativo e Judiciário, com o Ministério Público e com a Defensoria Pública; e XI - zelar pelos direitos dos jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos privados de liberdade e egressos do sistema prisional, formulando políticas de educação e trabalho, incluindo estímulos à sua reinserção social e laboral, bem como criando e estimulando oportunidades de estudo e trabalho que favoreçam o cumprimento do regime semiaberto (Brasil, 2013, p. 1-2).

Portanto, para esta pesquisa, salientamos a importância de todas as diretrizes, mas principalmente que elas estejam alinhadas com o cotidiano escolar e a

participação do estudante, do jovem como protagonista. Que este tenha reflexão e o olhar crítico sobre a escola e o mundo de que fazem parte, que lutem para fazerem a diferença como estudantes inseridos na sociedade, participando, opinando, percebendo que podem aos poucos pensar em um mundo melhor.

A Lei n.º 12.852/2013 colabora para entendermos os direitos e deveres do jovem e esclarece a idade das pessoas que são consideradas jovens perante a legislação brasileira. Nesse sentido, existe a proteção deste jovem não só por conta dessa lei, mas também pelo ECA (Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990).

Na revista Movimento, produzida pela União Nacional de Estudantes, n.º 20, de novembro de 2008, uma das principais reportagens é sobre a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas da juventude brasileira. Este pacto, segundo a reportagem, tinha como objetivo que os candidatos a cargos eletivos de todo o Brasil dedicassem em seus projetos espaços para os jovens brasileiros (Brasil, 2008). Da obra de Manacorda encontramos a seguinte colocação sobre a participação ativa do estudante:

Gramsci critica a ilusão de se poder praticar uma pedagogia libertadora como pedagogia do indivíduo encerrado em si mesmo: “A participação realmente ativa do aluno na escola - observa - somente pode existir se a escola estiver ligada à vida”; para ele, a relação educativa não se dá entre indivíduos singulares, mas sempre entre indivíduos que representam “todo o complexo social”. Finalmente, a virtude didática do ativismo (e recorde-se que para ele toda escola de base é ativa, desde que se supere o momento romântico do ativismo e se assuma “classicamente” as instâncias racionais e históricas válidas) apresenta-se nele como imediatamente coordenada ao plano social; o mesmo valor da educação humana analisada por ele sem qualquer valorização abstratamente metafísica e toda inserida no fato histórico de que a escola esteja ligada à vida e de que, naquela determinada vida social, o latim possa ou não constituir-se como elemento educativo. Também, quando toma em consideração não o conteúdo do ensino, mas o seu sujeito, o educando, sempre relaciona à sociedade o que as pedagogias libertárias atribuem a cada um em particular: o problema está sempre em que “as classes instrumentais” podem ser educadas para um papel dirigente como conjunto e não como indivíduos (Manacorda, 1991, p. 143).

No nosso entendimento, o estudante é ativo na escola no momento em que a escola observa a importância deste estudante, que consiga carregar sua vida, sua história, sua condição econômica, e por ser tão complexa a vida, esta complexidade está presente no cotidiano escolar, por isso precisamos estar atentos como gestão, como educadores, que tudo acontece na escola.

Neste sentido, também refletimos que muitos estudantes enxergam a escola como um espaço educacional para apreender conteúdos, mas não somente isso, pois entendem que ali desenvolvem-se ações de desportos, com diferentes organizações esportivas, times de futsal, futebol, vôlei, basquete, entre outros, para competições ou

entretenimento. Ali há o encontro entre os pares, ações de amizades, coleguismos, namoros. Além disso, é o momento da fala, do exercício do diálogo e da escuta por profissionais como orientadores, mas entre todos da comunidade escolar. É quando eles se sentem autênticos.

2.3 A Gestão Escolar democrática e participativa

Para entender o trabalho aqui apresentado, com a pesquisa baseada na escola pública estadual, precisamos trazer para a reflexão dois pontos importantes nesta pesquisa: a gestão democrática, no entendimento da pesquisa e da legislação, e a gestão participativa, participação vista como um processo social.

A escola pública pesquisada tem como mantenedora a Secretaria Estadual de Educação, portanto devemos seguir para administrar a escola a lei de Gestão Democrática do Estado do Rio Grande do Sul: Lei n.º 16.088, de 10 de janeiro de 2024, (publicada no Diário Oficial do Estado n.º 8, de 11 de janeiro de 2024) que dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino nas Escolas Públicas Estaduais e dá outras providências, além da Constituição Federal de 1988, no capítulo III, que orienta sobre a educação, principalmente no artigo 206, inciso VI, que estabelece: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VI – Gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (Brasil, 1988, p. 15), e também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira (Brasil, 1996).

Para entendermos melhor a legislação, a Lei de Gestão Democrática, dispõe no artigo Art. 1º A gestão democrática do ensino público estadual (prevista no art. 206, inciso VI, da Constituição Federal, no art. 197 da Constituição do Estado e no art. 3º, inciso VIII, da Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996): diretrizes, processos, instrumentos e mecanismos mobilizados para assegurar a participação, acompanhamento, monitoramento e fiscalização da gestão educacional das escolas estaduais por conselhos, instâncias colegiadas e comunidade escolar.

A gestão democrática está clara pela lei maior que é a Constituição Federal, portanto, quando se fala em gestão democrática nas escolas, seria a própria aplicação da lei, mas nem sempre no âmbito escolar acontece a gestão democrática, ou muitas vezes acontece, mas o cotidiano escolar é tão vivo e rápido que não nos damos por conta do que está acontecendo no cotidiano. Neste contexto escolar, segundo Dalmás (1994, p. 133), em algumas escolas verificamos que:

A escola não tem uma proposta libertadora explicitada. Este fato provoca posicionamentos, com frequência, individualistas dos membros da Comunidade Educativa, dificultando a formação da unidade em torno de um mesmo fim. Por haver clareza sobre a proposta da instituição, e o que é esperado deles, os membros assumem posicionamentos pessoais, especialmente no trabalho em sala de aula.

Diante desta afirmação do autor e com treze anos de experiência na gestão, podemos concluir que a gestão tradicional é comum em nossa rede estadual. E não é porque os gestores não querem mudar ou a Secretaria de Educação não quer mudanças, pelo contrário, as práticas de gestão estão em constantes estudos e com propostas diferenciadas.

Um exemplo das dificuldades de uma gestão democrática começa no processo de eleição de diretores, experiência do ano de 2024 na rede estadual. No momento, estamos na gestão desta escola pesquisada e no ano anterior, devido à mudança na Lei de Gestão Democrática do Estado do Rio Grande do Sul (Lei n.º 16.088 de 2024), participamos do processo de indicação de diretores das escolas públicas do estado, para uma gestão de três anos.

As alterações, aprovadas pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em 2023, foram realizadas para atualizar a Lei n.º 10.576, de 14 de novembro de 1995, e cumprir as exigências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Para este processo, a primeira fase foi a preparação dos candidatos que deviam seguir um novo regulamento, este incluía etapas de preparação obrigatórias para todos os candidatos, em que todos os profissionais de educação efetivos no Estado do Rio Grande do Sul e com formação em alguma licenciatura poderiam participar de um curso de gestão, (totalizando 60 horas de estudo) após a obtenção do certificado, os candidatos deveriam participar de uma prova com 60 questões objetivas, três questões discursivas, depois da aprovação na prova participaram da votação pela comunidade escolar.

Depois do curso, da prova e da aprovação, os candidatos estavam aptos à eleição, após entregar um Plano de Gestão, além de documentos comprobatórios de todas as instâncias, cíveis e criminais, à Comissão Eleitoral escolar. Professores, estudantes e responsáveis poderiam votar diretamente na chapa composta por diretor e vice-diretor, usando um aplicativo digital desenvolvido pela Secretaria Estadual de Educação. Este longo processo se encerrou após a votação pela comunidade escolar,

e o candidato eleito foi aquele que obteve votação igual ou maior de 30% da comunidade escolar.

Portanto, é cada vez mais difícil a participação e a implementação da democracia na escola. O exemplo citado acima é um dos muitos processos burocratizados, em que, de uma certa forma, restringe a participação nas escolas. Dalmás (1994, p. 134) relata que:

A direção procura assumir posicionamentos democráticos, delegando funções e decisões. Faz-se presente nas atividades e cobra responsabilidades. A descentralização está acontecendo. O horizontalismo está crescendo. O reflexo é percebido nas relações mútuas. Aumentam os encontros informais e os momentos de diálogo. O respeito mútuo se evidencia entre os membros da Comunidade Educativa.

No plano de gestão dos candidatos à gestão escolar, são apresentadas à comunidade escolar propostas anuais e propostas para os três anos de gestão, além de direcionamentos específicos para a gestão pedagógica, financeira, recursos humanos e administrativa.

Por isso, é importante que na escola contemporânea os profissionais responsáveis pela gestão escolar reflitam sobre sua prática e que o tema gestão escolar democrática, tão em voga atualmente, não fique só na legislação, nem na teoria, mas sim, na prática. A participação deve ser inerente ao cotidiano escolar, ações democráticas e participativas devem ser implementadas. E, por isso, muito bem define Lück (2006, p. 89) na obra: A gestão participativa na escola:

A criação de um ambiente e de uma cultura participativos constituem-se, em consequência das questões analisadas, em importante foco de atenção e objeto de liderança pelo gestor escolar, pelo qual, gradualmente, tem-se promovido mudanças significativas na organização e orientação de nossas escolas.

Lück debate nesta obra outra questão importante aqui, a participação, e segundo ela:

Não se pode pensar em estabelecer um processo de participação na escola apenas parcialmente. Ou ele é considerado como um processo que atinge a todos os segmentos do estabelecimento de ensino, ou corresponderá a simples ativismo utilizado para camuflar um esforço no sentido da manutenção da condição vigente na escola como um todo, em que uns decidem e outros executam, uns se omitem, outros ocupam o espaço da decisão, ou em que ninguém decide e o que todos fazem é continuar como todos fazem é continuar atuando como sempre fizeram, sem consideração a resultados e possibilidades de melhoria e desenvolvimento. A participação é um princípio a permear todos os segmentos, espaços e momentos da vida escolar e dos processos do sistema de ensino, de acordo com os postulados democráticos, orientadores da construção conjunta. (Lück, 2006, p. 63).

Neste sentido, ser protagonista por meio da participação em um Grêmio Estudantil, além do aprendizado, fazer algo mais para a escola e para seus pares, é muito positivo. E a gestão escolar, oportunizando por meio de uma instância estudantil, que é o Grêmio Estudantil, é uma iniciativa de gestão escolar muito atual e significativa. Freire (1982, p. 20):

E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealisticamente opressor, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e história dos oprimidos - libertar-se a si e aos opressores.

E nesta luta do libertar-se da opressão que Freire já refletia nos anos de 1980, chegamos ao século XXI, e o protagonismo aqui estudado, e com isso podendo contribuir com a escola democrática e participativa que a gestão pode e deve desenvolver. Entendemos que a gestão é um processo longo e, ao mesmo tempo que demanda estudo, nem um pouco fácil, pelo contrário, que deve ser desenvolvido em equipe, em que todos desempenhem suas funções, mas também estejam engajados na proposta de gestão que se quer construir na escola.

Em nosso entendimento, a gestão não deve apenas sonhar com a gestão democrática e participativa, mas a primeira questão que deve ser colocada em prática é a relevância de uma gestão adequada, cumprindo os dias letivos e horas-aula determinadas, também realizar um planejamento adequado, inclusive do tempo escolar, sem falar da promoção da equidade e da qualidade na educação.

Não podemos, como gestores, esquecer da transparência das ações, do uso de ferramentas de gestão, bem como garantir sempre o acesso e a permanência dos estudantes na escola. A escola hoje é um espaço de acolhimento, mesmo que este acolhimento tenha em alguns momentos o desenvolvimento de ações de implementação de normas de convivência, de responsabilização de atos para que o clima organizacional seja positivo.

A liderança participativa deve ser afetiva e positiva, mas, ao mesmo tempo, deve desenvolver ações conforme o plano de gestão construído e apresentado à comunidade que faz parte. O que não impede a atualização das rotas quando necessárias, bem como modelar valores educacionais. O cotidiano do gestor é árduo, existe o planejamento, mas nem sempre ele é realizado, porque as ações acontecem muito rápido nesta escola viva e ativa. Todos da equipe escolar têm suas funções,

mas nem sempre são colocadas em prática. Na escola estudada, existem cinco modalidades de ensino. Cada modalidade tem um objetivo, uma matriz curricular, um quadro de horários e um grupo de professores, uma coordenação pedagógica, um vice-diretor por turno e uma vice-diretora do Ensino Médio em Tempo Integral. A direção-geral possui 40 horas semanais, mas cumpre em três turnos diários, manhã, tarde e noite, que são muitas vezes longas e desgastantes.

A gestão escolar atual precisa refletir diferentes aspectos: bullying e cyberbullying, equidade e igualdade, inclusão escolar, bem-estar no trabalho, segurança psicológica e alimentação escolar adequada, inteligência emocional, realização de avaliações e autoavaliações, avaliações externas como o Sistema de avaliação do Rio Grande do Sul (SAERS) e Avaliação Educacional em Larga Escala, sistema de frequência educacional, projetos de desenvolvimento da educação básica, bem como transparência na gestão financeira, administrar a escola com outras instâncias, tão importantes como o Grêmio Estudantil, no caso o Conselho Escolar e Círculo de Pais e Mestres (CPM).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta dissertação pertence à linha de pesquisa 1, Práticas Pedagógicas na Educação Profissional e Tecnológica, do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) - Campus Jaguarí. E, no decorrer do estudo, utilizamos o Estatuto do Grêmio Estudantil da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Maria Rocha, a Lei n.º 7.398, de 04 de novembro de 1985, que garante nas escolas públicas e privadas a criação de uma entidade autônoma e representativa dos estudantes, também está sendo utilizada, além do referencial teórico sobre a EPT, articulação entre a prática da pesquisadora e os estudos realizados no âmbito bibliográfico.

Este capítulo apresenta a metodologia da pesquisa, detalhando o tipo de estudo realizado, a abordagem adotada, os métodos e instrumentos utilizados, bem como os procedimentos de análise dos resultados. Com essa estrutura metodológica, busca-se atender aos objetivos propostos, proporcionando uma interpretação crítica e contextualizada dos fenômenos investigados.

3.1 Caracterização do tipo de pesquisa

No percurso desta pesquisa, realizamos uma pesquisa qualitativa, semiestruturada, que segundo Santos (2000), esse tipo de procedimento apresenta certo grau de estruturação, pois o entrevistador conduz a entrevista, em uma roda de conversa. Segundo Souza Martins (2004, p. 292) sobre metodologia qualitativa:

Outra característica importante da metodologia qualitativa consiste na heterodoxia no momento da análise dos dados. A variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva... A intuição aqui mencionada não é um dom, mas um resultante da formação teórica e dos exercícios práticos do pesquisador.

Apresentamos a intuição como um resultado da formação e da prática, ressaltando a importância do estudo e da busca pelo conhecimento. Nesse sentido, é fundamental a revisão bibliográfica realizada sobre o tema investigado e a análise criteriosa do material coletado durante a pesquisa. Mas também foram discutidas questões éticas que, segundo Souza Martins (2004, p. 295):

A metodologia qualitativa, mais do que qualquer outra, levanta questões éticas, principalmente, devido à proximidade entre pesquisador e pesquisados. Ainda que a maioria dos pesquisadores (especialmente os sociólogos) dedique pouca atenção a essa questão, existe uma elaborada discussão - principalmente entre os antropólogos - que procura dar conta dos problemas decorrentes da relação de alteridade entre os dois pólos na situação da pesquisa.

Para a realização deste trabalho, foi considerada a atuação na escola investigada, adotamos uma postura ética e cuidadosa em todas as etapas do estudo. Damos especial atenção a um olhar crítico e reflexivo, evitando uma perspectiva puramente idealista que, enquanto gestoras, podemos ter em relação à instituição.

Segundo o artigo: Roda de Conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no Ensino Médio, de Marcia Cristina Henares de Melo e Gilmar de Carvalho Cruz:

A Roda de Conversa é uma possibilidade metodológica para uma comunicação dinâmica e produtiva entre alunos adolescentes e professores do ensino médio. Essa técnica apresenta-se como um rico instrumento para ser utilizado como prática metodológica de aproximação entre os sujeitos no cotidiano pedagógico (Melo e Cruz, 2014, p. 31).

Nos chama a atenção, na experiência desta investigação, a comunicação e a rapidez com que as respostas foram surgindo nesta metodologia, pois percebemos a escola bem dinâmica. Os estudantes são ativos, o cotidiano escolar é dinâmico. Seguindo o planejamento da Roda de Conversa, segundo os autores Melo e Cruz (2014, p. 33): “A coleta de dados por meio da Roda de Conversa permite a interação entre o pesquisador e os participantes da pesquisa por ser uma espécie de entrevista de grupo, como o próprio nome sugere”.

Esta interação foi permitida nesta Roda de Conversa, e a escuta da pesquisadora foi de maneira dialógica e dialética. E como o método científico que escolhemos é o enfoque marxista, a discussão aqui apresentada segue o Materialismo Histórico-Dialético, pois durante toda minha formação acadêmica e as leituras realizadas nestes anos de trabalho com a educação seguimos sempre a dialética. Sobre a importância do Materialismo Histórico-Dialético Manacorda (1991, p. 129-130) afirma:

Outro processo evidente no campo do ensino, nesses cem anos que nos separam de Marx, tem sido o que se relaciona à pesquisa metodológica; em especial, a polêmica das escolas novas ou ativas contra os conteúdos arcaicos e os esquemas classificatórios e, acima de tudo, contra os métodos dogmáticos e catequísticos da escola tradicional. Também esta renovação foi fruto dos tempos, promovida pela necessidade de adequar o ensino ao estágio e ao

progresso cada vez mais rápido das ciências e das técnicas. Tem sido, pelo menos em parte, característica desse movimento uma certa obliteração dos conteúdos e a ênfase sobre os métodos, considerados “ativos”, fundados sobre o interesse e a escolha autônoma do aluno.

Evidente a necessidade de renovação, adequação do ensino para o século XXI, e da função da escola de transformação da sociedade. E, conforme a teoria de Karl Marx, a história da humanidade é a história da luta de classes, em que a base econômica (infraestrutura) determina a organização social, política e cultural (superestrutura).

Portanto, nesta pesquisa, a dialética foi usada, pois é um método de pesquisa e um guia condutor para a atividade humana. Sua dialética materialista não se estende apenas ao conhecimento das leis do movimento da história humana, mas, igualmente, ao conhecimento da história da natureza.

E neste sentido, a filósofa búlgara Agnes Heller traz para reflexão na obra *O Cotidiano e a História* o seguinte:

A teoria segundo a qual os homens fazem sua própria história, mas em condições previamente dadas, contém as teses fundamentadas da concepção marxista da história: por um lado, a tese da imanência, e, por outro, a da objetividade. À primeira vista, o princípio da imanência implica no fato da teleologia, ao passo que o princípio da objetividade implica naquele da causalidade; os homens aspiram a certos fins, mas estes estão determinados pelas circunstâncias, as quais, de resto, modificam tais esforços e aspirações, produzindo desse modo resultados que divergem dos fins inicialmente colocados, etc. Mas essa distinção seria verdadeira tão-somente se circunstância e homem fossem entidades separadas. Todavia, essas circunstâncias determinadas, nas quais os homens formulam finalidades, são as relações e situações humanas mediatizadas pelas coisas. Não se deve jamais entender a circunstância como totalidade de objetos mortos, nem mesmo de meios de produção; a circunstância é a unidade de forças produtivas, estrutura social e formas de pensamento, ou seja, um complexo que contém inúmeras posições teleológicas, a resultante objetiva de tais posições teleológicas (Heller, 1985, p. 1-2).

Heller afirma que os homens fazem sua própria história e a história, conforme Heller, não nos ensina coisa alguma, é aprendendo com a história todos os dias que nós nos ensinamos, na escola, como uma das instituições mais importantes, sem falar das finalidades que precisamos ter presentes em nossas vidas, por isso a importância das posições teleológicas que os homens devem buscar. Por isso, Paro (2005) também reflete sobre esta sociedade da qual fizemos parte e a superação das classes nesta sociedade:

No atual contexto da sociedade capitalista em que vivemos, a transformação social precisa ser entendida num sentido que extrapola o âmbito das meras

reformas, de iniciativa da classe que detém o poder, e que visam tão somente acomodar a seus interesses os antagonismos emergentes na sociedade. Em seu sentido radical, a transformação social deve estar comprometida com a própria superação da maneira como se encontra a sociedade organizada. Não, portanto, a mera atenuação ou escamoteação dos antagonismos, mas a eliminação de suas causas, ou seja, a superação das classes sociais (Paro, 2005, p. 82).

Esta superação das classes sociais, a luta de classes presentes desde a pré-história como modo de produção asiático, deve ser superada. A escola existe para o aprendizado e para superação das dificuldades dos estudantes, por isso que a superação das diferenças deve ser uma premissa na escola e nos planejamentos de todas as disciplinas e em todos os projetos desenvolvidos dentro da escola. Mas, obviamente, que para esta superação acontecer, precisamos estudar a história da humanidade e a própria luta de classes. Por isso, a dialética é tão importante em um estudo cujo foco são os estudantes. Gil (2008, p. 33) explica sobre a dialética, entendimento essencial nesta pesquisa, como:

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. Por outro lado, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma. Assim, as pesquisas fundamentadas no método dialético distinguem-se bastante das pesquisas desenvolvidas segundo a ótica positivista, que enfatiza os procedimentos quantitativos.

O método de pesquisa centrado no positivismo, muito usado por intelectuais no início do século XX, foi um método que já exerceu sua função; a escola naquele momento foi extremamente tradicional e positivista. Hoje buscamos uma escola com outra visão, por isso a dialogicidade é tão importante nesta escola que busca a democracia e a participação. Gil também enfatiza o materialismo histórico no sentido da dimensão histórica dos processos sociais:

Quando, pois, um pesquisador adota o quadro de referência do materialismo histórico, passa a enfatizar a dimensão histórica dos processos sociais. A partir da identificação do modo de produção em determinada sociedade e de sua relação com as superestruturas (políticas, jurídicas etc.) é que ele procede à interpretação. (Gil, 2008, p. 41-42).

Esta é uma pesquisa social, com estudos da realidade social, envolvendo assuntos sobre o homem, em sua totalidade e seus relacionamentos com instituições, neste caso da pesquisa proposta à instituição: Escola, e Gil (2008, p. 47) esclarece:

As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais e partidos políticos.

À luz do exposto, a caracterização desta investigação como qualitativa, de natureza social e fundamentada no Materialismo Histórico-Dialético, revela-se coerente com os objetivos propostos e com a complexidade do fenômeno investigado no contexto escolar. A opção pela entrevista semiestruturada, operacionalizada por meio da Roda de Conversa, possibilitou uma aproximação dialógica com os sujeitos da pesquisa, respeitando os princípios éticos, a alteridade e a historicidade das relações sociais que constituem o cotidiano escolar.

Tal escolha metodológica permitiu apreender a realidade em sua totalidade dinâmica, considerando as contradições, mediações e determinações históricas que atravessam as práticas educativas. Assim, o percurso metodológico adotado não se configura como um posicionamento teórico-político do pesquisador, comprometido com a compreensão crítica da realidade educacional e com a perspectiva de transformação social mediada pela educação.

3.2 Local e participantes da pesquisa

O local para a realização da pesquisa foi a Escola Estadual de Ensino Médio Professora Maria Rocha, escola pública estadual, localizada na rua Conde de Porto Alegre, n.º 795, no centro da cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

A escola possui 1.100 estudantes matriculados no ano de 2025, ano da realização da pesquisa. Estes dados foram retirados do Sistema Integrado da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul.

A instituição possui cinco etapas de ensino: Ensino Médio em Tempo Integral com 12 turmas integrais, contando com 300 estudantes, Ensino Médio noturno com 80 estudantes matriculados, Ensino Médio Gaúcho com 5 turmas de terceiros anos, totalizando 100 estudantes, Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio, com 10 turmas e 190 estudantes, cursos de pós-médio em Contabilidade, Informática e Secretariado com 430 estudantes.

Com a autorização assinada pela direção da escola e assinada pelos pais ou responsáveis dos estudantes, foi realizada uma Roda de Conversa com os integrantes do Grêmio Estudantil da escola.

Em um horário após as aulas, na sala de reuniões da escola, foi realizada a Roda de Conversa, ela foi gravada com o celular da pesquisadora.

Os participantes desta pesquisa foram 8 (oito) estudantes que integram a atual gestão do Grêmio Estudantil da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Maria Rocha, eleitos democraticamente no pleito realizado em 2024. Esses estudantes ocupam os seguintes cargos: Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro, Secretário de Saúde e Meio Ambiente, Primeiro Secretário de Esportes e Lazer, Segundo Secretário de Esportes e Lazer, Secretária Social, Primeiro Secretário Geral, Segundo Secretário, Secretária de Comunicação Social e Secretária Cultural. Os integrantes do Grêmio são oriundos de diferentes modalidades de ensino da instituição, incluindo o Ensino Médio Gaúcho (diurno e noturno), o Ensino Médio em Tempo Integral, o Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio e o curso técnico subsequente em Contabilidade.

A seleção dos participantes foi realizada de forma intencional, considerando exclusivamente os estudantes que fazem parte do Grêmio Estudantil. Os critérios de inclusão compreendem: estar regularmente matriculado na escola; ocupar um dos cargos da gestão do Grêmio Estudantil vigente; e ter disponibilidade para participar da Roda de Conversa. No caso de menores de idade, foi exigida a apresentação do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), acompanhado da autorização dos pais ou responsáveis legais. Foram excluídos da pesquisa estudantes que não puderam comparecer no momento da coleta de dados ou que não concordaram com os termos de participação, manifestados formalmente por meio do TCLE (Apêndices A e B) ou TALE (Apêndice C).

O processo de recrutamento foi realizado por meio de convite enviado aos estudantes via e-mail, com cópia à direção da escola, informando os objetivos da pesquisa, os procedimentos previstos e os documentos necessários para o consentimento ou assentimento. A participação foi voluntária e devidamente autorizada pela gestão da escola, em conformidade com as normas éticas estabelecidas pela Resolução CNS n.º 510/2016.

3.3 Procedimentos para a utilização de dados

A pesquisa aqui apresentada utilizou várias leituras com diferentes autores. As obras foram sobre a história da EPT, história da Educação Brasileira, gestão escolar, juventude, metodologia e técnicas de pesquisa, entre outras.

Usamos também as legislações sobre a educação brasileira, gestão democrática do ensino público, Grêmio Estudantil, Constituição Federal. A proposta da entrevista foi uma entrevista semiestruturada com os estudantes que fazem parte do Grêmio Estudantil da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Maria Rocha em uma Roda de Conversa (Apêndice D) no espaço escolar.

As questões foram feitas de maneira informal, pois se trata de uma “[...] técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação” (Gil, 2008, p. 109) e as respostas foram gravadas pelo celular da pesquisadora e organizadas posteriormente.

Esta é uma pesquisa-ação devido ao envolvimento da pesquisadora na instituição, conforme Michel Thiollent (2011, p. 20):

Entre as diversas definições possíveis, daremos a seguinte: a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Portanto, como professora desta escola, já faz 10 anos e atualmente diretora da mesma, o interesse é de que a escola tenha crescimento, que os jovens protagonistas também exerçam seu protagonismo, que suas ações sejam impactantes na instituição. Seguindo esta proposição:

Para que não haja ambiguidade, uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação. Além disso, é preciso que a ação seja uma ação não trivial, o que quer dizer uma ação problemática merecendo investigação para ser elaborada e conduzida (Thiollent, 2011, p. 21).

E ainda:

Em geral, a ideia de pesquisa-ação encontra um contexto favorável quando os pesquisadores não querem limitar suas investigações aos aspectos acadêmicos e burocráticos da maioria das pesquisas convencionais. Querem pesquisas nas quais as pessoas implicadas tenham algo a “dizer” e a “fazer”.

Não se trata de simples levantamento de dados ou de relatórios a serem arquivados. Com a pesquisa-ação os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados (Thiollent, 2011, p. 22).

Neste entendimento, a pesquisa-ação é uma proposta metodológica que oferece elementos para a condução da pesquisa social, não é apenas uma observação, ou a retirada de dados, há uma possibilidade de melhorias no espaço através da aplicação desta proposta.

3.4 Procedimentos para análise de dados

Os dados produzidos por meio da Roda de Conversa constituem o corpus da pesquisa e serão trabalhados à luz da Análise do Discurso (AD), possibilitando a compreensão dos sentidos, das posições assumidas pelos sujeitos e das relações de poder e historicidade que atravessam seus enunciados.

Nessa direção, a AD permite que a análise dos dados seja elaborada de forma processual, a partir da escuta atenta e da interpretação das falas dos estudantes participantes da Roda de Conversa, considerando os sentidos produzidos nas condições históricas, sociais e institucionais em que os discursos emergem.

A adoção da AD possibilita, especialmente no contexto desta pesquisa, uma compreensão ampliada do lugar ocupado pelos estudantes na escola, de suas trajetórias de vida, de suas lutas cotidianas para permanecer na instituição e de seus sentimentos em relação à participação no Grêmio Estudantil, instância representativa e fundamental para o exercício da democracia no espaço escolar.

Desse modo, o procedimento de análise não se restringiu apenas ao que foi verbalizado durante a Roda de Conversa, mas abarcou também as práticas, os planejamentos e as ações efetivamente desenvolvidas pelos estudantes no cotidiano da escola. Trata-se, portanto, de uma pesquisa participante e, simultaneamente, de uma pesquisa-ação, considerando o envolvimento direto da pesquisadora com a instituição investigada e o compromisso com o fortalecimento da gestão democrática e participativa nas escolas públicas.

Segundo Orlandi (2013), a AD constitui uma teoria que possui método e objeto próprios, sendo o discurso o seu objeto central. Tal compreensão justifica a escolha da AD como referencial para a análise dos dados deste estudo, uma vez que se busca analisar os discursos dos estudantes, compreendendo seus sentidos, contradições e

silenciamentos, bem como o lugar de fala que ocupam no interior da instituição escolar.

Para Orlandi (2013), a AD opera a partir de categorias fundamentais, como lugar e posição dos sujeitos. Enquanto a noção de lugar refere-se aos espaços ocupados pelos sujeitos empíricos em uma sociedade marcada por relações hierarquizadas, a categoria posição diz respeito às projeções e identificações construídas pelos sujeitos em determinados momentos históricos e discursivos. Nesse sentido, ao analisar os discursos dos estudantes, questiona-se se estes se percebem e se colocam como sujeitos centrais da escola, protagonistas de suas ações e decisões, ou se ainda reproduzem posições historicamente subalternizadas. Tal reflexão dialoga com Paro (2005, p. 149), ao afirmar que:

[...] a escola se pauta por relações que dizem respeito à forma pela qual os homens tomam consciência da própria realidade concreta, descaracterizando-se, portanto, toda vez que ela deixa de fundar-se nessas relações para pautar-se por relações próprias do nível econômico da sociedade (Paro, 2005, p. 149).

Por esse viés, Orlandi (2013) destaca que o sujeito, ao utilizar a linguagem, jamais é inocente ou neutro. Falar implica tomar partido, posicionar-se e identificar-se com determinadas formações discursivas. Tal compreensão reforça a ideia de que tanto a pesquisadora quanto os estudantes participantes da pesquisa carregam histórias, experiências, valores e expectativas que atravessam e constituem seus discursos. Assim, os enunciados produzidos durante a pesquisa não podem ser compreendidos como neutros, mas como expressões de trajetórias de vida, de sonhos e de projetos. Nesse sentido, Heller (1993, p. 378) já afirmava:

Além disso, a utopia da teoria da história, a qual promete que as prioridades ao satisfazer as necessidades decorrem de um discurso racional, é outra vez o “amanhã” que é também hoje. Tal promessa acarreta a seguinte norma ética: sempre que o ator ou atriz do presente (do “hoje”) participar na satisfação das necessidades de alguém, deve envolver-se numa discussão racional sobre prioridades que aguardam atendimento, dentre as quais se incluem as necessidades dele ou dela.

Essa utopia, compreendida como horizonte ético e político, deve estar presente no trabalho educativo e, conseqüentemente, na atuação da escola como espaço de formação humana integral. Incentivar os estudantes a sonharem, elaborarem projetos de vida e participarem ativamente das decisões escolares constitui uma dimensão

fundamental do processo educativo, uma vez que a escola integra e atravessa significativamente a vida desses sujeitos.

Deste modo, a Análise do Discurso e o Materialismo Histórico-Dialético, ao considerar os discursos em sua historicidade e em suas determinações sociais, configuram-se como procedimentos adequados para compreender as práticas, os sentidos e as possibilidades de transformação construídas no interior da escola bem como colabora para uma interpretação da realidade escolar que queremos compreender, caracterizando-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica dos homens em sociedade.

3.5 Procedimentos éticos

A participação de seres humanos em pesquisas precisa ter respaldos legais e éticos em sua forma e realização. Ressalta-se que o projeto de pesquisa foi submetido à apreciação e devidamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), garantindo o cumprimento integral das exigências éticas estabelecidas para pesquisas que envolvem seres humanos. O Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) está registrado sob o número 87999725.0.0000.5574, conforme apresentado no Apêndice E. Precisamos também entender nesta pesquisa o papel da escola, que, segundo Paro (2005, p. 155):

[...] é importante observar que o papel da escola na divulgação da nova visão de mundo não precisa restringir-se ao âmbito das atividades de ensino-aprendizado. Essa concepção deve permear todas as atividades da escola e é de particular importância na atividade administrativa. Obviamente, uma gestão de escolas estruturada em bases democráticas, fundada na participação da comunidade, terá maiores facilidades de conseguir a adesão de parcelas significativas dos pais de alunos, para atividades culturais que visem à reflexão mais profunda dos problemas educacionais de seus filhos, e que lhes propiciem, ao mesmo tempo, a apreensão de uma concepção de mundo mais elaborada e crítica.

Considerando que nosso público-alvo é composto por estudantes, na sua maioria menores de idade, para participação na pesquisa foi exigida a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TALE). Para participantes maiores de idade, o consentimento foi formalizado conforme o Apêndice A, enquanto, para menores, foi necessária a autorização de seus pais ou responsáveis, conforme o Apêndice B.

Posteriormente, estes estudantes deram o seu assentimento de participação por meio do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) – Apêndice C. Por meio dos termos, foi feito o compromisso em garantir o sigilo e a privacidade dos participantes, assim como será assegurado que a utilização dos dados e resultados da pesquisa serão apenas para contribuir com o conhecimento científico, para a gestão da escola e para desenvolver ainda mais o protagonismo juvenil.

Todos os participantes receberam os devidos esclarecimentos sobre o desenvolvimento e participação na pesquisa. Apenas após estes esclarecimentos e da assinatura do TCLE e/ou TALE, foi organizada a Roda de Conversa.

Todas as informações foram tratadas com rigorosa confidencialidade. A pesquisadora comprometeu-se a adotar todas as medidas necessárias para garantir a privacidade dos participantes, incluindo o armazenamento seguro dos dados. Os dados obtidos nesta pesquisa foram utilizados exclusivamente para os fins deste estudo. Além disso, a pesquisadora assinou o Termo de Confidencialidade dos Dados (Apêndice F), garantindo o cumprimento dos aspectos éticos relacionados à proteção e sigilo das informações.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

À medida que os dias passam, vamos compreendendo o cotidiano escolar, esse espaço de relações interpessoais, econômicas e políticas, marcado pela diversidade e pela pluralidade. Nesse ambiente, manifestam-se diferentes dimensões da experiência humana: alegrias e tristezas, aprendizagens e trocas de saberes, debates e silêncios, expressões artísticas e culturais, gestos de afeto e de convivência. Entre conteúdos e avaliações, o que se evidencia é a presença constante da vida em sua complexidade e dinamismo.

Viver neste mundo sendo professora, e atualmente gestora, é um compromisso digno e desafiador. Todos os dias ganhamos ou perdemos forças, aprendemos com erros e acertos, pois a vida cotidiana e a nossa profissão nos cobram, muitas vezes nos sufocam, e nos adoecem, mas também nos dão forças para sermos melhores e aprendermos com nossa profissão.

Baseada nisso, estamos a cada dia buscando conhecer mais os nossos estudantes, frutos dos objetivos principais deste trabalho. E eles nos ensinam e a cada ano se modificam, como estudantes e membros de uma sociedade.

Esta parte do estudo é o corpus da pesquisa, conforme os objetivos deste trabalho, que é aprofundar a compreensão sobre o papel do Grêmio Estudantil na promoção da gestão democrática e do protagonismo juvenil na Escola Estadual de Ensino Médio Professora Maria Rocha. O objetivo geral da pesquisa foi analisar os efeitos da criação, do processo eleitoral e da atuação do Grêmio Estudantil de uma escola pública estadual como prática educativa sobre a cultura escolar, o desenvolvimento do protagonismo juvenil e a gestão democrática e participativa da instituição.

E para isso foi desenvolvida uma Roda de Conversa com os estudantes do Grêmio Estudantil da referida escola, realizada na sala de reuniões da escola, um espaço escolhido pelos estudantes. Neste local são realizadas reuniões de professores, reuniões com os líderes de turmas e com o próprio Grêmio Estudantil, um espaço acolhedor, silencioso, o qual os estudantes já estão acostumados.

Iniciamos a Roda de Conversa explicando que a pesquisa faz parte do trabalho final para o Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Farroupilha, intitulado “Protagonismo juvenil e práticas educativas: o papel do Grêmio Estudantil na gestão democrática e participativa de uma escola pública estadual”.

Recolhemos os documentos assinados: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (para os estudantes maiores de idade e para os pais ou responsáveis pelos estudantes menores de idade) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (para os estudantes menores de idade). Explicamos os objetivos, a metodologia e o porquê da participação deles, bem como a importância do aceite para a participação e o retorno que eles terão com a entrega da pesquisa finalizada, e o acesso ao produto educacional.

Também salientamos que se trata de uma pesquisa qualitativa, que estamos utilizando a metodologia da Roda de Conversa, e que seus nomes não serão divulgados, mas sim a análise feita por meio das respostas deles. Ficou acertado com o grupo que as respostas serão identificadas com o uso dos termos: Estudante 1, Estudante 2, Estudante 3, Estudante 4, Estudante 5, Estudante 6, Estudante 7 e Estudante 8, e as respostas diretas dos estudantes serão destacadas no texto em *itálico*.

São 12 estudantes integrantes do Grêmio Estudantil da escola, estes estudam em todas as etapas de ensino da mesma: Ensino Médio Gaúcho, Ensino Médio em Tempo Integral, Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio, Ensino Médio Noturno e pós-médio (Técnico em Contabilidade). Mas a grande maioria dos integrantes, 08 estudantes, são do Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio.

Participaram da roda de conversa 8 estudantes, com um horário pré-agendado. Todas as questões e as respostas foram gravadas pelo celular da pesquisadora. E naturalmente as questões eram feitas e as respostas eram dadas espontaneamente, sem muita organização no sentido de quem ia falar, mas sim conforme a vontade de cada um, e assim a conversa foi se desenvolvendo.

Uma das questões iniciais que vamos refletir é: por que vários estudantes que compõem este grupo são do curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio da escola, mas para isso precisamos conhecer este curso, que foi implementado em 2014 na referida escola.

São 11 anos deste curso na escola estudada, desenvolvido por meio da participação de professores na construção do regimento dele. Foi com o governo do presidente Lula a revogação do Decreto n.º 2.208/97, que regulamenta a educação profissional no Brasil, estabelecendo diretrizes para cursos técnicos e sua relação com a Educação Básica e o Ensino Superior, mas com o Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, cujo conteúdo foi incorporado à Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Brasileira por meio da Lei n.º 11.741/2008 para redimensionar, institucionalizar e integrar a Educação Profissional Técnica de nível médio, a Educação de Jovens e Adultos e a EPT. Essa lei foi promulgada em 16 de julho de 2008 e introduziu mudanças importantes na legislação para a área da EPT.

O curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio da escola faz parte da EPT do Estado do Rio Grande do Sul, administrado pela Superintendência de Educação Profissional, SUEPRO/RS e Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Percebe-se que o curso já tem um reconhecimento da sociedade, pois já formou várias turmas de estudantes. A procura para estudar neste curso é grande, em que estudantes precisam ser submetidos a um processo seletivo com sorteio (conforme site da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul). A escola oferta 100 vagas para os primeiros anos. Atualmente possui 190 estudantes no curso.

No curso desenvolvem-se disciplinas da Formação Geral Básica estruturadas pelos conhecimentos e habilidades nas áreas de linguagens e códigos, ciências humanas, matemática e ciências da natureza. Ele abrange nos três anos de curso as disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Biologia, Arte, Educação Física, Matemática, Química e Geografia. Já o núcleo Tecnológico compreende as disciplinas que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação técnica e disciplinas específicas em informática, conforme o Regimento dos Cursos Técnicos e do Catálogo Nacional de Cursos, seguindo a Matriz Curricular dele. São várias disciplinas de informática desenvolvidas ao longo destes anos, como Algoritmos, Programação Web, Sistemas Aplicativos, Redes, Montagem e manutenção, Introdução à informática, além do TCC (Trabalho Final do Curso), em que os estudantes, além da pesquisa escrita, apresentam temas oralmente de relevância na sociedade e propõem soluções inovadoras para os mais diversos problemas, como a criação de aplicativos, sites, etc.

Os estudantes do curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Maria Rocha permanecem praticamente sete horas na escola, cumprindo rigorosamente a legislação, sendo considerado um Ensino Integral, com atividades teóricas e práticas, o que pode ser cansativo para muitos ou produtivo e desenvolvendo a sensação de pertencimento para outros.

Partindo da proposição do pertencimento em relação à escola, acreditamos que este seria um dos pontos da participação destes estudantes no Grêmio Estudantil da escola. Pois, vivenciando o dia a dia na escola, os estudantes percebem os benefícios

e os problemas do cotidiano escolar, e talvez por isso o interesse em participar de uma instância de representação escolar. Acreditamos também que o estudante do Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio tem um perfil que possibilita desenvolver o protagonismo, já que ele escolhe estudar em um curso técnico, o que de certa forma é considerado mais difícil devido às disciplinas técnicas, além de passar por um processo seletivo, o que demonstra que realmente existe o interesse na etapa de ensino.

No âmbito da Roda de Conversa, a primeira pergunta concentrou-se na percepção dos estudantes acerca de seu papel enquanto representantes de seus pares no contexto de sua participação no Grêmio Estudantil da escola.

O Estudante 1 considera que *“sou um representante”*, ele também afirma que *“com o passar dos anos ficou mais fraca a participação dos estudantes no Grêmio Estudantil da escola, os estudantes não têm tempo de pensar em Grêmio, eles pensam no Grêmio para a organização de festas, e que se não fazem, são criticados”*. Para ele, *“o Grêmio serve para fazer muito mais coisas do que festas”*. Analisa também o fato de não se interessarem muito pelo Grêmio Estudantil, que isso acontece *“devido à chegada dos estudantes novos”*, afirma que *“no antigo Grêmio os estudantes eram mais presentes, mais ativos, iam mais na sala do Grêmio Estudantil”*, reitera que se sente um representante, mas acredita que eles (os estudantes) não estão tão empolgados com o Grêmio Estudantil da escola. Acredita que a localização da sala (que mudou este ano) também é um fator, que neste ano está em outro local da escola.

A Estudante 2 acredita que *“eles estão menos empolgados com o Grêmio do que antigamente”*. O estudante 3 afirma que *“objetivamente há uma crise de representatividade, devido às atitudes e às ações que o Grêmio Estudantil toma, que não há uma conexão muito grande com os estudantes, porque o Grêmio atual é composto pela maioria dos estudantes do terceiro ano”*. O estudante 3 afirma que ele mesmo não conhece muitos estudantes dos primeiros e segundo anos, e por não criar esta conexão, a representatividade é impessoal. Sobre isso, Machado (2010, p. 83) afirma que:

A educação básica tem o importante papel de fazer com que o aluno adquira os conhecimentos de base relativos à cultura, à sociedade, às ciências, às ideias, que são indispensáveis a cada um, qualquer que seja sua profissão. Ela fornece os fundamentos para uma concepção científica da vida e contribui para desenvolver as faculdades cognitivas e as capacidades do indivíduo.

Contribui, ainda, para a autoaprendizagem contínua e crítica; para o desenvolvimento da sua criatividade, do seu espírito de inovação e suas disposições à versatilidade que os atuais processos produtivos requerem.

Neste sentido, já iniciamos observando a análise que estes três estudantes (Estudante 1, Estudante 2, Estudante 3) fazem em relação à participação dos outros estudantes, observam criticamente a falta de participação de alguns e explicam os motivos. E assim, conforme Simões (2010, p. 106):

Alguns jovens inclinam-se a negar a realidade por meio de projeções utópicas, e outros se sentem perdidos em relação às escolhas que precisam fazer e às decisões em relação ao trabalho. Dentro do que idealizam como saída, encontram obstáculos e muitos se desencantam. Outros ainda acreditam na escola e na sua proposta de inserção social, e alguns a concretizam. Esse processo estabelece o jogo da vida, ora de encontros, ora de desencontros, seguindo de um lugar para o outro, refazendo sonhos e projetos.

Esses são os estudantes deste Grêmio Estudantil, analisam os problemas, mas enfrentam os mesmos, não desistem, não se desencantam, e seguem em seus propósitos.

Outra questão que foi trabalhada é se eles consideram efetivas suas participações no Grêmio Estudantil da escola quando sugerem à direção projetos, melhorias, festas, jogos, palestras para desenvolver na escola?

O Estudante 1 afirma que é ouvido, mas que *“muitas ações são limitadas, às vezes devido ao tempo, que o prazo é curto para a organização das atividades”*, que percebe que a gestão tem muitos compromissos, falta tempo em geral porque eles estão organizando coisas do terceiro ano, mas quando realizam ações, estas são sempre lembradas pelos estudantes, mesmo que não seja a melhor festa que teve, elas são sempre lembradas. As palestras são desenvolvidas também, como por exemplo *“a palestra sobre o meio ambiente, em que os estudantes participaram na prática. O que impossibilita é a questão das aulas que são pela manhã e tarde”*.

O Estudante 4, responsável pelo setor de esportes e suplente do Grêmio Estudantil, diz que percebeu que os estudantes, em geral, da escola, o interesse pelos jogos escolares. Lembrou que *“no ano passado as atividades foram mais participativas, inclusive os jogos do noturno”* (jogos de futsal, com objetivo de integração entre os estudantes do Ensino Médio noturno e pós-médio da escola). Trazemos aqui algumas reflexões sobre a importância dos estudantes suplentes para compor a chapa do Grêmio Estudantil e, por isso, precisamos organizar as chapas que vão concorrer ao Grêmio da escola sempre com estudantes suplentes. Até porque

alguns estudantes podem ser transferidos por diferentes questões e ali precisamos reorganizar sempre o grupo.

Outra questão que nos chama a atenção é em relação aos esportes: por que os estudantes não estão tão interessados na participação de jogos esportivos? Lembrando que é de importância para o desenvolvimento integral dos estudantes as atividades esportivas. O esporte, além de contribuir para o desenvolvimento de valores como disciplina, liderança, respeito, trabalho em equipe, combate o sedentarismo, prevenção de doenças e oportuniza o desenvolvimento de atividades inclusivas.

Neste sentido, acreditamos que as Secretarias de Educação do Estado ou o Ministério dos Esportes não oportunizam mais apoio financeiro e de Recursos Humanos para as escolas. Também, mesmo com tantas oportunidades, falta conhecimento para os gestores sobre as leis de incentivo ao esporte. Um exemplo disso é a Lei n.º 11.438/06, Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), como é mais conhecida. Esta lei permite que recursos provenientes de renúncia fiscal sejam aplicados em projetos das diversas manifestações desportivas e paradesportivas distribuídos por todo o território nacional.

Hoje, algumas escolas sequer conseguem participar dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (JERGS) por falta de treinadores esportivos nas escolas e apoio financeiro para pagamento de transporte para os atletas irem para as competições, apesar de ser dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais.

O esporte escolar é o esporte praticado na escola no âmbito da Educação Básica e Superior, seja como conteúdo curricular da Educação Física ou como atividade extracurricular conforme a Lei n.º 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, e deve atender ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Portanto, precisamos de uma política de financiamento dos esportes, que inclua a construção de quadras poliesportivas cobertas ou ginásios de esportes para as escolas.

A escola estudada neste projeto não possui quadra esportiva coberta e nem ginásio. As atividades esportivas são realizadas na quadra da escola, que está bem precária, ou no ginásio da cidade, quando a escola consegue o empréstimo do espaço com a Secretaria de Esportes do município.

Já o Estudante 1 colocou que acredita que *“é algo cultural, que não é culpa do Grêmio Estudantil a falta de participação nos esportes, os estudantes não estão tão*

interessados no coletivo”. Analisa que os estudantes antes eram aqueles que estavam vivendo uma pandemia, que estavam sedentos para o convívio, muitos vieram direto para o Ensino Médio sem aulas, agora é diferente.

O estudante está se referindo à pandemia do Covid-19, que, segundo o Ministério da Saúde, é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um beta coronavírus descoberto em amostras de lavado bronco alveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Segundo o site da Fiocruz, no dia 26 de fevereiro de 2025, completaram-se 5 anos do primeiro caso de Covid-19 confirmado no Brasil. Um fator determinante para a queda no número de mortes por Covid-19 em todo o mundo foi a vacinação. No Brasil, a primeira dose da vacina foi aplicada em janeiro de 2021 e, segundo o Ministério da Saúde do Brasil, ao longo desses cinco anos, mais de 201 milhões de brasileiros tomaram alguma dose da vacina contra a Covid-19 (Brasil, 2025).

Nas escolas, a pandemia foi sentida de forma severa: o cancelamento das aulas, as aulas programadas, as aulas remotas realizadas via videoconferência, os professores se reinventando com o uso da internet, um momento nunca visto na história da educação. E os estudantes passando por dificuldades nas perdas familiares, nas finanças, no convívio, e principalmente no aprendizado.

Esta interpretação do Estudante 1 nos chama a atenção, o quanto a pandemia afetou diretamente a vida de nossos estudantes, como marcou suas histórias de vida. Passamos por este período, as escolas sobreviveram conforme conseguiram e hoje o que temos são resultados da pandemia, principalmente no que diz respeito a aprendizagens de muitos estudantes. Estamos ainda tentando reparar este período em que os estudantes ficaram longe das escolas, apesar dos trabalhos remotos e das aulas a distância.

A terceira questão para a roda de conversa foi em relação às expectativas anteriores ao processo eleitoral de escolha do Grêmio Estudantil. O Estudante 1 afirma que *“a maioria das expectativas foram alcançadas, mas o que mais desmotiva é o fato de os alunos não estarem tão motivados, que às vezes pesa”*. O Estudante 5 já diz que:

[...] nem todas as metas que havíamos colocado os estudantes aproveitaram, como por exemplo a compra de poltronas, que no decorrer do ano acabaram

estragando. Entendemos que esta é uma função do Grêmio Estudantil também, gerir recursos financeiros próprios, conforme o Regimento do Grêmio Estudantil da escola. (Estudante 5).

O Grêmio Estudantil nas escolas contribui para a formação de estudantes participativos e críticos, que conseguem ter um olhar crítico dentro do espaço do qual fazem parte. Esta visão deveria estar em todas as escolas, não no sentido de resolver todos os problemas que existem na sociedade ou na escola, mas sim na questão da centralidade, não é o professor, ou o gestor, ou o estudante a figura central na escola, mas sim, todos são importantes nesta instituição, todos os olhares são pedagógicos.

Quando os estudantes do Grêmio Estudantil querem melhorar o espaço escolar e o conforto de seus pares (exemplo da compra das poltronas para a escola), é pedagógico, porque eles sabem a necessidade dos estudantes, eles estão ali juntos de seus pares. Quando organizam palestras para reflexão sobre questões ambientais, é pedagógico, pois estão procurando discutir problemas necessários da sociedade. Quando propõem uma confraternização comemorativa do "Dia do Estudante" por exemplo, é porque precisam descontraír, se divertir, um momento de trocas e de desenvolver relações interpessoais e não é uma simples confraternização, porque tudo tem planejamento da equipe, trabalho em conjunto com a gestão da escola, com a coordenação pedagógica, professores e com os estudantes.

O Grêmio Estudantil da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Maria Rocha, que está na gestão durante o ano de 2025, foi escolhido por um processo eleitoral organizado no ano de 2023. Em que participaram do processo eleitoral duas chapas de estudantes. Foram professores da escola que fizeram toda a condução dele, com a organização da comissão eleitoral, prazos de inscrições das chapas, os cargos que compõem o Grêmio Estudantil da escola, os debates no decorrer da campanha eleitoral, o plano de ação e o processo de votação, bem como o escrutínio das urnas. Já a posse deste Grêmio foi a cargo da direção da escola. Também foi definido no regimento o tempo para a administração deste Grêmio escolar, que neste caso do estudo é de 2 anos de atuação.

A chapa mais votada tinha como presidente um estudante do Ensino Médio em Tempo Integral, mas, por necessidades econômicas, já que não podia permanecer de forma integral na escola (informação obtida no Serviço de Orientação Educacional (SOE) da escola), o estudante pediu transferência da escola para poder se dedicar aos estágios remunerados concomitantes aos estudos. Com isso, o presidente do

Grêmio Estudantil é atualmente o estudante que era vice-presidente, estudante do Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio, frequentando o terceiro ano deste curso.

A pergunta seguinte foi referente ao tempo em que participaram do Grêmio Estudantil, se aconteceram mudanças em relação ao seu desenvolvimento pessoal, com mais responsabilidade, uma melhor visão da escola, mais criticidade.

O Estudante 1 diz que “*com certeza*”, o Ensino Médio mudou seu pensamento, que quando saem do Ensino Fundamental não são tão críticos. Que já na equipe anterior do Grêmio ele pensava nos direitos dos estudantes (sua namorada na época fazia parte do Grêmio Estudantil). No texto de Marise Ramos, sobre o Ensino Médio, acreditamos que se alinha com a colocação do Estudante 1:

Com isso, colocamos a discussão sobre as finalidades do ensino médio ou, ainda, sobre o que lhe confere sentido: sujeitos e conhecimentos. Sujeitos que têm uma vida, uma história e uma cultura. Que têm necessidades diferenciadas, mas conquistaram direitos universais. Conhecimentos que são construídos socialmente ao longo da história, constituindo o patrimônio da humanidade, cujo acesso, portanto, todos têm direito. É preciso, então, construir um projeto de ensino médio que supere a dualidade entre formação específica e formação geral e desloque o foco de seus objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana. Assim, sua identidade como última etapa da educação básica deve ser definida mediante um projeto que, conquanto seja unitário em seus princípios e objetivos, desenvolva possibilidades formativas que contemplem as múltiplas necessidades socioculturais e econômicas dos sujeitos que o constituem - adolescentes, jovens e adultos - , reconhecendo-os não como cidadãos e trabalhadores de um futuro indefinido, mas como sujeitos de direito no momento em que cursam o ensino médio (Ramos, 2010, p. 48).

Nós acreditamos na utopia de nossos estudantes e, conforme a fala do Estudante 1, “*a maioria dos objetivos foi alcançada, está sendo uma baita de uma experiência, mesmo tendo horas que pesa ser do Grêmio Estudantil, para a aula, cursinho, mas as expectativas foram alcançadas*”, diz que queria ter feito mais, mas as metas foram cumpridas. O Estudante 1 afirma, em sua fala, que não só o Grêmio Estudantil, mas o Ensino Médio é um moldador de pensamento:

*Quando saímos do Ensino Fundamental, não temos um pensamento crítico, estamos vendo só a Educação Básica. No Ensino Médio, temos contato com pessoas mais velhas, como os do terceiro ano, e começa a mudar sua opinião, tanto política quanto na vida. Isso foi um divisor de águas, eu mudei muito o pensamento do primeiro ano até agora e o Grêmio também me ajudou. **Estar no Grêmio faz você pensar sobre tudo, até o direito dos estudantes, porque você está defendendo os seus ideais.** Quando você faz palestras sobre algum tema, você está defendendo aquele tema e os dos discentes. Toda a atividade que fizemos, nós participamos, mesmo fazendo um post, por exemplo, faz você refletir muito sobre a vida, como a vida funciona. Te faz ter mais responsabilidade sobre as coisas, tu comanda uma*

equipe, precisa de responsabilidade, nos horários também, de ajudar todo mundo, nas festas tem que estar lá presente, isso é um compromisso que tu gera (Estudante 1).

O Estudante 6 diz que agora aprendeu a ter mais responsabilidade:

[...] porque quando estava no Ensino Fundamental era líder de turma, só que naquela época, era só por ser, só que quando você entra no Ensino Médio e está no Grêmio Estudantil, você percebe que não é só um cargo, que você tem que realmente fazer as coisas, é uma coisa que ensina muito (Estudante 6).

Já o Estudante 7 coloca que “foi bom para aprender a olhar os dois lados, porque muitos reclamam do Grêmio, mas muitas coisas não dão para fazer, muito da ideia de reclamar é porque os estudantes nem sabem o que o Grêmio faz, às vezes vão atrás da opinião de outra pessoa”. O Estudante 1 diz que “é difícil propor coisas novas, por problemas de estrutura, dinheiro, leis, a questão das aulas, muitas vezes atrapalha”. Já o Estudante 6 afirma que:

[...] estes problemas podem distanciar os estudantes do Grêmio, porque os próprios estudantes não entendem o lado do Grêmio, que se tenta conseguir as coisas, mas tem momentos que não tem como. As lideranças às vezes parecem que querem competir com o Grêmio (Estudante 6).

E, ainda, o Estudante 1 diz que pode ter esta rivalidade, porque os estudantes estão no “poder”, entre aspas.

A pergunta a seguir é sobre os aprendizados que levam para a vida, e o Estudante 2 afirma que “o Grêmio pode mostrar para os estudantes que pode ser bom estar na escola”. O Estudante 1 diz: “um dos aprendizados que levo é o posicionamento, não deixar as coisas acontecerem, mas me posicionar”, e o Estudante 4 afirma: “muito importante a democracia”.

E aqui vamos debater a questão que envolve a gestão democrática e participativa nas escolas. É importante lembrar que práticas não democráticas, individualistas ainda acontecem nas escolas, pois muitas vezes a consciência social coletiva não está presente ou é difícil de acontecer em uma determinada instituição escolar. Pois ser democrático não é fácil. Segundo Luck (2011, p. 113):

A escola pública recebe muitas interferências externas, que vão desde a determinação de como deve organizar uma chamada escolar, quais campanhas deve realizar, que projetos deve promover, até como deve avaliar os alunos. Portarias e resoluções secretariais e normas de departamento e de diferentes setores frequentemente desestabilizam a prática pedagógica escolar por introduzirem, intempestivamente, do ponto de vista da regularidade da escola, novas demandas.

Com isso, a organização de um Grêmio Estudantil se torna para as direções das escolas um trabalho a mais, uma demanda desnecessária.

Para melhorar a gestão escolar, entendemos que implementar um Grêmio Estudantil e ajudar a mantê-lo ativo nas escolas enriquece ainda mais as práticas democráticas nas escolas, bem como a gestão escolar, pois conforme Machado (2010, p. 88) que:

Numa perspectiva sócio-histórica, o sujeito situado na realidade que vive é o ponto de partida para o desenvolvimento da capacidade de contextualizar informações, conhecimentos, saberes e técnicas. O objetivo visado é o de despertar, influenciar e canalizar o desenvolvimento das potencialidades que ele, sujeito, traz dentro de si, tendo em vista fazer com que ele seja agente de transformações.

E qual gestor, qual educador, qual família e qual estudante não deseja ser um agente de transformação da sociedade? Pois, para Machado (2010, p. 88):

Para tanto, é necessário conhecer os interesses, necessidades e demandas do aluno: incorporar tais aspirações e expectativas à atividade pedagógica; desenvolver suas capacidades de pensar, sentir e agir; valorizar a compreensão dos determinantes sociais, econômicos e políticos da realidade em que vive e a discussão de alternativas para a construção da vida.

Por isso, a importância desta instância escolar e do incentivo à participação dos estudantes, pois a escola não se resume à sala de aula, as ações desenvolvidas são em todos os espaços, dentro e fora da sala de aula, os processos educativos são amplos e dinâmicos. As ideias surgem em cima de debates, rodas de conversas, escutas, problemas vivenciados, recreios compartilhados, em todos os momentos. O Grêmio estudantil e a participação dos estudantes no mesmo representam:

[...] uma grande oportunidade para viabilizar o conceito de escola aberta e integrada à realidade e oferece temas que constituem desafios, que merecem investimento de tempo e esforço cognitivo; temas relacionados a necessidades reais e com grande potencial de enriquecimento das propostas pedagógicas, dentre as quais se destacam as que se destacam as que se voltam para a integração do ensino médio e do ensino técnico de nível médio. (Machado, 2010, p. 90).

E assim refletimos sobre os estudantes do Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio da escola, participantes do Grêmio Estudantil, e os estudantes em geral da escola, que refletem a escola sob seus olhares. Não são isolados, são atuantes e querem escutar seus pares. Legitimam suas ações dentro do Grêmio Estudantil baseados na vontade de participar e contribuir com a escola em que estudam.

Ser uma escola que atua conectada com a sociedade, com estudantes interagindo, pode proporcionar um crescimento nos resultados de avaliações externas, nas aprovações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), vestibulares, na preparação destes jovens para o mundo do trabalho, para a vida pós Ensino Médio, uma escola preparada e que prepara a viver a vida do século XXI, uma escola ativa, com uma comunidade escolar e estudantes satisfeitos.

Sobre os aprendizados que levam para a vida, o Estudante 2 fala em empatia, pensar nos outros, nos superiores, lembra que *“quando era criança sempre tinha medo da diretora, hoje em dia já entendo mais o lado das pessoas que estão na gestão, entendo que é difícil”*.

Nesta resposta, como professora, mas principalmente como gestora (da minha experiência do magistério de 23 anos), foram 13 anos na direção de escola. Fui diretora por 9 anos em uma escola anterior e atualmente estou há 4 anos na direção desta escola pesquisada, lembrei dos meus diretores enquanto estudante. Será que eu tinha medo da diretora, ou esta figura era tão distante que não conseguíamos dialogar com ela? Lembrando que estudei no Ensino Fundamental nos anos 70 (época da ditadura militar) e no Ensino Médio (período de abertura política e implantação da Constituição de 1988). A visão do estudante é que ele já entende o lado das pessoas, e entendemos que é uma perspectiva positiva, mudando esta visão da gestão escolar. O Estudante 1 diz que agora entende como a escola funciona de verdade:

[...] muda o pensamento, tenho amigos que dizem que a escola não serve para nada, que só aprende coisa inútil, mas não é assim, entender isso é um formador de caráter para tua vida mesmo. Tu entendes de um lado e entende o porquê de não estar acontecendo, e tu ficas ali. Se os alunos procurassem mais o Grêmio, poderíamos dar esta visão para eles (Estudante 1).

Sobre esta questão, Machado (2010, p. 84) já afirma que:

A educação básica exerce papel fundamental no desenvolvimento da curiosidade e do interesse do aluno pelos problemas contextuais e internos à produção das ciências, da cultura e das artes, favorecendo, assim, a assimilação e o aprendizado dos processos investigativos, analíticos e tecnológicos.

O Estudante 2 afirma que *“agora dá para entender as pessoas que falam que a escola é tua segunda casa, que aqui a gente consegue ser”*. Já o Estudante 7 diz que *“se os estudantes conversassem mais com o Grêmio, eles podiam mudar esta ideia”*. O Estudante 1 diz que *“no convívio com pessoas diferentes, algumas estão ali cansadas e estressadas, é mais difícil, que na sala de aula tu podes te isolar, no*

Grêmio não, tu tens que estar ali ativo". O Estudante 2 diz que "você aprende a socializar", e o Estudante 1 diz "é uma experiência interessante". O Estudante 3 afirma que, no que diz respeito à questão:

[...] é que quando tu analisa a comunidade, tu vê um ambiente muito heterogêneo, tu vai nas turmas e tu vê ambientes diferentes, pessoas diferentes, que muitas não têm uma conexão, mas quando foi feita a Festa Junina, por exemplo, tu vê um ambiente completamente diferente disso, homogêneo, que já há uma conexão, pois era um ambiente diferente. E o que aprendi foi este tipo de conexão, de unidade que a gente cria, cabe a nós manter, porque não vai surgir do nada. Que o Grêmio serve justamente para fazer este intermédio de relações, de diferentes turmas, mas agora a escola, pelas etapas que possui (Integrado, Integral, Ensino Médio Gaúcho) tem abismos muito maiores, sem falar do pós-médio, inclusive às vezes eles não querem estar participando e a dificuldade está aí, criar as conexões. Por exemplo, no campeonato da Fifa tinha gente de todas as turmas, integrado, Ensino Médio Gaúcho, integral, bem interessante porque neste momento houve uma integração. Porque o que percebo que engaja o pessoal não são os padrões, mas qualquer projeto diferente (Estudante 3).

Nesta questão percebemos a capacidade adquirida destes estudantes de contextualizar, conforme Machado (2010, p. 87): "A capacidade de contextualizar requer conhecimentos, mas não se confunde com eles. Envolve um processo de construção de conhecimentos, situado histórica e socialmente, que provém e se desenvolve em íntima relação com a prática social".

Esta é uma das questões de grande relevância nesta roda de conversa: se os estudantes se consideram protagonistas? O Estudante 1 diz que se considera:

[...] porque muitas vezes os professores dizem: você é o presidente do Grêmio Estudantil, tem que dar o exemplo, tu és do Grêmio, tem que dar um jeito. Ser referenciado por alguém que resolve os problemas, tendo um cargo moral, isso é uma sensação que me faz a diferença, e eu não consigo viver sem fazer a diferença, eu quero viver fazendo a diferença no lugar que estou (Estudante 1).

O Estudante 6 diz que incentiva muito estar no Grêmio, que "as pessoas te reconhecem por estar no Grêmio, por estar fazendo alguma coisa. Os comentários ruins também fazem querer trabalhar mais, porque não somos só o Grêmio, somos o Grêmio da escola, que a gente pode ajudar". Todos afirmam que são protagonistas. E então entendemos que participar como integrante de um Grêmio Estudantil vai além da participação estudantil, conforme Heller (1981, p. 19):

Essa assimilação, esse "amadurecimento" para a cotidianidade, começa sempre por "grupos" (em nossos dias, de modo geral, na família, na escola, em pequenas comunidades). E esses grupos face-to-face estabelecem uma mediação entre o indivíduo e o costume, as normas e a ética de outras integrações maiores. O homem aprende no grupo os elementos da cotidianidade (por exemplo, o que deve levantar e agir por sua conta; ou o

modo de cumprimentar, ou ainda como comportar-se em determinadas situações, etc.); mas não ingressa nas fileiras dos adultos, nem as normas assimiladas ganham “valor”, a não ser quando essas comunicam realmente ao indivíduo os valores das integrações maiores, quando o indivíduo - saindo do grupo (por exemplo, da família) é capaz de se manter autonomamente no mundo das integrações maiores, de orientar-se em situações que já não possuem a dimensão do grupo humano comunitário, de mover-se no ambiente da sociedade em geral, e além disso, de mover por sua vez esse mesmo ambiente.

Estar em um grupo colabora para o estudante desenvolver uma percepção das situações, das relações sociais, econômicas e políticas de uma forma crítica, um olhar atento à sociedade da qual ele faz parte e que só vai estar cada vez mais sendo manipulada ou não, dependendo dele, o olhar reflexivo. Nestas relações, o grupo se fortalece e se ajuda, mesmo estando organizado em cargos como o Grêmio Estudantil, sendo alguns mais participativos, mais atuantes, conforme sua individualidade. Henz (2007, p. 165) afirma:

E assim, aos poucos, as nossas escolas vão se transformando em comunidades de aprendizagem do humano, onde professores(as) e alunos(as) possam ir aprendendo sempre a nos assumirmos como sujeitos de nós mesmos(as) e do mundo que estamos nos humanizando. “Tomando nas mãos” - dialógica e criticamente - os conhecimentos, os sentimentos, os valores, as técnicas, as habilidades e os sonhos, coerentes com os projetos pessoais e político-sociais construídos e aprendidos através de processos educacionais onde todos podemos “dizer a nossa palavra” e “ser mais”.

Conforme analisamos, nossos estudantes, além de observar a realidade da qual fazem parte, tomaram pelas mãos um desejo de mudança e de protagonismo, não são meros coadjuvantes na escola. Fizeram e fazem diferença no Grêmio Estudantil da escola, mas não só por isso, mas também por esta vontade de fazer algo a mais, para eles e para os outros.

Se nós, como educadores, não acreditarmos em nossos estudantes, não alimentamos nossa vida com a vivacidade, o entusiasmo, o desejo de fazer algo pelo outro, o que será que nossos estudantes estão nos ensinando, o que será da educação?

Aqui, nestes discursos nesta Roda de Conversa realizada com o Grêmio Estudantil, percebemos o quanto existe um amadurecimento destes jovens, não só perante o Ensino Médio, mas também referente à sociedade da qual fazem parte. Provavelmente serão no futuro seres humanos melhores, com empatia e quem sabe grandes líderes

Estudante se posicionar, falar, ter consciência de classe, se preocupar com seus pares, ver além, estudar e fazer mais do que ir à escola para “assistir aula”, seria provavelmente um sonho algum tempo atrás, talvez até o mais otimista teórico da educação não acreditasse que é possível, e aqui quero deixar claro que não é demagogia, é uma análise baseada em pesquisa.

Entendemos que existem dentro da instituição escolar relações de poder, hierarquia, impactos positivos e negativos destas relações, mas como qualquer instituição, estas relações fazem parte da história. Gadotti, na obra “Concepção dialética da educação”, nos faz refletir sobre a pedagogia dialética, esta que nos move e nos orienta:

[...] sustenta que a formação do homem se dá pela elevação da consciência coletiva realizada concretamente no processo de trabalho (interação) que cria o próprio homem. A educação identifica-se com o processo de hominização. A educação é o que se pode fazer do homem de amanhã. Não é uma atualização de uma essência do passado nem a perseguição dramática de uma perfeição individual impossível, permanente, sempre a meio caminho da humanidade. Enquanto a pedagogia da essência é extremamente determinista, mecânica, e a concepção existencialista é voluntarista pessimista, a pedagogia dialética da educação é social, científica, uma pedagogia voltada para a construção do homem coletivo, voltado para o futuro (Gadotti, 1990, p. 149).

A concepção dialética está centrada no homem, não somente no professor, e nem só no estudante, mas o homem como ser histórico, por isso a importância do pensamento destes jovens como seres históricos e participantes do mundo que fazem parte.

A pedagogia dialética desenvolvida junto às escolas deve ser pensada como uma proposta de transformação da sociedade, de se desenvolver a percepção de classes e de luta pelos direitos. Rubem Alves nos conta:

Participei da banca que examinou uma tese de doutoramento cujo tema eram os livros em que, nas escolas, são registradas as reuniões de diretores e professores. A candidata se dera o trabalho de examinar tais reuniões para saber o que falavam diretores e professores. As coisas registradas eram as coisas importantes que mereciam ser guardadas para a posteridade. Nos livros estavam registradas discussões sobre leis, portarias, relatórios, assuntos administrativos e burocráticos, eventos, festas. Mas não havia registros de coisas relativas aos alunos (Alves, 2015, p. 69).

Realmente, Alves fez uma colocação que muitos que estão dentro e fora da escola gostariam de dizer, porque infelizmente para alguns o melhor período de estar na escola é o período de férias, que não tem estudantes. Que triste, mas sim, escutamos às vezes este tipo de fala. Ou, em alguns momentos, escutamos só

problemas e queixas dos estudantes, principalmente nos intervalos ou nas salas de professores.

Os alunos: aqueles para os quais as escolas foram criadas, para os quais diretores e professores existem: ausentes. Não, não era bem assim: os alunos estavam presentes quando se constituíam em perturbações da ordem administrativa. Os alunos, meninos e meninas, alegres, brincalhões, curiosos, querendo aprender, alunos como companheiros dessa brincadeira que se chama ensinar e aprender - sobre tais alunos, o silêncio era total. Essa ausência do aluno - não do aluno a quem o discurso administrativo das escolas se refere como “o perfil dos nossos alunos”, nem esse nem aquele, todos, aluno abstrato - não esse, mas aquele aluno de rosto inconfundível e nome único: esse aluno de carne e osso que é a razão de ser das escolas. Ah! É importante nunca se esquecer disso: alunos não são unidades biopsicológicas móveis sobre as quais se devem gravar os mesmos saberes, não importando que sejam meninos nas praias do nordeste, nas montanhas de Minas, às margens do Amazonas, ou nas favelas do Rio. Os alunos são crianças de carne e osso que sofrem, riem, gostam de brincar, têm o direito de ter alegrias no presente e não vão à escola para serem transformadas em unidades produtivas no futuro. E é essa ausência desse aluno de carne e osso que está progressivamente marcando os universos que giram em torno da escola (Alves, 2015, p. 69-70).

Os estudantes algumas vezes são esquecidos em pesquisas, nas formações escolares, nos programas dos governos, para os professores e para as famílias. Mas aqui, nesta pesquisa, o estudante é protagonista e é lembrado, e conforme Alves (2015, p. 710): “Eu sonho com o dia em que os professores, em suas conversas, falarão menos sobre programas e pesquisas e terão mais prazer em falar sobre os seus alunos.”

Percebemos também, no desenvolver deste trabalho, que uma importante questão que não foi aprofundada aqui e que deve ser desenvolvida posteriormente é o debate sobre o protagonismo juvenil negro. Acreditamos na importância do tema, e que este deve ser desenvolvido com leituras acadêmicas e com a utilização de dados mais específicos, pois entre os 12 integrantes do Grêmio Estudantil da escola somente uma estudante se autodeclara negra.

Mesmo com avanços no ponto de vista, a Lei n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003, a Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008, e a Lei n.º 12.711/13 são o nosso ponto de partida para uma análise dos avanços em relação às políticas públicas de equidade racial.

A Lei n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003, é a lei que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nos sistemas educacionais do país. A legislação é considerada um marco da mobilização por direitos da população negra

no âmbito das políticas educacionais do Brasil. A norma proporcionou avanços significativos, como o lançamento da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola pelo Ministério da Educação em 2024.

Já a Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008, altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. No art. 1º, a redação do artigo 26-A da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.” (Brasil, 1996).

A Lei n.º 12.711 de 29 de agosto de 2012 é conhecida como Lei de Cotas, no entanto, a Lei n.º 14.945, de 31 de julho de 2024, publicada recentemente, traz modificações para o programa de cotas nas instituições federais de Ensino Superior e Técnico, visando ampliar o acesso de estudantes pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, além daqueles que cursaram todo o Ensino Médio em escolas públicas.

O Decreto n.º 12.536, que regulamenta a Lei n.º 15.142, de 3 de junho de 2025. A norma estabelece regras detalhadas para a reserva de 30% das vagas em concursos públicos e processos seletivos simplificados no âmbito da administração pública federal para pessoas pretas ou pardas, indígenas e quilombolas. Foi publicada também a Instrução Normativa conjunta MGI/MIR/MPI n.º 261, elaborada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com os ministérios da Igualdade Racial e dos Povos Indígenas, que disciplina a aplicação da reserva de vagas e dispõe sobre a classificação em caso de inclusão em múltiplas hipóteses de reserva de vagas.

Entendemos que todas as legislações são importantes na luta pelos direitos de pessoas negras, indígenas e quilombolas, mas essas leis precisam estar dentro das nossas escolas, sendo divulgadas e amplamente utilizadas por nossos estudantes. E aqui está mais uma pauta para a discussão da gestão.

Porque precisamos aplicar uma lei, entender esta lei, porque existe uma invisibilidade das pessoas negras; por isso, é urgente uma educação para as relações

étnico-raciais. A Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) não apenas contextualiza o conhecimento, mas desnaturaliza as desigualdades históricas, valoriza os saberes e culturas afro-brasileiras, configura o currículo com base em diversidade e representatividade.

E segundo o artigo: Juventude e participação: O Grêmio estudantil como espaço educativo dos autores Francisco André Silva Martins e Juarez Tarcísio Dayrell, publicado na revista Educação & Realidade, a participação estudantil em um Grêmio vai além das questões objetivas da escola, existem também as questões subjetivas:

Diante disso, entre as várias oportunidades e caminhos que se apresentam aos jovens em sua vivência, a opção pela participação no movimento estudantil é mais uma das quais ele pode optar, inclusive momentaneamente, de acordo com seu interesse. Outras tensões podem perpassar suas questões subjetivas e também mobilizá-lo para atuar em outras vertentes. Devemos perceber que esse jovem pode não ser estudante, exclusivamente. Dentre as outras tensões vividas, podem estar o trabalho, a raça, a sexualidade, a falta de uma moradia, a inexistência de uma área de lazer no bairro, as dificuldades de acesso à universidade, e tantas outras coisas. O que se apresenta como questão premente é exatamente a articulação do interesse subjetivo com as demandas coletivas (Martins, Dayrell, 2013, p. 1272).

Conforme Djamila Ribeiro na obra *Pequeno Manual Antirracista*:

É importante ter em mente que, para pensar soluções para uma realidade, devemos tirá-la da invisibilidade. Portanto, frases como “eu não vejo cor” não ajudam. O problema não é a cor, mas seu uso como justificativa para segregar e oprimir. Vejam cores, somos diversos e não há nada de errado nisso — se vivemos relações raciais, é preciso falar sobre negritude e também sobre branquitude. (Ribeiro, 2019, p. 15).

Por muitas questões, a importância do tema para pesquisas futuras é que precisamos trabalhar com o jovem negro protagonista na escola, participando do Grêmio Estudantil, bem como de conselhos participativos ou lideranças de turmas. Esta reflexão no livro *O Pacto da branquitude* de Cida Bento contribui para refletirmos conforme este parágrafo:

Ao mesmo tempo, a escola não era um dos ambientes mais acolhedores para crianças como nós. Por anos, me senti invisível na sala de aula, como se não fizesse parte daquele lugar. Para além de qualquer questão para os colegas, como foi o caso do meu filho Daniel, meus professores foram os principais responsáveis pela minha sensação de não pertencimento. E, embora não falasse muito de racismo e discriminação em minha casa, a consciência racial se manifestava, por exemplo, quando minha mãe pedia para que meus irmãos nunca saíssem para a rua sem documentos (Bento, 2022, p. 5).

Entre as leituras realizadas sobre o tema, o texto “Rap e o movimento negro educador: juventude negra no protagonismo da Lei 10.639/03” nos aponta algumas possibilidades para a promoção desta lei, uma delas seria a inserção de experiências

do Rap e do movimento hip hop na escola, as estratégias podem ser com o estudo das letras das músicas e a trajetória de alguns rappers.

Participar de um Grêmio Estudantil contribui para este olhar sobre seus pares de uma outra perspectiva, e assim promove ações na escola. Desenvolvendo ações para combater o racismo, os preconceitos, as intolerâncias, e assim o Grêmio pode produzir campanhas e ações de conscientização, oficinas de artes, dança, entre outras.

Dentro da formação geral básica, o fortalecimento da EREER pode se dar por meio de estudo sobre movimentos sociais, racismo, geografia da desigualdade social (área de humanas), análise de representação da negritude, utilização de dados estatísticos sobre aprovação ou reprovação de jovens negros, desconstrução da categoria biológica de “raça”, abordando as implicações sociais e históricas.

Assim, contribuimos para o fortalecimento do pensamento crítico e de cidadania dos nossos jovens, melhora do ambiente escolar, enriquecimento curricular e preparação para o futuro.

Entendemos que no futuro também devemos aprofundar questões relacionadas à educação inclusiva de jovens, direito amparado por leis como a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei n.º 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008. Precisamos educar para a igualdade, e conforme Evangelista (2005, p. 35) reflete:

A transformação social começa na educação. E cada escola, cada sala de aula, cada conversa é uma semente. Educar para a igualdade é construir uma geração que enxergue o mundo com os olhos mais justos, que não aceite a violência como destino, que compreenda que dignidade é inegociável.

E neste debate precisamos ampliar a participação feminina nesta instância, com ações para a própria eleição do Grêmio Estudantil. Neste sentido:

A educação tem o poder de ressignificar trajetórias, de romper silêncios, de ampliar horizontes. Quando uma menina escuta, desde cedo, que tem valor, que pode dizer não, que pode ocupar espaços de decisão, que não precisa agradar para ser amada, ela cresce com outra postura diante da vida. (Evangelista, 2025, p. 35).

E, refletindo sobre os aprendizados, os desafios deste trabalho e o futuro, uso as palavras de Agnes Heller quando ela afirma:

Somos produto de uma sociedade, mas, concomitantemente, não somos produtos dela. Nós a reproduzimos, mas não fazemos só isto. A historicidade é histórica e, ao reproduzirmos uma sociedade, nós a afirmamos enquanto história. Porém, esta sociedade em que vivemos, lutamos, criamos, pensamos, sofremos e que nos gratifica, é apenas um momento de eternidade. Assim é o nosso mundo [...]. (Heller, 1981, p. 56).

Neste sentido, a escola é reflexo de uma sociedade e a escuta dos estudantes se faz muito necessária e, como podemos comprovar pelo trabalho desenvolvido, é uma escuta importante, enriquecedora, de aprendizagens, pois nosso estudante tem um olhar que nós, professores e gestores, muitas vezes não temos ou perdemos no decorrer dos anos e da carreira no magistério. Ele acredita, ele luta, ele sonha, ele pensa e que melhorar o mundo sim, e não é só teoria.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

No âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) - Campus Jaguari, da linha de pesquisa de Práticas Educativas em Educação Profissional Tecnológica (EPT) o produto educacional representa a materialização dos resultados desta pesquisa.

O produto educacional desenvolvido consiste em uma cartilha intitulada “Como montar um Grêmio Estudantil?”, apresentada no Apêndice G, cujo objetivo é orientar e subsidiar a implementação de Grêmios Estudantis em escolas públicas estaduais.

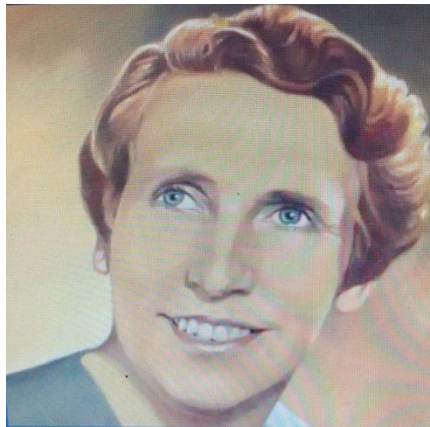
Por meio desta cartilha, acreditamos contribuir para a construção de uma instância que pode ser um exemplo de gestão democrática e participativa, e com isso teremos criado uma maneira prática e tangível, para, por meio desta pesquisa, desenvolver ações de gestão democrática e participativa no meio educacional.

A proposta da personagem na cartilha, a professora Maria Rocha, é de ajudar a organizar um Grêmio Estudantil nas escolas, a utilização da Lei n.º 7.398, de 04 de novembro de 1985, conhecida como a lei do Grêmio Livre, lei esta que garante a livre organização dos estudantes secundaristas dentro das instituições de ensino. Na cartilha foi mostrado todo o processo de implementação: formação da comissão eleitoral, discussões em torno da formação de chapas, a eleição em si, e o exemplo de projetos que um Grêmio Estudantil pode desenvolver na escola como prática educativa.

5.1 Construção do produto educacional

Usamos a foto da professora Maria Rocha, Figura 1, retirada do livro Chuva de Estrelas, obra que conta a história da escola e da professora. Também usamos um quadro que está exposto na entrada da escola com a pintura da professora Maria Rocha, para trazer as características da aparência original da professora e assim criar a personagem.

Figura 1 – Foto da professora Maria Rocha



Fonte: acervo da autora (2025).

A Cartilha Digital é um documento para publicação cujo objetivo é educar, informar e orientar o espectador que vai ler a cartilha.

O produto produzido para este mestrado contém:

a) Estrutura: a cartilha vai ensinar como organizar um Grêmio Estudantil. É composta pela personagem professora Maria Rocha, Figura 2, explicando a organização estudantil. A plataforma utilizada para fazer a cartilha foi a plataforma Canva². As cores predominantes são o azul-escuro e azul-claro, amarelo e vermelho, além das escritas em preto. As cores que foram usadas são baseadas nas cores da bandeira da escola pesquisada, além das cores do quadro pintado que a escola possui da professora Maria Rocha.

Figura 2 – Imagens da professora Maria Rocha



Fonte: acervo da autora (2025).

² O Canva é uma plataforma online de design gráfico gratuita e intuitiva que permite a qualquer pessoa criar facilmente conteúdo visual profissional

b) Linguagem: a linguagem é formal, pois a cartilha está organizada para a leitura de professores, diretores, estudantes e público em geral. A proposta é que não fosse muito longa, e nem tão superficial. O documento contém as devidas citações, contudo evitando o excesso dessas. As citações foram usadas conforme a norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) 6023.

c) Visual: a personagem principal é a professora Maria Rocha explicando como as escolas podem organizar um Grêmio Estudantil.

d) Comunicação imagética: o texto e as imagens dialogam entre si. O documento contém as devidas citações (como, por exemplo, as leis).

e) Fidedignidade das informações: as informações dispostas são referenciadas e creditáveis, com uma revisão do roteiro e da ortografia.

f) Conclusão: a plataforma para divulgar a cartilha será o EduCAPES³, também faremos uma divulgação para as direções e vice-direções das escolas estaduais da 8ª Coordenadoria Regional de Educação, 99 escolas, além da comunidade escolar da Escola Estadual Professora Maria Rocha.

A cartilha foi apresentada aos estudantes do Grêmio Estudantil que participaram da Roda de Conversa. Eles relataram que ela é bem didática, com uma leitura simples e de rápido entendimento. Também salientaram as cores, que perceberam que são as cores da bandeira da escola e do logo, e a imagem da Professora Maria Rocha, que eles gostaram bastante, pois nunca tinham pensado que ela poderia ser uma personagem. Sugeriram que a personagem professora Maria Rocha poderia ser usada, com a devida autorização, nos trabalhos, banners e divulgação da escola. Os estudantes agradeceram a participação e afirmam que se sentiram valorizados por serem escutados.

³ O Portal EduCAPES é um portal digital e repositório de acesso aberto que oferece milhares de objetos de aprendizagem (textos, videoaulas, livros didáticos, imagens, etc.) para estudantes e professores da educação básica, superior e pós-graduação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao final desta trajetória investigativa, marcada por leituras, reflexões e aprendizagens diversas, torna-se necessário retomar alguns aspectos fundamentais construídos a partir dos objetivos propostos neste trabalho. As considerações finais buscam sintetizar os principais achados da pesquisa e refletir sobre suas contribuições para o contexto escolar investigado.

O objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar os efeitos da criação, do processo eleitoral e da atuação do Grêmio Estudantil de uma escola pública estadual como prática educativa sobre a cultura escolar, o desenvolvimento do protagonismo juvenil e a gestão democrática e participativa da instituição. Os resultados evidenciam que a organização de um Grêmio Estudantil contribui significativamente para a formação de jovens protagonistas e para o fortalecimento de práticas de gestão mais participativas. Esse entendimento fundamenta-se, sobretudo, nas falas dos estudantes participantes da Roda de Conversa, que demonstraram capacidade de argumentação, posicionamento crítico, leitura da realidade escolar e reconhecimento de si como sujeitos protagonistas.

No que se refere à gestão escolar, a pesquisa evidencia que a perspectiva democrática e participativa se fortalece quando há reconhecimento da importância do Grêmio Estudantil enquanto instância legítima de representação discente. Observa-se, contudo, que as demandas cotidianas da direção escolar nem sempre permitem um investimento mais sistemático no acompanhamento e no fortalecimento dessa instância, o que aponta para a necessidade de reorganização de práticas e prioridades no âmbito da gestão.

Quanto ao objetivo específico de examinar o processo de criação e a estrutura organizacional do Grêmio Estudantil na Escola Estadual de Ensino Médio Professora Maria Rocha, incluindo os fundamentos e as etapas envolvidas na sua implementação, os dados revelam que, embora a organização do Grêmio seja amplamente discutida no plano teórico, sua efetivação prática apresenta desafios significativos. O processo eleitoral, em especial, exige planejamento cuidadoso, mobilização dos estudantes, organização de chapas, elaboração de propostas, realização de debates e condução transparente da eleição. Para que isso ocorra de forma adequada, torna-se indispensável o envolvimento de uma equipe de professores comprometidos com a condução desse processo.

A pesquisa indica ainda que não é recomendável que a direção da escola conduza diretamente o processo eleitoral do Grêmio Estudantil. Tal condução pode gerar desconfortos ou interpretações equivocadas por parte dos estudantes, incluindo a percepção de favorecimento a determinadas chapas. O papel da direção, nesse contexto, deve ser o de apoiar, acompanhar e garantir as condições institucionais para que o processo ocorra de forma autônoma, democrática e transparente.

No que diz respeito ao objetivo específico de analisar o processo eleitoral do Grêmio Estudantil, ressaltou-se a importância de uma organização rigorosa e previamente estabelecida. A constituição de uma comissão eleitoral, a definição clara de critérios, o registro formal das etapas, a organização do calendário eleitoral, bem como a produção de atas e documentos oficiais, mostraram-se fundamentais para assegurar a lisura e a legitimidade do processo. Todas essas orientações encontram-se sistematizadas no produto educacional desenvolvido no âmbito desta pesquisa.

A análise da Roda de Conversa também permitiu compreender que as iniciativas e projetos promovidos pelo Grêmio Estudantil exercem impacto relevante na cultura escolar e no desenvolvimento do protagonismo juvenil. As falas dos estudantes indicam que o Grêmio se configura como uma instância fundamental de participação, diálogo e construção coletiva no espaço escolar.

O último objetivo específico buscou explorar a influência do Grêmio Estudantil na promoção da gestão democrática e participativa da instituição, considerando as percepções de estudantes, professores e gestores. Nesse ponto, faz-se necessário um posicionamento mais pessoal enquanto gestora escolar. A organização do Grêmio Estudantil sempre foi compreendida como essencial desde o início da atuação na direção de escola estadual, ainda em 2007, mesmo antes de uma formação específica em gestão. Essa compreensão foi construída a partir da formação acadêmica em História, da vivência em universidade pública, da participação em instâncias estudantis e da própria trajetória pessoal enquanto estudante.

Entretanto, ao longo dos anos, persistia a dúvida sobre os reais efeitos do Grêmio Estudantil na formação dos estudantes. Os resultados desta dissertação respondem de forma clara a essa inquietação: o Grêmio Estudantil promove uma gestão em que os estudantes ocupam o lugar central da escola. Nem a direção, nem os professores, nem os funcionários ou os órgãos administrativos são o foco principal, mas sim os estudantes. Eles são os protagonistas, e todas as ações pedagógicas e de gestão devem ser planejadas em função deles, independentemente da modalidade

de ensino ou da natureza da instituição. A gestão democrática e participativa é, portanto, aquela que escuta todos, especialmente os estudantes, sujeitos centrais do processo educativo.

Ao longo da pesquisa, emergiu ainda a necessidade de aprofundar debates relacionados à diversidade e à inclusão no âmbito do Grêmio Estudantil. Questões como cotas raciais mostraram-se relevantes e apontam para a possibilidade de implantação de vagas reservadas em futuros editais eleitorais, assim como a inclusão de pessoas com deficiência. Também se identificou a necessidade de ampliar as discussões sobre participação feminina e questões de gênero no espaço escolar.

Conclui-se, portanto, que a implantação e o fortalecimento do Grêmio Estudantil nas escolas públicas e privadas contribuem de maneira significativa para a formação de estudantes protagonistas e para a efetivação de uma gestão democrática e participativa. Trata-se de uma prática que dialoga com a comunidade escolar, prioriza ações coletivas, valoriza a escuta, delega responsabilidades e fortalece o processo educativo. Em última instância, representa a concretização dos princípios constitucionais da educação brasileira no cotidiano da escola.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.

ALVES, Rubem. **Conversas sobre educação**. 12. ed. Campinas, São Paulo: Verus Editora, 2015.

BENTO, Cida. **O Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 dez. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Juventude – CONJUVÉ. Pacto pela Juventude: o Brasil precisa, a juventude quer! **Revista Movimento**, da União Nacional de Estudantes - UNE n.º 20 de novembro de 2008.

BRASIL. **Decreto n.º 12.536, de 27 de junho de 2025**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 jun. 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.536-de-27-de-junho-de-2025-638656703>>. Acesso em: 27 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 ago. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 mar. 2008. Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_11645_100308.pdf. Acesso em: 27 jul. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília: Senado Federal, coordenação de Edições técnicas, 2013.

BRASIL. **Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 22 ago.2024.

BRASIL. **Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em 22 ago.2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003,** completa 22 anos de promulgação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/janeiro/lei-no-10-639-2003-completa-22-anos-de-promulgacao>>. Acesso em: 27 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Covid-19.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, [2025]. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/covid-19>>. Acesso em: 26 ago. 2025.

BRASIL. **Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012.** Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, n. 12, 13 de jul. 2013. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRITTES, Letícia Ramalho. **Trabalho, linguagem e ensino:** uma análise sobre o discurso pedagógico. 1. ed. Cruz Alta: Ilustração, 2024.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã:** o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DA SILVA CERIACO (MICHEL YAKINI-IMAN), Michel; CORROCHANO, Maria Carla. Rap e o movimento negro educador: juventude negra no protagonismo da lei 10.639/03. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 269–284, 2024. DOI: 10.12957/riae.2024.73435. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/73435>>. Acesso em: 3 ago. 2025.

DALMÁS, Angelo. **Planejamento participativo na escola:** elaboração, acompanhamento e avaliação. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

EVANGELISTA, Debora Thomaz. **Você não está sozinha:** um manual de acolhimento, informação e empoderamento para mulheres em situação de violência. Santa Maria, RS: narrativa Editorial, 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra: 1982.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 32. ed. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação:** um estudo introdutório. São Paulo: Editora Cortez, 1990.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

HELLER, Agner. **Uma teoria da história.** 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

HENZ, Celso Ilgo. ROSSATO, Ricardo (orgs). **Educação humanizadora na sociedade globalizada.** Santa Maria: Biblos, 2007.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola.** Petrópolis: Vozes, 2006.

LÜCK, Heloísa. **Planejamento em orientação educacional.** Petrópolis: Vozes, 2011.

MACHADO, Lucília. Ensino médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: MOLL, Jaqueline e colaboradores. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: Desafios, Tensões e Possibilidades.** Porto Alegre: Editora Artmed, 2010. p. 80-95.

MANACORDA, Mario Aliguiero. **Marx e a pedagogia moderna.** São Paulo: Editora Cortez, 1991.

MARQUES, Juracy Cunegatto. **Administração participativa**. Porto Alegre: Sagra, 1987.

MARTINS, Francisco André Silva; DAYRELL, Juarez Tarcísio. Juventude e Participação: o grêmio estudantil como espaço educativo. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 38, n. 4, 2013. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/28328>>. Acesso em: 3 ago. 2025.

MELO, Marcia Cristina Henares de; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Roda de Conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no Ensino Médio. **Imagens da Educação**, v. 4, n. 2, p. 31-39, maio/2014.

MOLL, Jaqueline e colaboradores. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: Desafios, Tensões e Possibilidades**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2010.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe; Universidade Federal de Sergipe, 1984.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 11. ed. Campinas: Pontes, 2013.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 13. ed., São Paulo: Cortez, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatay. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline e colaboradores. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: Desafios, Tensões e Possibilidades**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2010. p. 42-57.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Ariovaldo. Mundialização, educação, emancipação humana. In: ORSO, Paulino José; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria (orgs). **Educação e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2000. p. 39-47.

SIMÕES, Carlos Artexes. Educação técnica e escolarização de jovens trabalhadores. In: MOLL, Jaqueline e colaboradores. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: Desafios, Tensões e Possibilidades**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2010. p. 96-119.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1979.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1989.

SOUZA MARTINS, Heloísa Helena T. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, São Paulo. v. 30, n. 2, 2004.

THIOLLENT, Michel, **Metodologia da pesquisa-ação**, São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

APÊNDICES

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os participantes da pesquisa maiores de idade

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA PARTICIPANTES DA PESQUISA MAIORES DE IDADE

PESQUISA: Protagonismo juvenil e práticas educativas: o papel do Grêmio Estudantil na gestão democrática e participativa de uma escola pública estadual

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Isa Cristina Barbosa Pereira

ORIENTADOR: Mauricio Ramos Lutz

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada **“Protagonismo juvenil e práticas educativas: o papel do Grêmio Estudantil na gestão democrática e participativa de uma escola pública estadual”**, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT). Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), sob o número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 87999725.0.0000.5574.

Este termo foi elaborado em duas vias, sendo uma delas para o pesquisador e outra para você. Ambas serão assinadas antes de qualquer coleta de dados.

Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. O pesquisador responderá a todas as suas dúvidas antes que você decida participar.

Caso deseje entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para esclarecer algo sobre a participação em pesquisas científicas, envie mensagens para: cep@iffarroupilha.edu.br.

O Comitê de Ética na Pesquisa (CEP) é um órgão colegiado interdisciplinar, independente e com relevância pública. Sua existência visa a proteção dos interesses dos participantes da pesquisa, garantindo sua integridade, valores, direitos e deveres, e contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa em conformidade com padrões

éticos estabelecidos nas diversas áreas do conhecimento, e em consonância com os princípios básicos do Instituto Federal Farroupilha.

OBJETIVO DO ESTUDO: Analisar os efeitos da criação, do processo eleitoral e da atuação do Grêmio Estudantil de uma escola pública estadual como prática educativa sobre a cultura escolar, o desenvolvimento do protagonismo juvenil e a gestão democrática e participativa da instituição.

ENVOLVIMENTO NA PESQUISA: A sua participação consistirá em uma entrevista (Roda de Conversa), com duração estimada de 60 minutos. A participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Sua colaboração é fundamental para o sucesso da pesquisa.

SOBRE A ENTREVISTA: A entrevista (Roda de Conversa) coletará informações básicas sobre você, como idade, gênero e curso em que estuda, além de suas opiniões sobre as percepções sobre o processo eleitoral do Grêmio Estudantil, investigando os métodos de eleição, a participação dos estudantes e os critérios estabelecidos para a seleção dos representantes. Seus relatos serão tratados com confidencialidade e usados exclusivamente para fins de pesquisa. A participação é voluntária e você pode desistir de participar da Roda de Conversa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. A Roda de Conversa será gravada apenas em áudio, sem captação de imagem. Em respeito aos seus direitos previstos na Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016, você poderá optar livremente quanto à autorização da gravação da sua voz e sua utilização em contextos acadêmicos. Assinale uma das opções abaixo:

(☐) Autorizo a gravação da minha voz para os fins descritos.

(☐) Não autorizo a gravação da minha voz.

Sua escolha é voluntária e não afetará sua participação na pesquisa.

RISCOS E DESCONFORTOS: A participação nesta pesquisa não apresenta riscos significativos à sua saúde ou bem-estar. No entanto, é possível que você sinta algum desconforto ao interagir com algumas perguntas na entrevista (Roda de Conversa), caso elas despertem alguma emoção. Os riscos inerentes à sua participação são mínimos, tais como cansaço ou mesmo aborrecimento ao responder às perguntas. Ademais, não se pretende causar quaisquer danos às dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual dos participantes. Caso você apresente algum problema, ao responder as perguntas, poderá entrar em contato com o pesquisador, que lhe encaminhará a um profissional competente ou a uma unidade

do Sistema Único de Saúde. Além disso, você também poderá ser direcionado ao profissional de saúde de sua preferência, conforme garantido pelos direitos previstos na Resolução nº 510/2016. Ainda, caso de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 466, de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, o participante tem direito à indenização em caso de dano, entendido como qualquer agravo imediato ou posterior, direto ou indireto, à sua integridade física, psíquica, saúde, honra, imagem ou privacidade, ilicitamente produzida por características ou resultados do processo de pesquisa. Os procedimentos adotados seguem rigorosamente a Resolução nº 466, de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas com seres humanos no Brasil.

CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações coletadas serão tratadas com confidencialidade. No entanto, considerando o número de entrevistados que atuam no Grêmio Estudantil de uma escola pública estadual, é importante informar que pode haver limitações na garantia de pleno anonimato. Ainda assim, o pesquisador compromete-se a adotar todas as medidas possíveis para proteger a privacidade dos participantes, incluindo o armazenamento seguro dos dados. Os dados serão armazenados fisicamente em um armário trancado na residência do pesquisador e digitalmente em um HD externo protegido. O pesquisador será responsável pela gestão segura dos dados por cinco anos após a conclusão do estudo. Após esse período, os dados serão descartados de maneira segura. Os dados coletados nesta pesquisa serão usados exclusivamente para fins deste estudo. Os resultados serão apresentados de forma geral, sem identificar individualmente os participantes. O pesquisador compromete-se a seguir rigorosamente as diretrizes da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, preservando ao máximo a privacidade, a intimidade e os dados pessoais dos participantes.

BENEFÍCIOS: Os benefícios desta pesquisa são classificados como Benefícios Indiretos. Ao participar desta pesquisa, você terá a oportunidade de refletir sobre seu papel dentro da instituição e sobre o impacto de suas ações no ambiente educacional. Além disso, essa experiência permitirá aos estudantes compreender melhor como suas vozes e iniciativas contribuem para a dinâmica escolar, promovendo um espaço mais participativo e enriquecedor. Essa troca de ideias não apenas fortalecerá a compreensão sobre como sua voz e iniciativa influencia a dinâmica escolar, mas também incentivará a valorização do engajamento estudantil e o fortalecimento de

uma cultura de pertencimento e responsabilidade dentro da instituição, promovendo um ambiente mais participativo e democrático.

PAGAMENTO: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação. A sua participação não lhe acarretará prejuízo financeiro, nem será remunerada.

ACESSO AOS RESULTADOS: Você terá o direito de acessar os resultados da pesquisa quando esta for concluída. As respostas serão armazenadas pelo pesquisador e, após a análise dos dados, nenhuma informação que possa identificá-lo(a) será mantida.

Você terá acesso ao registro do seu consentimento em participar da pesquisa, sempre que solicitado.

O pesquisador, que acompanhará todos os procedimentos investigativos, poderá ser contatado a qualquer momento.

Contatos dos pesquisadores:

Pesquisador: Isa Cristina Barbosa Pereira

Endereço: xxxxxxxxxxxxxxxxx

E-mail: xxxxx.xxxxx@xxxxxx.xxx.xx

Telefone: (xx) x xxxx xxxx

Orientador: Mauricio Ramos Lutz

Endereço: xxxxxxxxxxxxxxxxx

E-mail: xxxxx.xxxxx@xxxxxx.xxx.xx

Telefone: (xx) x xxxx xxxx

Contatos do Comitê de Ética na Pesquisa do IFFar:

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores – Santa Maria – RS

E-mail: cep@iffar.edu.br

Telefone: (55) 3218 9800

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília – DF
Fone: (61) 3315 – 5878 / 5879 – e-mail: conep@saude.gov.br

Declaro que li e compreendi este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e concordo voluntariamente em participar desta pesquisa, comprometendo-me a fornecer informações precisas e verdadeiras.

A participação na pesquisa será formalizada com a assinatura abaixo, no local e data indicados.

Este documento foi elaborado em duas vias, sendo uma cópia para o participante e outra para o pesquisador responsável.

Nome do participante

Assinatura do participante

Local e data

Assinatura do pesquisador responsável

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para pais ou responsáveis legais

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA PAIS OU RESPONSÁVEIS LEGAIS

PESQUISA: Protagonismo juvenil e práticas educativas: o papel do Grêmio Estudantil na gestão democrática e participativa de uma escola pública estadual

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Isa Cristina Barbosa Pereira

ORIENTADOR: Mauricio Ramos Lutz

O estudante _____ está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada **“Protagonismo juvenil e práticas educativas: o papel do Grêmio Estudantil na gestão democrática e participativa de uma escola pública estadual”**, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT). Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), sob o número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 87999725.0.0000.5574.

Este termo foi elaborado em duas vias, sendo uma delas para o pesquisador e outra para você. Ambas serão assinadas antes de qualquer coleta de dados.

Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. O pesquisador responderá a todas as suas dúvidas antes que você decida participar.

Caso deseje entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para esclarecer algo sobre a participação em pesquisas científicas, envie mensagens para: cep@iffarroupilha.edu.br .

O Comitê de Ética na Pesquisa (CEP) é um órgão colegiado interdisciplinar, independente e com relevância pública. Sua existência visa a proteção dos interesses dos participantes da pesquisa, garantindo sua integridade, valores, direitos e deveres, e contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa em conformidade com padrões

éticos estabelecidos nas diversas áreas do conhecimento, e em consonância com os princípios básicos do Instituto Federal Farroupilha.

OBJETIVO DO ESTUDO: Analisar os efeitos da criação, do processo eleitoral e da atuação do Grêmio Estudantil de uma escola pública estadual como prática educativa sobre a cultura escolar, o desenvolvimento do protagonismo juvenil e a gestão democrática e participativa da instituição.

ENVOLVIMENTO NA PESQUISA: A participação do estudante consistirá em uma entrevista (Roda de Conversa), com duração estimada de 60 minutos. A participação é voluntária e o estudante poderá desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. A colaboração do discente é fundamental para o sucesso da pesquisa.

SOBRE A ENTREVISTA: A entrevista (Roda de Conversa) coletará informações básicas sobre o estudante, como idade, gênero e curso em que estuda, além de suas opiniões sobre as percepções sobre o processo eleitoral do Grêmio Estudantil, investigando os métodos de eleição, a participação dos estudantes e os critérios estabelecidos para a seleção dos representantes. Seus relatos serão tratados com confidencialidade e usados exclusivamente para fins de pesquisa. A participação é voluntária e o estudante pode desistir de participar da Roda de Conversa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. A Roda de Conversa será gravada apenas em áudio, sem captação de imagem. Em respeito aos seus direitos previstos na Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016, você poderá optar livremente quanto à autorização da gravação da sua voz e sua utilização em contextos acadêmicos. Assinale uma das opções abaixo:

(☐) Autorizo a gravação da minha voz para os fins descritos.

(☐) Não autorizo a gravação da minha voz.

Sua escolha é voluntária e não afetará sua participação na pesquisa.”

RISCOS E DESCONFORTOS: A participação nesta pesquisa não apresenta riscos significativos à saúde ou bem-estar do estudante. No entanto, é possível que ele sinta algum desconforto ao interagir com algumas perguntas na entrevista (Roda de Conversa), caso elas despertem alguma emoção. Os riscos inerentes à participação do discente são mínimos, tais como cansaço ou mesmo aborrecimento ao responder às perguntas. Ademais, não se pretende causar quaisquer danos às dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual dos participantes. Caso ele apresente algum problema, ao responder as perguntas,

poderá entrar em contato com o pesquisador, que lhe encaminhará a um profissional competente ou a uma unidade do Sistema Único de Saúde. Além disso, você também poderá ser direcionado ao profissional de saúde de sua preferência, conforme garantido pelos direitos previstos na Resolução nº 510/2016. Ainda, caso de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 466, de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, o participante tem direito à indenização em caso de dano, entendido como qualquer agravo imediato ou posterior, direto ou indireto, à sua integridade física, psíquica, saúde, honra, imagem ou privacidade, ilicitamente produzida por características ou resultados do processo de pesquisa. Os procedimentos adotados seguem rigorosamente a Resolução nº 466, de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas com seres humanos no Brasil.

CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações coletadas serão tratadas com confidencialidade. No entanto, considerando o número de entrevistados que atuam no Grêmio Estudantil de uma escola pública estadual, é importante informar que pode haver limitações na garantia de pleno anonimato. Ainda assim, o pesquisador compromete-se a adotar todas as medidas possíveis para proteger a privacidade dos participantes, incluindo o armazenamento seguro dos dados. Os dados serão armazenados fisicamente em um armário trancado na residência do pesquisador e digitalmente em um HD externo protegido. O pesquisador será responsável pela gestão segura dos dados por cinco anos após a conclusão do estudo. Após esse período, os dados serão descartados de maneira segura. Os dados coletados nesta pesquisa serão usados exclusivamente para fins deste estudo. Os resultados serão apresentados de forma geral, sem identificar individualmente os participantes. O pesquisador compromete-se a seguir rigorosamente as diretrizes da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, preservando ao máximo a privacidade, a intimidade e os dados pessoais dos participantes.

BENEFÍCIOS: Os benefícios desta pesquisa são classificados como Benefícios Indiretos. Ao participar desta pesquisa, o estudante terá a oportunidade de refletir sobre seu papel dentro da instituição e sobre o impacto de suas ações no ambiente educacional. Além disso, essa experiência permitirá aos estudantes compreender melhor como suas vozes e iniciativas contribuem para a dinâmica escolar, promovendo um espaço mais participativo e enriquecedor. Essa troca de ideias não apenas fortalecerá a compreensão sobre como sua voz e iniciativa influencia a

dinâmica escolar, mas também incentivará a valorização do engajamento estudantil e o fortalecimento de uma cultura de pertencimento e responsabilidade dentro da instituição, promovendo um ambiente mais participativo e democrático.

PAGAMENTO: O estudante não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação. A sua participação não lhe acarretará prejuízo financeiro, nem será remunerada.

ACESSO AOS RESULTADOS: Os pais ou responsáveis legais e o estudante terá o direito de acessar os resultados da pesquisa quando esta for concluída. As respostas serão armazenadas pelo pesquisador e, após a análise dos dados, nenhuma informação que possa identificá-lo(a) será mantida.

Os pais ou responsáveis legais terá acesso ao registro do seu consentimento em participar da pesquisa, sempre que solicitado.

O pesquisador, que acompanhará todos os procedimentos investigativos, poderá ser contatado a qualquer momento.

Contatos dos pesquisadores:

Pesquisador: Isa Cristina Barbosa Pereira

Endereço: xxxxxxxxxxxxxxxx

E-mail: xxxxx.xxxxx@xxxxxx.xxx.xx

Telefone: (xx) x xxxx xxxx

Orientador: Mauricio Ramos Lutz

Endereço: xxxxxxxxxxxxxxxx

E-mail: xxxxx.xxxxx@xxxxxx.xxx.xx

Telefone: (xx) x xxxx xxxx

Contatos do Comitê de Ética na Pesquisa do IFFar:

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores – Santa Maria – RS

E-mail: cep@iffar.edu.br

Telefone: (55) 3218 9800

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília – DF

Fone: (61) 3315 – 5878 / 5879 – e-mail: conep@saude.gov.br

Declaro que li e compreendi este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e concordo voluntariamente em deixar o estudante _____
_____ participar desta pesquisa, comprometendo-me a fornecer informações precisas e verdadeiras.

A participação na pesquisa será formalizada com a assinatura abaixo, no local e data indicados.

Este documento foi elaborado em duas vias, sendo uma cópia para o participante e outra para o pesquisador responsável.

Nome do participante

Assinatura do participante

Local e data

Assinatura do pesquisador responsável

Apêndice C – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) para participantes menores de idade

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) PARA PARTICIPANTES MENORES DE IDADE

PESQUISA: Protagonismo juvenil e práticas educativas: o papel do Grêmio Estudantil na gestão democrática e participativa de uma escola pública estadual

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Isa Cristina Barbosa Pereira

ORIENTADOR: Mauricio Ramos Lutz

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada **“Protagonismo juvenil e práticas educativas: o papel do Grêmio Estudantil na gestão democrática e participativa de uma escola pública estadual”**, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT). Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), sob o número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 87999725.0.0000.5574.

Este Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) foi elaborado em duas vias, sendo uma delas para o pesquisador e outra para você. Ambas serão assinadas antes de qualquer coleta de dados.

Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. O pesquisador responderá a todas as suas dúvidas antes que você decida participar.

Caso deseje entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para esclarecer algo sobre a participação em pesquisas científicas, envie mensagens para: cep@iffarroupilha.edu.br.

O Comitê de Ética na Pesquisa (CEP) é um órgão colegiado interdisciplinar, independente e com relevância pública. Sua existência visa a proteção dos interesses dos participantes da pesquisa, garantindo sua integridade, valores, direitos e deveres, e contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa em conformidade com padrões

éticos estabelecidos nas diversas áreas do conhecimento, e em consonância com os princípios básicos do Instituto Federal Farroupilha.

OBJETIVO DO ESTUDO: Analisar os efeitos da criação, do processo eleitoral e da atuação do Grêmio Estudantil de uma escola pública estadual como prática educativa sobre a cultura escolar, o desenvolvimento do protagonismo juvenil e a gestão democrática e participativa da instituição.

ENVOLVIMENTO NA PESQUISA: A sua participação consistirá em uma roda de conversa, com duração estimada de 60 minutos. A participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Sua colaboração é fundamental para o sucesso da pesquisa.

SOBRE A ENTREVISTA: A entrevista (Roda de Conversa) coletará informações básicas sobre você, como idade, gênero e curso em que estuda, além de suas opiniões sobre as percepções sobre o processo eleitoral do Grêmio Estudantil, investigando os métodos de eleição, a participação dos estudantes e os critérios estabelecidos para a seleção dos representantes. Seus relatos serão tratados com confidencialidade e usados exclusivamente para fins de pesquisa. A participação é voluntária e você pode desistir de participar da Roda de Conversa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. A Roda de Conversa será gravada apenas em áudio, sem captação de imagem. Em respeito aos seus direitos previstos na Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016, você poderá optar livremente quanto à autorização da gravação da sua voz e sua utilização em contextos acadêmicos. Assinale uma das opções abaixo:

() Autorizo a gravação da minha voz para os fins descritos.

() Não autorizo a gravação da minha voz.

Sua escolha é voluntária e não afetará sua participação na pesquisa.

RISCOS E DESCONFORTOS: A participação nesta pesquisa não apresenta riscos significativos à sua saúde ou bem-estar. No entanto, é possível que você sinta algum desconforto ao interagir com algumas perguntas na entrevista (Roda de Conversa), caso elas despertem alguma emoção. Os riscos inerentes à sua participação são mínimos, tais como cansaço ou mesmo aborrecimento ao responder às perguntas. Ademais, não se pretende causar quaisquer danos às dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual dos participantes. Caso você apresente algum problema, ao responder as perguntas, poderá entrar em contato com o pesquisador, que lhe encaminhará a um profissional competente ou a uma unidade do Sistema Único de Saúde. Além disso, você também poderá ser direcionado ao

profissional de saúde de sua preferência, conforme garantido pelos direitos previstos na Resolução nº 510/2016. Ainda, caso de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 466, de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, o participante tem direito à indenização em caso de dano, entendido como qualquer agravo imediato ou posterior, direto ou indireto, à sua integridade física, psíquica, saúde, honra, imagem ou privacidade, ilicitamente produzida por características ou resultados do processo de pesquisa. Os procedimentos adotados seguem rigorosamente a Resolução nº 466, de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas com seres humanos no Brasil.

CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações coletadas serão tratadas com confidencialidade. No entanto, considerando o número de entrevistados que atuam no Grêmio Estudantil de uma escola pública estadual, é importante informar que pode haver limitações na garantia de pleno anonimato. Ainda assim, o pesquisador compromete-se a adotar todas as medidas possíveis para proteger a privacidade dos participantes, incluindo o armazenamento seguro dos dados. Os dados serão armazenados fisicamente em um armário trancado na residência do pesquisador e digitalmente em um HD externo protegido. O pesquisador será responsável pela gestão segura dos dados por cinco anos após a conclusão do estudo. Após esse período, os dados serão descartados de maneira segura. Os dados coletados nesta pesquisa serão usados exclusivamente para fins deste estudo. Os resultados serão apresentados de forma geral, sem identificar individualmente os participantes. O pesquisador compromete-se a seguir rigorosamente as diretrizes da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, preservando ao máximo a privacidade, a intimidade e os dados pessoais dos participantes.

BENEFÍCIOS: Os benefícios desta pesquisa são classificados como Benefícios Indiretos. Ao participar desta pesquisa, você terá a oportunidade de refletir sobre seu papel dentro da instituição e sobre o impacto de suas ações no ambiente educacional. Além disso, essa experiência permitirá aos estudantes compreender melhor como suas vozes e iniciativas contribuem para a dinâmica escolar, promovendo um espaço mais participativo e enriquecedor. Essa troca de ideias não apenas fortalecerá a compreensão sobre como sua voz e iniciativa influencia a dinâmica escolar, mas também incentivará a valorização do engajamento estudantil e o fortalecimento de uma cultura de pertencimento e responsabilidade dentro da instituição, promovendo um ambiente mais participativo e democrático.

PAGAMENTO: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação. A sua participação não lhe acarretará prejuízo financeiro, nem será remunerada.

ACESSO AOS RESULTADOS: Você terá o direito de acessar os resultados da pesquisa quando esta for concluída. As respostas serão armazenadas pelo pesquisador e, após a análise dos dados, nenhuma informação que possa identificá-lo(a) será mantida.

Você terá acesso ao registro do seu assentimento em participar da pesquisa, sempre que solicitado.

O pesquisador, que acompanhará todos os procedimentos investigativos, poderá ser contatado a qualquer momento.

Diante disso, eu, _____, após a leitura desse documento, estou suficientemente informado(a), ficando claro que posso retirar este assentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício.

Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido(a), dos possíveis danos ou riscos dele provenientes e da garantia de confidencialidade, bem como de esclarecimentos sempre que desejar.

Assim, de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo.

Assinatura do(a) estudante

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o assentimento livre e esclarecido do(a) estudante para participar deste estudo.

Contatos dos pesquisadores:

Pesquisador: Isa Cristina Barbosa Pereira

Endereço: xxxxxxxxxxxxxxxx

E-mail: xxxxx.xxxxx@xxxxxx.xxx.xx

Telefone: (xx) x xxxx xxxx

Orientador: Mauricio Ramos Lutz

Endereço: xxxxxxxxxxxxxxxx

E-mail: xxxxx.xxxxx@xxxxxx.xxx.xx

Telefone: (xx) x xxxx xxxx

Contatos do Comitê de Ética na Pesquisa do IFFar:

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores – Santa Maria – RS

E-mail: cep@iffar.edu.br

Telefone: (55) 3218 9800

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília – DF

Fone: (61) 3315 – 5878 / 5879 – e-mail: conep@saude.gov.br

Declaro que li e compreendi este Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, e concordo voluntariamente em participar desta pesquisa, comprometendo-me a fornecer informações precisas e verdadeiras.

A participação na pesquisa será formalizada com a assinatura abaixo, no local e data indicados.

Este documento foi elaborado em duas vias, sendo uma cópia para o participante e outra para o pesquisador responsável.

Nome do participante

Assinatura do participante

Local e data

Assinatura do pesquisador responsável

Apêndice D – Entrevista (Roda de Conversa) - O Grêmio Estudantil como prática educativa: impactos na gestão democrática e no protagonismo juvenil

Entendemos que a organização de um Grêmio Estudantil na escola de Educação Profissional e Tecnológica, bem como nas escolas de Ensino Fundamental e Médio do Brasil é uma prática educativa, vista como uma ação planejada pela gestão escolar para desenvolver na escola uma gestão democrática e participativa. Diante disso as percepções sobre o processo eleitoral de escolha dos integrantes do Grêmio Estudantil, a implementação de um Grêmio Estudantil nas escolas, a participação dos estudantes de todas as modalidades de ensino da escola em um colegiado colaborando na administração escolar amplia a prática educativa escolar. Portanto, este projeto, que está sendo desenvolvido no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguarí visa: analisar os efeitos da criação, do processo eleitoral e da atuação do Grêmio Estudantil de uma escola pública estadual como prática educativa sobre a cultura escolar, o desenvolvimento do protagonismo juvenil e a gestão democrática e participativa da instituição.

1) Dados de identificação:

a) Nome do entrevistado:

b) Gênero: () Feminino () Masculino () outro

c) Idade: ____ anos

d) Raça/Cor:

() Preta	() Parda	() Indígena
() Quilombola	() Amarela	() Branca

e) Curso em que está matriculado: (se necessário marcar mais de uma opção):

() Ensino Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio
 () Técnico em Informática (pós-médio)
 () Técnico em Contabilidade (pós-médio)
 () Técnico em Secretariado (pós-médio)

- () Ensino Médio em Tempo Integral
- () Ensino Médio Gaúcho Diurno
- () Ensino Médio Gaúcho Noturno

2) Perguntas para promover uma Roda de Conversa com os estudantes na escola:

- a) Você se considera um representante dos seus colegas ao participar do Grêmio Estudantil? Por quê?
- b) Você acredita que sua participação no Grêmio Estudantil tem impacto real na escola, especialmente ao sugerir projetos, melhorias, eventos e palestras? Justifique sua resposta.
- c) Suas expectativas antes do processo eleitoral do Grêmio Estudantil foram atendidas após a eleição? Explique.
- d) Desde que entrou no Grêmio Estudantil, percebeu mudanças no seu desenvolvimento pessoal, como mais responsabilidade, visão crítica ou envolvimento com a escola?
- e) Que aprendizados você leva para a vida após sua experiência no Grêmio Estudantil?
- f) Como você percebe a participação dos demais estudantes nas atividades propostas pelo Grêmio Estudantil? O que poderia ser feito para incentivar uma maior adesão?
- g) Quais foram os principais desafios que você enfrentou ao atuar no Grêmio Estudantil e como lidou com eles?
- h) Você acredita que o Grêmio Estudantil contribui para a construção de uma gestão mais democrática e participativa na escola? Por quê?
- i) Se pudesse mudar algo no funcionamento do Grêmio Estudantil, o que seria e por quê?

j) Como sua participação no Grêmio Estudantil influenciou sua visão sobre liderança e trabalho em equipe?

k) Você se considera um protagonista na sua escola? Por quê?

Apêndice E – Parecer consubstanciado do CEP

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Protagonismo juvenil e práticas educativas: o papel do Grêmio Estudantil na gestão democrática e participativa de uma escola pública estadual

Pesquisador: ISA CRISTINA BARBOSA PEREIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 87999725.0.0000.5574

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.578.827

Apresentação do Projeto:

Esta é uma pesquisa vinculada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) - Campus Jaguari. Seu objetivo principal é analisar os efeitos da criação, do processo eleitoral e da atuação do Grêmio Estudantil em uma escola pública estadual como prática educativa, no que se refere à cultura escolar, ao desenvolvimento do protagonismo juvenil e à gestão democrática e participativa da instituição. Para isso, será adotada uma abordagem qualitativa, com a realização de um estudo de caso, utilizando como procedimento uma entrevista semiestruturada gravadas. A técnica empregada será uma Roda de Conversa, na qual estudantes do Grêmio Estudantil serão convidados a participar, totalizando 12 alunos de diferentes modalidades de ensino da escola. O desfecho do estudo será a produção de uma Cartilha Digital, cuja protagonista será a professora Maria Rocha, que apresentará aos estudantes o funcionamento do Grêmio Estudantil de uma escola pública estadual. Na Cartilha, serão oferecidas orientações sobre a organização estudantil, esclarecimentos acerca dos Grêmios Estudantis e da Lei N° 7.398, de 4 de novembro de 1985, conhecida como Lei do Grêmio Livre.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

UF: RS

Município: SANTA MARIA

CEP: 97.050-685

Telefone: (55)3218-9800

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR**



Continuação do Parecer: 7.578.827

Analisar os efeitos da criação, do processo eleitoral e da atuação do Grêmio Estudantil de uma escola pública estadual como prática educativa sobre a cultura escolar, o desenvolvimento do protagonismo juvenil e a gestão democrática e participativa da instituição.

Objetivo Secundário:

- a) Examinar o processo de criação e a estrutura organizacional do Grêmio Estudantil na EEEM Professora Maria Rocha, incluindo os fundamentos e as etapas envolvidas na sua implementação;
- b) Analisar o processo eleitoral do Grêmio Estudantil, investigando os métodos de eleição, a participação dos estudantes e os critérios estabelecidos para a seleção dos representantes;
- c) Avaliar as iniciativas e projetos promovidos pelo Grêmio Estudantil e seu impacto na cultura escolar, bem como o efeito sobre o desenvolvimento do protagonismo juvenil entre os estudantes;
- d) Explorar a influência do Grêmio Estudantil na promoção da gestão democrática e participativa na instituição, incluindo a análise das percepções de estudantes, professores e gestores sobre sua eficácia e os desafios enfrentados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos

No caso deste estudo, o risco é mínimo, sendo o principal fator de risco está relacionado ao possível desconforto durante as entrevistas (Roda de Conversa). Para mitigar esse impacto, serão garantidos o anonimato dos participantes e a adoção de um tratamento respeitoso e sensível às suas necessidades. Além disso, a identificação, avaliação e minimização desses riscos são etapas fundamentais, assegurando que os direitos dos envolvidos sejam preservados e que a pesquisa ocorra dentro dos mais altos padrões éticos. Caso ocorra qualquer dano relacionado à pesquisa, o pesquisador será responsável por fornecer toda a assistência necessária, com apoio imediato e contínuo, inclusive por meio de encaminhamento a profissional competente ou a uma unidade do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, o participante também poderá ser encaminhado ao profissional de saúde de sua preferência, conforme previsto na Resolução nº 510/2016. O pesquisador assume total responsabilidade pela integridade e bem-estar dos participantes, reafirmando seu compromisso com a ética e os princípios que regem a pesquisa com seres humanos.

Benefícios

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3218-9800

CEP: 97.050-685

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR**



Continuação do Parecer: 7.578.827

Os benefícios desta pesquisa são classificados como Benefícios Indiretos. Ao participar desta pesquisa, você terá a oportunidade de refletir sobre seu papel dentro da instituição e sobre o impacto de suas ações no ambiente educacional.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Protocolo Original em 2ª versão.

Número de Participantes: 12.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TCLE e TALE: apresentados.

Autorização Institucional: assinada pela diretora da EEEM Maria Rocha.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O parecer 7.564.575 indicou 4 óbices éticos, para os quais analisamos as alterações realizadas no protocolo:

1) TCLE/ TALE. Considerando os direitos dos participantes, dispostos na Resolução CNS nº 510 de 2016. Deve informar aos participantes da pesquisa que as entrevistas serão gravadas e qual o tipo de registro áudio ou audiovisual.

RESPOSTA: Foi incluída a seguinte informação no TCLE/TALE: "Em respeito aos seus direitos previstos na Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016, você poderá optar livremente quanto à autorização da gravação da sua voz e sua utilização em contextos acadêmicos. Assinale uma das opções abaixo:

() Autorizo a gravação da minha voz para os fins descritos.

() Não autorizo a gravação da minha voz.

Sua escolha é voluntária e não afetará sua participação na pesquisa.¿

PENDÊNCIA SANADA.

2) RISCOS. A assistência em saúde fornecida aos participantes da pesquisa refere-se ao Sistema Único de Saúde. No entanto o participante deve ser encaminhado ao profissional da saúde de sua preferência.

RESPOSTA: Foi incluída a informação no TCLE/TALE: " Caso você apresente algum problema, ao

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

UF: RS

Município: SANTA MARIA

CEP: 97.050-685

Telefone: (55)3218-9800

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR**



Continuação do Parecer: 7.578.827

responder as perguntas, poderá entrar em contato com o pesquisador, que lhe encaminhará a um profissional competente ou a uma unidade do Sistema Único de Saúde. Além disso, você também poderá ser direcionado ao profissional de saúde de sua preferência, conforme garantido pelos direitos previstos na Resolução nº 510/2016."

PENDÊNCIA SANADA.

3) PROCESSO DE RECRUTAMENTO: Não é explicitada a forma de escolha dos participantes.

RESPOSTA: O processo de recrutamento será realizado por meio de convite enviado aos estudantes via e-mail, com cópia à direção da escola, informando os objetivos da pesquisa, os procedimentos previstos e os documentos necessários para o consentimento ou assentimento. A participação será voluntária e devidamente autorizada pela gestão da escola, em conformidade com as normas éticas estabelecidas pela Resolução CNS nº 510/2016.

PENDÊNCIA SANADA

4) BENEFÍCIOS: os benefícios aos participantes da pesquisa devem classificados como Benefícios Diretos ou Benefícios Indiretos.

RESPOSTA: Os benefícios desta pesquisa são classificados como Benefícios Indiretos. Ao participar desta pesquisa, você terá a oportunidade de refletir sobre seu papel dentro da instituição e sobre o impacto de suas ações no ambiente educacional.

PENDÊNCIA SANADA

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP acata o parecer do(a) relator(a).

Orientações importantes, conforme a Norma Operacional CNS nº 001/2013:

1) Alterações no projeto aprovado, devem ser apresentadas ao CEP na forma de

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195	CEP: 97.050-685
Bairro: Nossa Sra. das Dores	
UF: RS	Município: SANTA MARIA
Telefone: (55)3218-9800	E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR**



Continuação do Parecer: 7.578.827

Emenda ou Extensão. Havendo modificações importantes de objetivos e métodos, deve ser apresentado novo protocolo de pesquisa.

2) Ao final da pesquisa cabe ao (à) pesquisador(a) responsável a apresentação do relatório final ao CEP, no formato de Notificação. Na página do CEP no portal do IFFAR constam orientações e modelo para a apresentação do relatório.

Obs: Orientações sobre a submissão de emendas, extensões ou notificações estão disponíveis no Manual do Pesquisador da Plataforma Brasil. Um material informativo adicional está disponível na página do CEP IFFar: <https://www.iffarroupilha.edu.br/comit%C3%AA-de-%C3%A9tica-em-pesquisa-2>

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2523658.pdf	13/05/2025 17:56:43		Aceito
Outros	carta_resposta.pdf	13/05/2025 17:55:49	Mauricio Ramos Lutz	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_2.pdf	13/05/2025 17:22:38	Mauricio Ramos Lutz	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_1.pdf	13/05/2025 17:22:19	Mauricio Ramos Lutz	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	13/05/2025 17:21:18	Mauricio Ramos Lutz	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	13/05/2025 17:20:29	Mauricio Ramos Lutz	Aceito
Outros	Lista_de_checagem.pdf	15/04/2025 18:22:53	Mauricio Ramos Lutz	Aceito
Outros	Carta_de_apresentacao.pdf	15/04/2025 18:21:20	Mauricio Ramos Lutz	Aceito

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

UF: RS

Município: SANTA MARIA

CEP: 97.050-685

Telefone: (55)3218-9800

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR**



Continuação do Parecer: 7.578.827

Orçamento	Orcamento.pdf	15/04/2025 18:20:57	Mauricio Ramos Lutz	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	15/04/2025 18:20:48	Mauricio Ramos Lutz	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	25/03/2025 07:39:23	Mauricio Ramos Lutz	Aceito
Outros	Autorizacao_da_Escola_MR.pdf	24/03/2025 17:10:49	Mauricio Ramos Lutz	Aceito
Outros	Entrevista.pdf	24/03/2025 17:09:30	Mauricio Ramos Lutz	Aceito
Outros	TC.pdf	24/03/2025 17:08:55	Mauricio Ramos Lutz	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA MARIA, 19 de Maio de 2025

**Assinado por:
Talitha Comaru
(Coordenador(a))**

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3218-9800

CEP: 97.050-685

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

Apêndice F – Termo de Confidencialidade

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS

Pesquisa: Protagonismo juvenil e práticas educativas: o papel do Grêmio Estudantil na gestão democrática e participativa de uma escola pública estadual

Pesquisador responsável: Isa Cristina Barbosa Pereira

Instituição: Instituto Federal Farroupilha (IFFar)

Telefone para contato: (xx) x xxxx xxxx

Local da coleta de dados: Escola Estadual de Ensino Médio Professora Maria Rocha – Santa Maria – RS

Orientador: Mauricio Ramos Lutz

Os responsáveis pela presente pesquisa se comprometem a preservar a confidencialidade dos dados dos participantes envolvidos no trabalho, que serão coletados por meio de entrevista (Roda de Conversa), conforme roteiro de questionamentos, na Instituição de ensino supracitada, no período estabelecido pelo cronograma.

Informam, ainda, que estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, no decorrer da execução do presente projeto e que elas somente serão divulgadas de forma anônima, bem como constituirão um banco de dados que ficará sob a guarda pesquisadora do projeto, por um período de cinco anos. Após este período os dados serão destruídos.

O projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) em XX/XX/2025, com o número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 87999725.0.0000.5574

Santa Maria, XX de XXXXXXXX de 2025.

Assinatura do pesquisador responsável

Apêndice G – Produto Educacional



Organizadores

Isa Cristina Barbosa Pereira
Mauricio Ramos Lutz

Projeto gráfico e diagramação

Isa Cristina Barbosa Pereira
Mauricio Ramos Lutz

1ª edição – Setembro de 2025

2ª edição – Dezembro de 2025

3ª edição – Março de 2025
Jaguari/RS

FICHA CATALOGRÁFICA

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

P436c Pereira, Isa Cristina Barbosa.

Como montar um grêmio estudantil? / Isa Cristina Barbosa Pereira, Mauricio Ramos Lutz (Orgs.). — Jaguari, RS, 2025.
23 f. : il.

Produto educacional da dissertação — Protagonismo juvenil e práticas educativas: o papel do Grêmio Estudantil na gestão democrática e participativa de uma escola pública estadual (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) — Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal Farroupilha, Campus Jaguari, 2025.

1. Grêmio estudantil. 2. Protagonismo juvenil. 3. Participação estudantil. 4. Movimento estudantil. 5. Gestão escolar democrática. I. Lutz, Mauricio Ramos. II. Título.

CDU 373.5:331.109.3(81)

Bibliotecário responsável: Josef de Aquino Peruck — CRB 10/002653/O

Imagens e ícones

Acervo pessoal dos autores; Canva Educação; Imagens geradas por Inteligência Artificial (Canva AI).

Direitos Autorais

Esta obra está licenciada sob a
Licença Creative Commons.



É permitida a cópia, distribuição, exibição e criação de obras derivadas, desde que seja dada a devida atribuição de autoria e que não haja utilização para fins comerciais.



Olá! Sou a profa Maria Rocha!

Estou aqui para acompanhá-los nesta cartilha que tem como objetivo principal ajudá-los a implementar a **Lei nº 7.398, de 04 de novembro de 1985**, conhecida como Lei do Grêmio Livre.

Para implementar esta lei precisamos que o gestor escolar e a comunidade escolar percebam a importância do protagonismo juvenil em sua escola.

Obs.: ao longo do texto, optamos pelo uso do gênero masculino como forma de generalização, compreendendo, contudo, que as referências se estendem a todos os gêneros.

**Este protagonismo
inicia a partir do
início do século XX
com a organização
das entidades
estudantis.**



Orientamos que, para organizarmos o Grêmio Estudantil na escola, o primeiro passo vai ser a **mobilização da comunidade escolar** em torno desta instância tão importante.

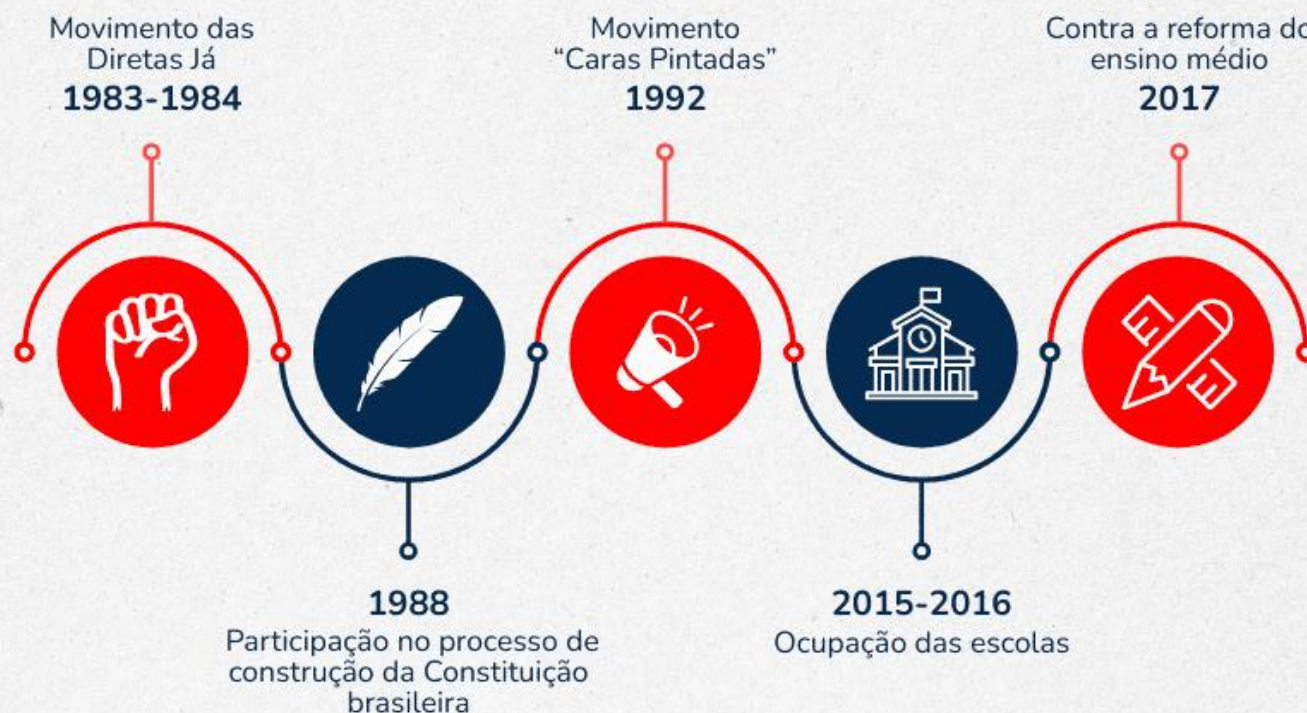


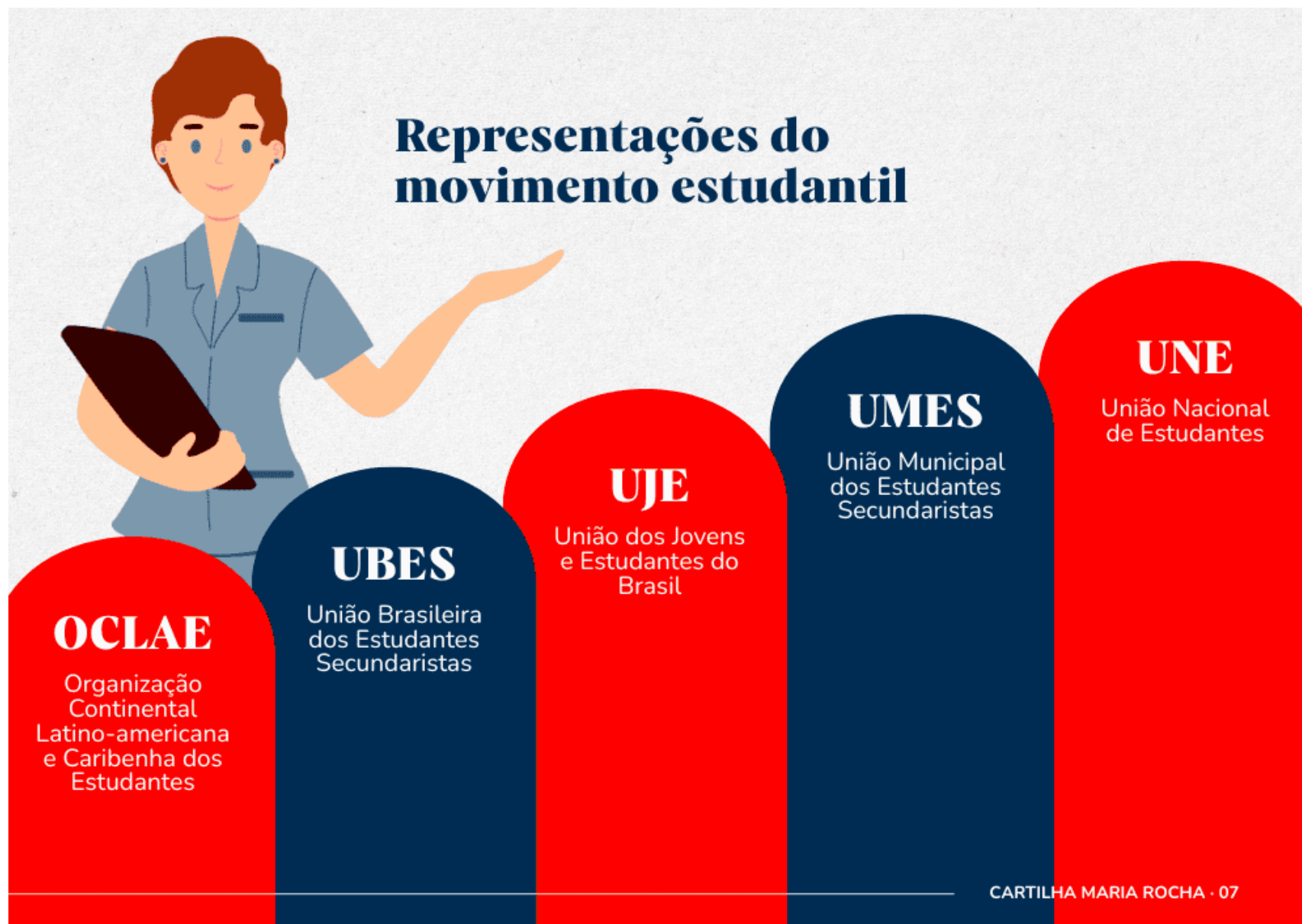
- O Grêmio Estudantil deve funcionar na escola conforme seu **estatuto**;
- Devem ser respeitadas as decisões de suas assembleias, reuniões de diretoria, conselhos de representantes de turmas;
- A diretoria deve se reunir **ordinariamente** conforme seu estatuto, e **extraordinariamente** sempre que existirem questões importantes e imediatas a serem discutidas.



Para lembrar:

Lutas do movimento estudantil no Brasil







Em qualquer escola do Brasil, independente da rede (particular ou pública), todos estudantes têm o direito de se organizar dentro da escola.

A organização estudantil é um direito conquistado com muita luta dos estudantes!

A voz dos estudantes: por que participar?

Quem melhor que os próprios estudantes para falar sobre a experiência no Grêmio? Veja o que eles contam:

*"Quando saímos do Ensino Fundamental, não temos um pensamento crítico, estamos vendo só a Educação Básica. No Ensino Médio, temos contato com pessoas mais velhas, como os do terceiro ano, e começa a mudar sua opinião, tanto política quanto na vida. Isso foi um divisor de águas, eu mudei muito o pensamento do primeiro ano até agora e o Grêmio também me ajudou. **Estar no Grêmio faz você pensar sobre tudo, até o direito dos estudantes, porque você está defendendo os seus ideais.** Quando você faz palestras sobre algum tema, você está defendendo aquele tema e os dos discentes. Toda a atividade que fizemos, nós participamos, mesmo fazendo um post, por exemplo, faz você refletir muito sobre a vida, como a vida funciona. Te faz ter mais responsabilidade sobre as coisas..." — Estudante 1*

*"[...] porque quando estava no Ensino Fundamental era líder de turma, só que naquela época, era só por ser, só que quando você entra no Ensino Médio e está no Grêmio Estudantil, você percebe que **não é só um cargo, que você tem que realmente fazer as coisas, é uma coisa que ensina muito**" — Estudante 6*

**Etapas
importantes
para formar
o Grêmio
Estudantil
na escola**



1

Comissão Pró-Grêmio – Mobilização

- Interesse da **comunidade** e da **Gestão Escolar** em implementar um Grêmio Estudantil na escola;
- Interesse dos **estudantes** em implementar um Grêmio Estudantil;
- **Mobilização** e **reuniões** para coordenar o processo eleitoral.

2

Assembleia Geral

- A comissão eleitoral será constituída a partir de **reuniões** organizadas pela Gestão Escolar com os professores, e após a constituição da mesma esta comissão convoca todos estudantes para participar da Assembleia Geral (esta convocação será feita por meio de cartazes, panfletos, comunicados nas redes sociais, etc), informando a data, local e a pauta da Assembleia Geral;
- Nesta assembleia decide-se a **data da eleição**, o **período da campanha eleitoral**, o **estatuto do Grêmio Estudantil**.

3

Comissão eleitoral

- A comissão eleitoral deve redigir o **edital** (as regras do processo eleitoral), divulgar o mesmo, disponibilizar formulários para as **inscrições**, organizar **debates** e a **eleição** em si, bem como o **escrutínio das urnas**;

4

Campanha eleitoral

- Os estudantes organizados em **chapas** inscritas no processo eleitoral devem divulgar suas **propostas**. Esta divulgação pode ser nas salas de aula acompanhadas por um membro da comissão eleitoral;
- A campanha, conforme organizados anteriormente, pode ter **panfletos**, **cartazes**, **divulgação nas redes sociais**, **debates**, etc.

5

Eleição do Grêmio Estudantil

- A comissão eleitoral é responsável pela **eleição**, **preparação das urnas**, as **listas** dos estudantes votantes, o **escrutínio**, a **divulgação final** do resultado, as **atas** da eleição.

6

Posse do Grêmio Estudantil

- A Gestão Escolar e a comissão eleitoral organizam a **posse** do Grêmio Estudantil eleito;
- Sendo empossada, a **diretoria** do Grêmio Estudantil inicia a **gestão** do mesmo, conforme estatuto construído anteriormente;
- É importante **comunicar às entidades estudantis** a eleição deste Grêmio e seus componentes.

Sugestão de cargos e funções de um Grêmio Estudantil



Presidente

Tem como uma das principais funções presidir as reuniões e as assembleias ordinárias e extraordinárias. É o representante do Grêmio Estudantil junto aos órgãos colegiados da escola e outras entidades representativas.

Vice-presidente

É o auxiliar do presidente no exercício de suas funções, também pode substituir o presidente nos casos de ausência, impedimento ou vacância do cargo.

Secretário Geral

Tem a função de publicar os avisos e convocações de reuniões, divulgar editais e expedir convites, lavrar as atas das reuniões da diretoria e assembleias, manter em dia os arquivos da entidade.

Primeiro Secretário

Tem a função auxiliar o secretário geral em suas tarefas, substituir este em ausência ou vacância do cargo.

Tesoureiro Geral

É responsável pelos bens do Grêmio Estudantil, manter em dia toda a escrituração do movimento financeiro.

Primeiro Tesoureiro

Auxilia o tesoureiro geral, deve assumir nos casos de impedimento ou vacância do cargo.

Diretor Social

Responsável pela organização das festas promovidas pelo Grêmio Estudantil.

Diretor de Comunicação

Responsável pela comunicação da diretoria com os estudantes e do Grêmio Estudantil com a comunidade, deve manter os membros do Grêmio Estudantil informados dos fatos de interesse dos estudantes.

Diretor de Esporte e Lazer

Tem a função de coordenar e orientar as atividades esportivas dos estudantes, incentivar a prática dos esportes, organizar campeonatos internos e externos.

Diretor de Cultura

Tem a função de promover a realização de atividades artísticas, exposições, concursos, palestras e outras atividades de natureza cultural, manter relações com entidades de natureza cultural.

Suplentes

Conforme a organização de cada Grêmio Estudantil sugere-se uma lista de estudantes suplentes e suas respectivas funções.



Sobre as atas

Ata é o **registro do ato ou atividade** do Grêmio Estudantil que deve ser registrado, tanto para tirar dúvidas de um processo ou uma reunião, como para divulgar o que aconteceu ou para que mais pessoas tenham acesso à uma reunião restrita. O Grêmio é uma entidade de **interesse coletivo** dos estudantes, sendo assim, todos devem ter acesso às atas e registros do Grêmio Estudantil.

O Grêmio Estudantil deverá registrar suas atas em um **Livro de Atas**. Neste livro, as letras serão escritas de forma legível. Sempre em caneta preta. Não deverão ser deixados espaços, margens ou abreviações. Nomes e números deverão sempre ser escritos por extenso e as assinaturas colhidas logo que encerrada a ata que registrou um ato, atividade ou uma reunião.

Em caso de dúvida, consulte um professor, Direção da escola, Círculo de Pais e Mestres, o Conselho Escolar ou a própria UGES. **Preserve o Livro de Atas do Grêmio Estudantil**. Nele, estará estampada a história do Grêmio Estudantil da Escola.

Modelo de Atas

Ata de fundação do Grêmio Estudantil

Aos _____ do mês de _____ do ano de dois mil ____ às _____ horas, os estudantes da Escola _____, reunidos em Assembleia Geral, sob a coordenação de _____ (nome do estudante escolhido para coordenar a Assembleia), dão por abertos os trabalhos da Assembleia Geral dos alunos e colocam em discussão a pauta única da Assembleia: a fundação da entidade representativa dos estudantes, o Grêmio Estudantil.

Aprovou-se o nome do Grêmio e ficou decidido que, todo ano, as próximas Diretorias do Grêmio comemorarão este dia como data de fundação.

Aprovadas as questões mencionadas acima, passou-se à aprovação do Estatuto do Grêmio Estudantil que rege a entidade.

A seguir, iniciou-se a discussão para a eleição da primeira Diretoria do Grêmio Estudantil, que será eleita na disputa de chapa(s) em urna.

Por fim, declarou-se fundado o Grêmio Estudantil, órgão representativo dos estudantes da Escola.

Nada mais havendo para tratar no momento, encerrou-se a Assembleia Geral e a presente Ata. Para fins de direito, segue a presente Ata devidamente assinada.

Representante da Comissão Pró-Grêmio que coordenou a Assembleia Geral.

Modelo de Atas

Ata de Eleição e Posse da Diretoria do Grêmio Estudantil

Aos _____ do mês _____ do ano de dois mil e _____, na Escola _____, realizou-se as eleições da Diretoria do Grêmio Estudantil _____, conforme determinava o edital de convocação desta eleição e o Regimento Eleitoral. Para o pleito, foram escritas as seguintes chapas: chapa um _____, chapa dois _____. A votação iniciou-se às _____ horas e encerrou-se às _____ horas do turno _____.

Durante o pleito registrou os seguintes fatos (ou não) _____ e a Comissão Eleitoral tomou as seguintes deliberações: _____.

A fiscalização de cada chapa foi desempenhada pelos seguintes alunos: _____ da chapa um, _____ da chapa dois.

Imediatamente encerrada a eleição, iniciou-se a apuração dos votos, definindo-se os seguintes resultados: chapa um _____ (nº de votos por extenso) votos, chapa dois _____ votos (nº de votos por extenso), _____ (nº de votos por extenso) nulos _____ brancos _____.

Desta forma, o Presidente da Comissão Eleitoral promulgou o resultado proclamando assim o resultado a chapa _____, intitulada _____ (nome da chapa) vencedora deste pleito. Portanto, a nova Diretoria do Grêmio Estudantil _____.

Presidente _____, Secretário Geral _____

O Presidente da Comissão Eleitoral imediatamente deu posse à nova Diretoria do Grêmio Estudantil _____. Sem mais nada a constar nesta ata, lavro esta que vai assinado por mim, Presidente da Comissão Eleitoral e pelos demais presentes: _____

(assina o nome o presidente da comissão e todos os presentes, um ao lado do outro)

Algumas leis sobre o Grêmio Estudantil e a participação protagonista de estudantes

- Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979 - Relações entre o corpo discente e a instituição de ensino superior;
- Lei nº 7.398, de 04 de novembro de 1985 - Lei do Grêmio Livre;
- Constituição Federal de 1988;
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 - Inclui no currículo escolar o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 - Inclui no currículo escolar obrigatório a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.
- Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 - Lei de Cotas;
- Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013 - Estatuto da Juventude;
- Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013 - Lei da meia-entrada.





Leis recentes: atualizações importantes

A legislação sobre participação estudantil continua evoluindo! Confira duas leis recentes que fortalecem a gestão democrática nas escolas:

- Lei nº 14.644, 2 de agosto de 2023 - Atualizou a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), reforçando a instituição de conselhos escolares e fóruns de conselhos, garantindo espaços mais estruturados para a participação da comunidade escolar.
- Lei nº 16.088, 10 de janeiro de 2024 (*Rio Grande do Sul*) - É a norma atual que dispõe sobre a gestão democrática nas escolas públicas estaduais do RS, focando na participação da comunidade, transparência e autonomia escolar. Ela estabelece o conselho escolar, eleição de diretores e a gestão conjunta entre professores, alunos, pais e funcionários, com foco na autonomia administrativa, financeira e pedagógica.



Tramitam no Congresso Nacional dois projetos de leis relacionados à participação estudantil

Projeto de Lei - PL nº 80 de 2014 no Senado federal e o PL nº 1.224 de 2015 na Câmara dos Deputados.

- O **PL nº 80 de 2014** busca alterar a Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985, para fomentar a criação de entidades representativas dos estudantes;
- O **PL nº 1.224 de 2015** trata da organização e atuação dos Grêmios Estudantis nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio públicas e privadas e acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.



- O Grêmio Estudantil não pode ser um espaço autoritário e sim de **diálogo** e **escuta**;
- Não é uma organização apenas para organizar festas e eventos recreativos, mas também de debates sobre questões **sociais, econômicas, políticas**;
- É importante que os estudantes tenham conhecimentos sobre as leis e combatam quaisquer formas de **preconceito, discriminação, racismo**.



Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 dez. 2024.

BRASIL. **Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE**. Pacto pela Juventude: o Brasil precisa, a juventude quer! Revista Movimento, União Nacional de Estudantes – UNE, n. 20, nov. 2008.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ATLAS DAS JUVENTUDES. **Atlas das Juventudes**. Disponível em: <<https://atlasdasjuventudes.com.br/>>. Acesso em: 5 ago. 2025.